
NAÇÃO E DEFESA



ANO XXI – N.º 78 – ABRIL-JUNHO DE 1996
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

Fernando Manuel Palla Machado da Silva

Vice-Almirante

Director do Instituto da Defesa Nacional

Coordenação editorial

Artur de Carvalho Baptista dos Santos

Capitão-de-mar-e-guerra

Conselho redactorial

Prof. Doutor Armando Marques Guedes, Coronel Nuno Mira Vaz,
Mestre Victor Marques dos Santos, Capitão-de-mar-e-guerra Artur de
Carvalho Baptista dos Santos.

ISSN 0870-757X

Depósito Legal n.º 54 801/92

ASSINATURA ANUAL (quatro números):

Portugal — Instituições	1500\$00
— Individuais	1200\$00
— Estudantes	800\$00
Europa (Via aérea)	US\$20.00
Outros países (Via aérea)	US\$26.00

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5 — 1350 Lisboa, Portugal

Tel.: (351) (1) 60 10 79 / 60 15 16

Fax: (351) (1) 396 64 80

ÍNDICE

• Editorial	7
PRIMEIRA PARTE: Temas de Política, Segurança e Defesa Nacional	
• Arquitectura Europeia de Segurança e Defesa	9
<i>António Vitorino</i>	
• Geopolítica e Geoestratégica: Para Que São e Para Que Servem?	21
<i>Raúl François Martins</i>	
• Portugal e a Influência Estratégica do Magrebe	79
<i>Luís de Medeiros Ferreira</i>	
• Minorias e Defesa Nacional	101
<i>Idalina Correia de Melo</i>	
• Educação Nacional e Defesa Nacional	135
<i>Manuel Ferreira Patrício</i>	
• Comunicação e Poder	150
<i>Olga Vasconcelos</i>	
SEGUNDA PARTE: Temas de Política Internacional por Conferencistas Estrangeiros	
• The Return to Europe or the Crisis of Civilization	165
<i>Martin Palous</i>	
TERCEIRA PARTE: Elementos Informativos	
• Actividades Promovidas pelo IDN	185
• A Defesa no Mundo	189

NOTAS SOBRE OS AUTORES

- ANTÓNIO VITORINO: Ministro da Defesa Nacional e Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, do XIII Governo Constitucional.
- RAÚL FRANÇOIS MARTINS: Brigadeiro do Exército, na reserva, ex-Paraquedista. Foi Subdirector do Instituto da Defesa Nacional, onde é Conferencista e Colaborador. Professor convidado da Universidade Católica Portuguesa e também da Universidade Lusfada – Departamento de Relações Internacionais, Cadeira de Geopolítica e Geoestratégica.
- LUÍS DE MEDEIROS FERREIRA: Oficial da Marinha. Frequentou Cursos, entre outros, da Escola Naval (1958/61), Geral Naval de Guerra (1973/74) e Superior Naval de Guerra (1990/91). Estágio Interforças, no IDN (1991). Foi Professor de estratégia no ISNG (1991/93) e Auditor do Curso de Defesa Nacional (CDN/93). Assessor e Conferencista do IDN.
- IDALINA CORREIA DE MELO: Bacharel em Administração Ultramarina e Licenciada em Ciências Antropológicas e Etnológicas, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da UTL. Mestranda em Ciências Antropológicas. Técnica Superior Principal da Direcção-Geral de Administração Pública. Auditora do Curso de Defesa Nacional (CDN/95). Docente na Escola Superior de Medicina Militar.
- MANUEL FERREIRA PATRÍCIO: Licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa. Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Évora, onde é Professor Catedrático e Presidente dos Conselhos Pedagógico e Directivo. Foi Director-Geral do Departamento do Ensino Superior. Auditor do Curso de Defesa Nacional (CDN/95).
- OLGA VASCONCELOS: Bacharel em Direito. Redactora do Jornal de Notícias desde 1970. Directora do Sindicato dos Jornalistas e da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto. Professora de Jornalismo. Primeiro Membro Português do Instituto Internacional de Imprensa. Auditora do Curso de Defesa Nacional (CDN/95).
- MARTIN PALOUS: Doutorado em *Natural Sciences* pela *Charles University* de Praga, em 1974. Licenciado em Filosofia e Ciências Sociais pela *Faculty of Philosophy* da *Charles University*, em 1977. Foi Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros no período de 1990-1992. Conferencista convidado de inúmeras Universidades estrangeiras, é actualmente Professor Assistente de Ciências Políticas na *Charles University*.

EDITORIAL

1. Este espaço, usualmente reservado ao Editorial, é hoje ocupado com um excerto do estatuto que serve de orientação à edição da revista «Nação e Defesa» respondendo, assim, a algumas questões e dúvidas que têm vindo a ser levantadas por Autores de artigos que são propostos para eventual publicação.

Na condução deste processo editorial haverá que atender, concretamente, à necessidade de divulgação das normas que agora se publicam, à periodicidade trimestral da revista e à utilização racional dos novos meios técnicos disponíveis para a sua composição, impressão e revisão.

2. A revista é composta por três partes: na primeira, constam temas de política, segurança e defesa nacional; na segunda, temas de política internacional, por conferencistas estrangeiros; e, na terceira, elementos informativos sobre as actividades promovidas pelo IDN e um breve conjunto de dados sobre a defesa no mundo.

3. São adoptadas as seguintes disposições quanto aos textos originais propostos para publicação:

- a. Serão entregues no IDN-Centro de Documentação e Informação (CDI) aqueles textos, dactilografados a dois espaços, em formato A4, acompanhados de um resumo cuja extensão não ultrapassará cem palavras, de uma nota biográfica que não excederá seis linhas, e de suporte em **diskette** de computador.
- b. Terão uma extensão média de vinte páginas impressas, e as notas de pé de página serão apresentadas, no fim de cada

página a que dizem respeito, numeradas sequencialmente, pela sua ordem no texto.

c. Só a título excepcional serão efectuadas reproduções dos originais e, neste caso, o CDI limitará ao estritamente indispensável o número de cópias a efectuar, nas quais será aposta a anotação: «DOCUMENTO DE TRABALHO. CITAÇÃO NÃO AUTORIZADA».

d. Os textos originais serão mantidos em arquivo no CDI.

4. Os artigos propostos são submetidos à apreciação de um Conselho Redactorial. As primeiras provas daqueles que se destinam a ser publicados serão revistas pelos respectivos Autores, a menos que, por razões relacionadas com o cumprimento de prazos, a revisão seja confiada à iniciativa do CDI.

5. A colaboração na revista «Nação e Defesa» dará lugar à atribuição, ao Autor, de quatro exemplares da edição e de dez separatas por cada artigo publicado.

6. Indicam-se, por fim, as datas limites para entrega dos originais no CDI, respeitantes às quatro edições anuais da revista:

a. Primeiro trimestre (Jan-Mar) - 1 de Fevereiro;

b. Segundo trimestre (Abr-Jun) - 1 de Maio;

c. Terceiro trimestre (Jul-Set) - 1 de Agosto;

d. Quarto trimestre (Out-Dez) - 1 de Novembro.

ARQUITECTURA EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA

Intervenção de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional na Sessão de Encerramento do Seminário que teve lugar no IDN, em 15 e 16 de Fevereiro de 1996, subordinado ao tema A Conferência Intergovernamental de 1996.

Sumário:

O autor faz uma reflexão sobre os diferentes temas que constituem a agenda da Conferência Intergovernamental, na perspectiva particular da emergência e do desenvolvimento de uma identidade europeia de segurança e defesa.

É a revisão do Tratado da União Europeia que está em causa e que tem por fim avaliar o papel, a estrutura e os métodos de funcionamento da União, além de discutir as mudanças institucionais necessárias a um futuro alargamento da UE.

Na última parte do artigo faz-se uma análise das relações institucionais entre a UE, a UEO e a NATO, referindo nomeadamente a opção defendida pelo Governo Português que passa, sem qualquer reserva, pela revitalização da Aliança Atlântica.

ARQUITECTURA EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA

1. Dada a natureza do tema, pareceu-me apropriado inverter a ordem natural das coisas, partindo do apocalipse e deixando o génesis para a parte final da exposição. Com efeito, ocorre-me estabelecer um paralelismo entre aquilo que se pode considerar o fim simbólico do «Século das Luzes», representado pelo terramoto que atingiu Lisboa em 1755, e o cenário com que a Europa actual se confronta. Então, como agora, a incerteza impera.

2. Cinco anos após a Guerra Fria ter sido dada como clinicamente morta, com uma certidão de óbito devidamente passada por Washington e Moscovo – no momento em que decidiram deixar de se constituir como alvos nucleares recíprocos –, torna-se evidente que as esperanças então criadas de uma nova ordem mundial, baseada em valores democráticos que fossem universalmente partilhados, cederam lugar a sentimentos bem mais negativos. O conflito na ex-Jugoslávia, as guerras na periferia da Rússia, o intrinsecamente instável processo de reconstrução política e económica da própria Rússia, bem como, se quiserem, a ocidente, a aparente incapacidade de se definir uma política europeia de defesa comum – são tudo dados que reforçam os argumentos daqueles que partilham, com algum fundamento, esse pessimismo.

3. Breves anos após a destruição de Lisboa, o entusiasmo de Leibnitz – para quem vivíamos então no «melhor de todos os mundos possíveis» (o que talvez ainda seja verdade...) – era ironizado por Voltaire, na sua obra «Candide», onde referia a necessidade de virarmos antes as costas aos problemas do mundo e de «cultivarmos o nosso jardim». Esta não será, todavia, uma alternativa razoável para as tarefas que hoje temos pela frente. Os argumentos mais pessimistas, por muito válidos que pareçam ser, não deverão impedir-nos de ver, como no passado, o caminho em frente, e as possibilidade que, mesmo assim, se oferecem aos europeus de erguerem uma nova Europa da segurança. A incerteza não gera necessariamente instabilidade; pode mesmo trazer-nos

novas e acrescidas oportunidades. Os desafios que hoje enfrentamos, e que enquadram a revisão do Tratado da União Europeia, derivam justamente do fim da Guerra Fria e da necessidade subsequente de se reconsiderar o papel, a estrutura e os métodos de funcionamento da União.

4. A CIG pretende não só avaliar o funcionamento do Tratado, como também discutir as mudanças institucionais necessárias a um futuro alargamento da União, o que significa abraçar uma perspectiva dinâmica e optimista. Não se encontra, todavia, definido até onde se irá na discussão dessas questões institucionais. Parece-nos inevitável que, após a CIG, nos confrontemos com uma série de questões políticas prementes, nomeadamente as questões relativas à união monetária e ao encetar de negociações para o alargamento. Além disso, a Política Agrícola Comum e os fundos estruturais e as fontes de financiamento da União – que não fazem igualmente parte da agenda da Conferência – são reconhecidas como áreas políticas centrais que terão também, eventualmente, de vir a ser revistas e reanalisadas à luz dos objectivos do alargamento.

5. Todos estes elementos contribuem para o quadro em que terá lugar a CIG. Outro factores há que são igualmente cruciais para o debate em curso, e mais directamente relacionados com as nossas preocupações particulares nos domínios da segurança e da defesa. À cabeça deles notaria o Artigo J.4 do Tratado, relativo à execução da política externa e de segurança comum, que prevê a sua revisão na próxima Conferência. O que implicará a redefinição das relações institucionais entre a União Europeia, a União da Europa Ocidental e a NATO. O futuro da UEO, as suas relações com a União e, conseqüentemente, o papel da própria NATO numa nova arquitectura europeia, constituirão elementos de um dossier que será, decerto, um dos de negociação mais complexa da CIG (como consta, aliás, das conclusões deste Seminário).

6. Assentemos à partida, e por razões metodológicas, o objectivo estratégico que os europeus deverão seguir neste exercício. Penso que deva ser o de constituir um pilar europeu de defesa, adaptado ao novo ambiente de segurança, e que permita a continuação do processo de integração europeia. Será esta, no fundo, a questão fundamental subjacente aos trabalhos da CIG neste domínio.

7. Mas onde será formado esse pilar? Como? Quando? Mantendo uma UEO autónoma? Integrando-a aceleradamente na União, fazendo desta o pilar

Europeu no domínio da segurança? Ou emergirá ele, esse pilar, no quadro da própria Aliança Atlântica, utilizando então algumas das virtualidades demonstradas já pela UEO?

8. Permitam-me que faça aqui, antes de entrar na substância da própria Conferência, um pequeno desvio, para sublinhar alguns aspectos relevantes para esta discussão. Primeiro que tudo, dois dados salientes que não deixarão de influenciar o desenrolar da CIG:

- a. Por um lado, *os desenvolvimentos na Bósnia para a implementação dos Acordos de Paz*. A operação «Joint Endeavour», na qual estamos envolvidos com um milhar de homens (a primeira vez, desde 1918, que forças portuguesas estão empenhadas num teatro europeu), constitui a primeira operação terrestre na história da NATO, a primeira fora da sua área de responsabilidade, e também a primeira operação conjunta envolvendo países do centro e leste europeu, incluindo a Rússia. Esta operação virá previsivelmente a ter implicações directas, e indirectas, não só no processo de alargamento da Aliança como, também, no papel desta organização numa nova arquitectura de segurança na Europa.
- b. Por outro lado, e em paralelo, *as profundas transformações internas da Aliança*, de que os resultados da recente cimeira entre os Presidentes Clinton e Chirac são prenúncio. Há dois anos atrás, um hipotético regresso da França à estrutura militar da NATO seria matéria apropriada para uma obra de ficção sem grandes ambições literárias, ou, no limite, para algumas piadas de gosto duvidoso... Hoje, trata-se de uma hipótese que muitos julgam inevitável. É assim possível que, ainda antes de a Aliança se alargar para leste, vejamos a França, e eventualmente a Espanha também (sobretudo desde que o Secretário-Geral da NATO é um espanhol), dentro de uma estrutura militar *renovada*.

9. Com tudo isto torna-se inegável também, mesmo para os europeístas mais convictos, o lugar central da NATO numa nova arquitectura europeia. Para a UEO sobra o difícil papel de ter de se adaptar à nova situação, daí influenciando, ainda que indirectamente, as discussões na CIG. E se bem que a aproximação francesa e espanhola às estruturas da NATO dê maior credibilidade a esse cenário de centralismo, a Aliança não poderá, por seu lado, ignorar a UEO. Daí que um elemento fundamental deste quadro seja, de facto, o da relação futura entre as duas organizações.

10. A *relação NATO-UEO* viveu sempre alguns problemas conceptuais, e variadíssimos problemas práticos. O facto de hoje haver contactos institucionais ajuda a manter a aparência de uma relação sã e estável. Mas a relação em si, sejamos realistas, não parece estar a caminhar num sentido propriamente construtivo. A tentativa de se querer que um «mau casamento» resulte está a afectar todos os intervenientes que, para cúmulo dos seus «pecados», são na realidade mais do que dois... Ao querer demonstrar fidelidade à outra parte, cada organização pode inibir o seu próprio desenvolvimento. E, como é costume neste tipo de situações, a decisão de «procriar» acabou por sublinhar incompatibilidades subjacentes, em vez de resolvê-las...

11. Na verdade, a relação tem sido problemática desde o seu início, construída em torno de uma mistura – por vezes hábil, por vezes menos hábil – de *ambiguidade*, de *assimetria* e de um certo *condicionalismo*, o que acaba sempre por gerar desconfiança.

12. Em Maastricht alcançou-se um compromisso quanto ao caminho em direcção a uma futura defesa europeia. Embora o Tratado constituísse um projecto a longo prazo, que seria avaliado em 1996, criou-se desde logo uma grande ambiguidade ao se ligar a criação de uma defesa europeia ao fortalecimento da NATO.

13. O significado e o alcance da função fortalecedora da UEO permanecem, todavia, tão obscuros hoje quanto em 1991. Fortalecer o pilar europeu da NATO pode não requerer, à partida, nada de particular da UEO. Embora o progresso em direcção a uma defesa europeia possa ser mensurável, o mesmo não poderá dizer-se do fortalecimento da Aliança Atlântica: nada existe que possa mediar a forma como a UEO estará a fortalecer a NATO. Pelo contrário, chegámos a uma situação bizarra onde, para que a UEO possa efectivamente fortalecer o pilar europeu da Aliança, é a Aliança que terá primeiro de fortalecer a própria UEO!

14. Entretanto, o desenvolvimento de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa é frequentemente justificado em termos do velho debate sobre «burden-sharing» – os europeus a deverem ser vistos a fazer claramente «mais», por forma a aliviar os ressentimentos americanos pelo seu fardo «injusto». Mas ao se fazer «mais» num contexto extra-Aliança, criam-se novos ressentimentos intra-Aliança, não só dos EUA, por não se considerarem por

vezes suficientemente consultados (a reacção negativa à criação das Euroforças constitui exemplo recente), mas também de outros aliados, não-membros da UEO, por uma sua eventual marginalização.

15. Tentemos clarificar. O coração da UEO está naturalmente virado para a União Europeia, não para a NATO. De acordo com o Tratado da União Europeia, a UEO faz inequivocamente parte do desenvolvimento da União Europeia. Sob o impulso inicial da Presidência portuguesa da UEO, no primeiro semestre do ano passado, esta tem-se concentrado no desenvolvimento das suas capacidades operacionais, a fim de poder actuar pela UE, caso esta o solicite. A relação da UEO com a NATO torna-se, assim, secundária, tendo a velha ligação criada pelo Tratado de Bruxelas Modificado sido definitivamente ultrapassada. Vista de uma perspectiva da UEO, a relação com a NATO constitui, sobretudo, uma questão política e declaratória, e de carácter prático apenas na medida em que a Aliança poderá providenciar-lhe meios e capacidades operacionais.

16. A relação da NATO com a UEO foi, por outro lado, sempre dominada por uma certa «ansiedade» – justamente a de a atracção da UEO pela União Europeia poder tornar-se irresistível. A NATO seria então enfraquecida, tanto política como militarmente, pela diminuição do compromisso aliado, caso a UEO desenvolvesse as suas capacidades próprias para a gestão de crises. O apoio da NATO à UEO foi sempre dificultado pela concreta definição de condições: complementariedade, transparência, forças «separáveis mas não separadas», não-duplicação de estruturas militares,... A Cimeira de 1994 pretendeu demonstrar um avanço prático significativo no apoio da NATO ao desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, mas é evidente que as condições apegadas a esse apoio não têm facilitado o processo.

17. Em consonância com o objectivo de reforçar o seu pilar europeu, a NATO decidiu então estudar formas de desenvolver e adaptar as suas estruturas políticas e militares. Disponibilizou-se, também, a ceder capacidades e meios colectivos para operações que a UEO decida levar a cabo no âmbito de uma política externa e de segurança comum. E apadrinhou, neste contexto, a iniciativa de estabelecer quartéis-generais multinacionais, destinados ao comando e controle de forças conjuntas em operações de manutenção da paz – as chamadas «CJTFs» iniciativa que surgia como um *deus ex-machina* que

poderia desbloquear as dificuldades práticas que a UEO enfrenta nas suas relações com a NATO.

18. A consequência disto tudo não terá sido tanto uma rivalidade entre as duas organizações (e ainda bem que não foi), mas mais um sentimento mútuo e vulnerabilidade, onde cada uma acaba por ter a capacidade de, a prazo, frustrar as ambições de outra.

19. Se é verdade que a NATO não tem largado mão da sua atitude condicionalista para com a UEO, também esta não deixou de tentar desenvolver uma «postura de força» adequada às suas necessidades, sem grandes preocupações quanto a se com isso está a «fortalecer» ou não a NATO, como previa o Tratado de Maastricht. Fazemos uma tentativa de demonstração:

- a. Por um lado, a criação das Euroforças tem afectado o cuidadoso equilíbrio que a UEO alcançara desde 1991. Estão a criar-se novas forças, primordialmente para cumprir uma vocação europeia. O velho princípio de ser a NATO a manter a «coerência operacional» dos aliados começa a perder, pelo menos, a sua exclusividade, com um gradual afastamento da UEO desse difícil equilíbrio entre objectivos europeus e atlânticos, e a revelar, de facto, a sua orientação «despudoradamente» europeia;
- b. Por outro lado, tem também emergido um certo realismo no debate sobre o potencial militar europeu. A experiência na ex-Jugoslávia serviu para sublinhar as limitações das capacidades militares da UEO, limitações essas que não irão desaparecer a médio prazo. Não há hoje nenhum país europeu na posição de poder aumentar as suas despesas com defesa, a um ponto que lhe permitisse criar uma capacidade efectiva de intervenção. É por isso consensual, embora não o seja declarado, que não poderá haver uma movimentação militar de envergadura sem o apoio dos Estados Unidos.

20. Continuamos, entretanto, numa posição desprovida de «alma», onde a relação NATO-UEO parece quase depender do desenvolvimento do conceito de forças conjuntas e combinadas. Foi tanto o capital político investido nesta iniciativa durante a Cimeira de 1994, que o seu hipotético falhanço iria convencer muitos de que seria a própria relação entre a NATO e a UEO a ser posta em causa.

21. Uma realidade incontornável é a de que a UEO, sem uma estrutura militar integrada e sem forças directamente sob seu comando, mas com um mandato ministerial que a autoriza a intervir em operações humanitárias e de gestão de crises, tem inevitavelmente de olhar para a NATO como fonte privilegiada onde ir buscar os meios de que virá a necessitar caso deseje afirmar-se como componente de defesa da União.

22. Mas como irá desenvolver-se o debate na CIG sobre o futuro desse componente? Será talvez altura de eu voltar ao tema central deste Seminário e de descrever, em traços gerais, as posições em confronto. E são basicamente três, como já foi sublinhado:

- a. A primeira, defendida exclusivamente pelo Reino Unido, manteria a relação institucional entre a UE e a UEO tal como definida no Tratado de Maastricht;
- b. A segunda, defendida pelos Países Baixos e pela Itália, aponta para a integração plena da UEO na União. A CIG ultrapassaria, assim, a situação criada em Maastricht, substituindo-a por um único quadro institucional para a segurança e defesa dos «Quinze». Isto levaria à anulação do Tratado de Bruxelas Modificado e à dissolução da UEO na União Europeia. Esta opção terá poucas hipóteses de se ver concretizada a médio prazo, não só porque teria a oposição de se ver concretizada a médio prazo, não só porque teria a oposição frontal do Reino Unido (mesmo que seja um governo trabalhista que venha a suceder aos conservadores), mas também porque seria quase impossível levar os países «neutrais» membros da União a assumirem os compromissos de defesa que emergiriam de uma tal fusão;
- c. Fica-nos a terceira opção, defendida pela maioria dos Estados-membros, embora com algumas «nuances» entre eles, que é a de se estreitar a ligação entre a União e a UEO, através de acções de convergência, na perspectiva, então, de uma integração da UEO. Por ser a *opção defendida por Portugal*, permitam que me alongue um pouco sobre ela.

23. Qual é, então, dentro do quadro geral desta opção, o objectivo que Portugal deverá prosseguir? Por um lado, *o reforço do relacionamento da UEO com a União*, dando corpo à dimensão da UEO como componente de defesa da União e *providenciando-lhe as capacidades e os meios operacionais* que lhe garantam uma efectiva dimensão não só de segurança mas, também, militar. Por outro lado, e ao mesmo tempo, *harmonizar as duas instituições*, por forma a

dar continuidade de acção às decisões tomadas na União que tenham implicações no domínio da defesa, no âmbito das chamadas «missões de Petersberg», – o que representaria já, no fundo, uma efectiva coordenação operacional entre a UEO e a União, desde que a sua correspondente execução competisse à UEO.

24. Mas qualquer que seja o quadro escolhido, haverá sempre dois princípios a preservar:

- a. Um, a *manutenção do processo de decisão intergovernamental*, no âmbito do 2.º Pilar. É sobre os governos que deverá recair a responsabilidade pela tomada de decisões relativas à paz ou à guerra. De que outra forma poderíamos justificar perante as nossas opiniões públicas decisões sobre o empenhamento de forças militares?
- b. O outro, a *preservação da regra do consenso*, como base de decisões, também no âmbito do 2.º Pilar. Não se poderia tão-pouco entender que decisões que pusessem em risco a vida de soldados fossem alcançadas através de simples voto maioritário. Neste ponto tem surgido o argumento de que a regra de consenso poderia funcionar como obstáculo à capacidade de a UE agir em determinadas situações, na execução da sua política externa comum, como, por exemplo, o emprego de meios em missões humanitárias ou de gestão de crises. É justamente por este argumento poder merecer alguma validade que se poderia eventualmente considerar a fórmula de «*abstenção positiva*», como maneira de evitar bloqueios na tomada de decisões no seio da União.

25. Enquanto não for estabelecida uma política comum de defesa ou uma defesa comum europeia (e estamos ainda longe destas metas estabelecidas em Maastricht), o que pressuporia também a alteração substantiva e radical do papel e da natureza da NATO, estas duas regras básicas do processo de decisão não poderão ser dispensadas. De qualquer forma, importa reiterar aqui que o Governo Português defende, sem qualquer reserva, a revitalização da Aliança Atlântica, seja qual for o cenário futuro que venha a verificar-se no âmbito europeu.

26. Sem querer entrar no campo da futurologia, para a qual não tenho nenhuma aptidão especial, poderei contudo afirmar com alguma segurança que a via que a CIG irá escolher será a de uma convergência entre a UEO e a UE, mas a longo prazo, reconhecendo, ao mesmo tempo, que não existem presen-

temente as condições políticas objectivas que permitiriam já um avanço, significativo e imediato, naquela direcção. As questões militares e de defesa continuarão, assim e por ora, a ser da responsabilidade da UEO, e a União continuará a tratar de questões de segurança no âmbito da PESC.

27. Gostaria, por último, de referir dois aspectos que também me parecem importantes. Um, *a necessidade de se coordenar os processos de alargamento da União e da NATO*, ao menos sob o signo da concepção política. Compreende-se a posição de alguns países de quererem ver esses processos apenas como paralelos, mas eles afiguram-se-me como interligados. É óbvio que quem faça parte das duas organizações, como é o caso de Portugal, não poderá deixar de comparar e de medir os dois alargamentos, e de se posicionar em função das consequências que cada um deles venha a ter.

28. O outro aspecto, o facto de que tal coordenação permitiria definir, ao mesmo tempo, não só o papel futuro da UEO como, sobretudo, *o lugar da Rússia perante as estruturas de segurança europeia*. A Rússia constitui, sem dúvida, um dos dois factores fundamentais para a estabilidade europeia e, indiscutivelmente, aquele que representa a maior incerteza e, como provavelmente será reforçado no decurso deste ano, o maior desafio também, para uma nova Europa da segurança.

29. Daí (e sobretudo se, como esperamos, forem bem sucedidas as operações conjuntas no quadro da IFOR), não ser descabido contemplar-se a eventualidade de um acordo NATO-Rússia, que promova novos mecanismos formais de consulta e relegue para plano secundário a hipótese de veto, com ou sem direito, a futuros alargamentos. Digamos que a definição de um caminho futuro, além de atender ao posicionamento norte-americano perante a Europa (uma questão-chave da nossa segurança colectiva), terá de se considerar os interesses vitais de Moscova. Alguns considerarão isto uma manifestação primitiva de «Realpolitik»; eu diria apenas que se trata de escutar a voz da razão.

30. Deverá assim afirmar-se, sem ambiguidades, a necessidade de fortalecer as relações entre as estruturas de segurança europeia e a Federação Russa. Mas, ao mesmo tempo, tornando claro que essa complementaridade não se baseia, obrigatoriamente, numa identidade de interesses.

31. Para terminar, o cinismo de Voltaire, procurei demonstrá-lo, não seria hoje justificado. O mundo não é nem perfeito, nem algo que devamos ignorar. O mundo é aquilo que é. Assim também o panorama de uma Europa da segurança não é nem um mundo ideal, sem crises ou guerra, nem constitui um problema insolúvel a merecer apenas a nossa piedosa indiferença.

32. Um escritor e cientista norte-americano, Alan Lightman, colocava uma curiosa questão, numa obra intitulada «Os Sonhos de Einstein», que reproduzo: «Considerem um mundo no qual a causa e o efeito são erráticos. Por vezes, a causa precede o efeito, outras vezes o efeito precede a causa. Ou talvez a causa resida sempre no passado, enquanto o efeito reside no futuro. Mas passado e futuro estão interligados». É bem verdade que o futuro da Europa constrói-se no tempo presente, mas não será menos verdadeiro sustentar-se que seria insensato ignorarmos as lições do passado.

33. Uma nova Europa não será fruto do nada: ela irá nascer dos esforços que em conjunto pusermos na sua construção. E o mundo em que vivemos hoje constitui também um desafio à nossa capacidade de reequacionar as instituições que no passado promoveram a nossa segurança e que permitiram o desenvolvimento económico da Europa Ocidental e o desenvolvimento político, em suma, dos valores da liberdade e da democracia, que constituem a matriz do nosso modelo civilizacional do qual, enquanto geração, somos os principais beneficiários.

António Vitorino

GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA

– *O Que São e Para Que Servem* –

O presente artigo resulta de um estudo realizado pelo autor na sua qualidade de Conferencista e Colaborador do Instituto da Defesa Nacional, seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

A razão deste trabalho é apresentar alguns elementos de informação, assim como pontos de reflexão, que ajudem os leitores a formar, ou consolidar, ou, porventura, talvez mesmo em alguns casos, rectificar a sua própria opinião acerca da natureza e do interesse da Geopolítica e da Geoestratégia, tema cuja discussão se mantém e manterá em aberto por tempo indeterminado, mas que interessa não só ao estudo daquelas disciplinas, mas também ao dos assuntos da política em geral, e das relações internacionais em particular.

Numa primeira aproximação, tirando o sentido directamente da composição das palavras, poder-se-ia responder tratar-se de disciplinas que estudam as relações entre a Geografia e a Política quanto à primeira, e entre a Geografia e a Estratégia, quanto à segunda. Essa primeira aproximação não seria falsa, mas seria imprecisa. Questões fundamentais quanto à metodologia desse estudo, quanto à caracterização do seu âmbito e quanto à sua especificidade face a outras disciplinas afins, desde logo face à Geografia, à Política, e à Estratégia, que também se interessam por aquelas relações, ficariam por responder.

Raúl François Martins

GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA

– *O Que São e Para Que Servem* –

1. INTRODUÇÃO

Nenhuma das duas perguntas formuladas no título deste trabalho tem uma resposta consensualmente aceite. Para cada uma delas existem diversas respostas que dividem entre si os especialistas destas e de outras disciplinas afins. No entanto, essas respostas são cruciais para discutir a questão fundamental de se saber se haverá ou não necessidade delas entre as diversas disciplinas que estudam as questões sociais, bem como para estabelecer, no caso afirmativo, os respectivos âmbitos.

A favor da sua necessidade milita o facto de muitos ilustres autores, oriundos de áreas tão diversas como a Geografia, a História, a Ciência Política, as Relações Internacionais, e as Ciências Militares, desde o fim do século XIX, terem vindo a produzir obras que eles próprios, ou outros, consideram inserirem-se no domínio da Geopolítica. Porém, muitos outros também ilustres autores, desde essa época até hoje, vêm negando que elas sejam realmente necessárias.

A razão deste trabalho é apresentar alguns elementos de informação, assim como pontos de reflexão, que ajudem os eventuais leitores a formar, ou consolidar, ou, porventura, talvez mesmo em alguns casos, rectificar, a sua própria opinião acerca deste tema cuja discussão se mantém, e manterá, em aberto, por tempo indeterminado, mas que interessa não só ao estudo daquelas disciplinas, mas também ao dos assuntos da política em geral, e das relações internacionais em particular.

Numa primeira aproximação, tirando o sentido directamente da composição das palavras, poder-se-ia responder tratar-se de disciplinas que estudam as relações entre a Geografia e a Política quanto à primeira, e entre a Geografia e a Estratégia, quanto à segunda. Essa primeira aproximação não seria falsa, mas seria imprecisa. Questões fundamentais quanto à metodologia desse estudo, quanto à caracterização do seu âmbito e quanto à sua especificidade

face a outras disciplinas afins, desde logo à Geografia, à Política, e à Estratégia, que também se interessam por aquelas relações, ficariam por responder.

Na opinião do bem conhecido sociólogo brasileiro Josué de Castro ⁽¹⁾ a Geopolítica «*é uma disciplina científica que busca estabelecer as correlações existentes entre os factores geográficos e os fenómenos políticos, a fim de mostrar que as directivas políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos (...) o que chamamos Geopolítica não é uma arte de acção política na luta entre os Estados, nem tampouco uma fórmula mágica de predizer a História, como queria Spengler. É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente*». Esta afirmação, que pode ser considerada como resposta simultaneamente às duas perguntas formuladas no título deste trabalho, sugere desde logo a existência de diversos entendimentos para o que se poderá entender por Geopolítica, entendimentos de que Josué de Castro se distancia, apresentando a sua própria versão, e que se percebe inserirem-se em correntes deterministas, normativistas e programáticas («*não é uma arte de acção política... nem fórmula mágica de predizer*»), enquanto a do autor que estamos a referir se insere claramente numa linha analista descritiva («*É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos*»).

Outros autores, como os contemporâneos Gallois, O'Sullivan, e Yves Lacoste, podem ajudar-nos a exemplificar as divergências também quanto ao âmbito, ou abrangência, atribuída à Geopolítica. Assim, enquanto Gallois ⁽²⁾ afirma que «*É o estudo das relações que existem entre a conduta de uma política de Poder no plano internacional, e o quadro geográfico em que se exerce*», dando a entender respeitar apenas à prática da política de Poder e só nas relações internacionais (entre Estados ou com estes como agentes decisivos), já para O'Sullivan ⁽³⁾ «*A Geopolítica (...) estuda a geografia das relações entre os detentores do Poder, sejam eles chefes de Estado ou das organizações transnacionais*», tratando-se, portanto, também das relações não estatais, embora ainda centrando-se no campo das relações externas, enquanto que para

(1) CASTRO, Josué de, «Geopolítica da Fome», 6.ª edição, S. Paulo, Editora Brasileira, 1961, pag. 27.

(2) GALLOIS, Pierre, «Geopolitique, les voies de la Puissance», Fondation des études de Défense National, PLON, Paris, 1990, pag. 37.

(3) SULLIVAN, P.O., «Geopolitics», 1986, citado em «La Geopolitique est-elle une science?», artigo de Franck Debié, na revista «Stratégique», pag. 58.

Yves Lacoste⁽⁴⁾ no âmbito da Geopolítica inserem-se igualmente determinados aspectos das políticas internas. Conforme escreve «*os problemas geopolíticos não se põem apenas ao nível das relações inter Estados, mas também no quadro de cada Estado. Eles são, com evidencia, particularmente graves nos Estados que agrupam diversas nacionalidades ou etnias mais ou menos rivais (...) Mas os Estados cuja unidade política e cultural é relativamente forte apresentam, eles também, problemas geopolíticos internos, por exemplo os da regionalização. A geografia eleitoral, isto é, a descrição e explicação da diferenciação espacial das tendências políticas, releva também de razões geopolíticas*».

A este respeito, os professores Harold e Margaret Sprout⁽⁵⁾ afirmam que as análises geopolíticas «*podem servir propósitos de pesquisa contemplativa ou de intervenção política (policy-making) e propaganda, e que qualquer que seja o declarado interesse dos autores (...) (os seus escritos geopolíticos) têm servido ambas as espécies de propósitos*». No mesmo sentido, a de que será intrínseco ao pensamento geopolítico uma dimensão simultaneamente instrumental e instrumentalizável, pode entender-se a afirmação de R. Aron⁽⁶⁾ «*A posição geográfica influi indirectamente sobre a política externa de um país, na medida em que serve de instrumento para determinar modos de pensar e sistemas políticos*». O texto de Josué de Castro que citámos há pouco parece-nos também referir, embora em parte de forma implícita, a existência destas duas, ou mais exactamente, três vertentes da utilidade da Geopolítica, a da análise descomprometida, a da intervenção política, e a da propaganda.

Tanto a dimensão programática como a propagandística da Geopolítica foram enfatizadas pela «escola» de Munique, sobretudo a partir do momento em que esta passou a ser instrumentalizada pelo nacional socialismo de Hitler (1936). Desse facto, de forma talvez excessiva, já que outras disciplinas como a História e a Biologia não foram menos instrumentalizadas pelos nazis, e, por outro lado, o pensamento geopolítico de antes da segunda guerra mundial de modo algum se limitava ao pensamento alemão, resultou que a palavra

(4) LACOSTE, Yves, «Géographie et Géopolitique», pag. 292 (colaboração no livro «Espaces, jeux et enjeux», coordenado por Franck Auriaac e Roger Brunet, edição Fayard, Fondation Diderot, 1986).

(5) SPROUT, Harold e Margaret, «Geography and International Politics in revolutionary change», Journal of conflict resolution, IV, n.º 1, pag. 152, citado por Saul Cohen em «Geography and Politics in a World divided», 2.ª edição, 1973, pag. 29.

(6) ARON, Raymond: «Conflicto y guerra desde el punto de vista de la sociología histórica», Editorial Tecnos, 1963, pag. 251.

«geopolítica» tivesse sido proscrita na maior parte dos meios académicos, e, com a notável excepção da América do Sul, assim se mantivesse durante muito tempo. Ainda hoje, apesar de uma crescente recuperação de credibilidade (?), a geopolítica é encarada com maior ou menor desconfiança por muitos autores do âmbito quer da Geografia, quer da Ciência Política, quer mesmo da ainda jovem disciplina das Relações Internacionais.

Porém, apesar da Geopolítica, conforme constataram os Sprout, não poder nunca deixar de ser também programática para além de esclarecedora, e de poder sempre ser instrumentalizada de forma a servir fins de propaganda, o que aliás também acontece com outras disciplinas afins como a História, a Ciência Política, a Estratégia, a utilidade da sua dimensão propriamente analítica chamou desde sempre a atenção de estudiosos, analistas, e políticos. É bem conhecida e muitas vezes citada a frase de Napoleão «*A Política dos Estados está na sua Geografia*», a qual não difere muito da constatação que, nos nossos dias, faz François Joyaux (*), quando afirma que «*A Geografia não permite apenas compreender as políticas tais como elas se elaboram, mas também tais como elas se manifestam*», abrangendo nesta sua afirmação tanto o processo decisório como a sua implementação. Mais uma vez, na citação que fizemos de Josué de Castro, homem de esquerda, escritor dos anos cinquenta, altura em que era preciso alguma coragem intelectual para reconhecer valia científica à Geopolítica, podemos encontrar também a constatação da importância da dimensão analítica daquela disciplina, tanto no que se refere à dinâmica dos fenómenos políticos, como no que respeita às directivas políticas, que vai ao ponto de afirmar «não terem sentido fora dos quadros geográficos».

A análise geopolítica não será, talvez, em si mesma, muito diferente de outras formas de analisar os acontecimentos políticos, sobretudo das que se inserem na corrente das tendências realistas, nas quais, como na Geopolítica, interesses e relações de Poder constituem elementos centrais para as hipóteses explicativas. Difere delas, porém, na perspectiva dominante, a qual, partindo sempre da situação geográfica, esclarecida pela respectiva dimensão histórica, tende a ver acontecimentos, actores, comportamentos, projectados no espaço geográfico em função do tempo. Neles próprios, os actores, os objectivos, os

(?) Nos anos setenta, a utilização frequente da palavra «geopolítica» por alguns destacados teorizadores e políticos, como por exemplo, Kissinger, marca um ponto de viragem nessa situação.

(*) JOYAUX, François: «Géopolitique de l'Extrême Orient», éditions Complexe, citado na revista «Stratégique» 49, pag 338.

comportamentos e os acontecimentos, são efectivamente os mesmos que outras formas de análise contemplam, dedicando a Geopolítica a sua atenção aos mesmos factores, sociais, económicos, políticos, estratégicos, militares e, naturalmente, também geográficos, que são utilizados nas outras formas de analisar os factos. Mas a perspectiva própria da Geopolítica dá, entre esses factores, um papel de primeiro plano à Geografia, que não só é trabalhada como um dos mais importantes, como também subjaz à discriminação, valorização relativa, e selecção, dos aspectos considerados pertinentes em cada um dos outros factores, e ainda no entendimento do modo como cada um deles intervém nos acontecimentos, já que a Geografia que interessa à Geopolítica não é apenas a Geografia física, mas sim a Geografia humana, isto é, uma concepção da Geografia que reúne e integra todos aqueles outros factores.

Certamente será discutível pensar-se que a Geopolítica tenha capacidade para explicar completamente todos os comportamentos políticos, e errado que possa prevêê-los com exactidão, mas poder-se-à afirmar com boas razões que a análise geopolítica constituirá um bom complemento ou uma valiosa alternativa para outras formas de análise, tanto quanto à descrição, interpretação e explicação das situações, como quanto à determinação das tendências evolutivas dos fenómenos políticos, sobretudo quando se estudem os longos prazos. Para alguns autores e analistas, a perspectiva geopolítica, que poderá utilizar algum, ou alguns, dos vários métodos da Geografia Política (Hawthorn descreve quatro, aos quais Saul Cohen acrescenta mais dois ⁽⁹⁾) constituirá mesmo a forma privilegiada, a que melhor permite perceber, e explicar, determinados acontecimentos políticos, e que, pela relativa permanência dos factores geográficos, empresta às sempre falíveis mas indispensáveis prospectivas mais probabilidades de acerto.

A caracterização da análise geopolítica e da sua perspectiva específica é o objecto de todo um capítulo de um livro de Saul Cohen ⁽¹⁰⁾. Nele afirma que a análise geopolítica tem dois aspectos principais, o da descrição dos ambientes ou suportes geográficos na sua relação com o Poder Político, e o da elaboração de padrões territoriais que abranjam unidades de Poder em interacção. Seguidamente cita Mackinder para referir a variação das perspectivas geopolíticas ao longo dos tempos, e foca a sua atenção sobre um dos aspectos que as caracterizam, o da diferenciação geográfica dos grandes polos

⁽⁹⁾ COHEN, Saul Bernard: «Geografía y Política en un Mundo dividido», ediciones ejército, 1980, 1.º capítulo.

⁽¹⁰⁾ COHEN, idem, 2.º capítulo.

ou blocos de Poder a nível global, tendo em conta a respectiva hierarquia, ou seja, segundo a sua expressão que foi também a utilizada por James Fairgrieve ⁽¹⁾, a diferenciação entre «O Mundo que conta» e o que não conta. Conforme escreve ⁽²⁾, *«Até ao fim do século XIX, os maiores blocos de Poder eram associações de impérios baseados na Europa. O coração do Poder mundial residia numa área comprimida – o território mediterrâneo e europeu influenciado pelo mar. Durante mais de três mil anos os nódulos desse Poder foram pontos ou áreas como a Mesopotâmia, o Nilo, a Pérsia ocidental, a Hélada, Cartago, Roma, Bizâncio, Bagdad, Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha. Este era «o mundo que contava».*

Um outro aspecto da especificidade das perspectivas geopolíticas, este dizendo respeito à forma de perceber e representar o espaço nas respectivas análises, aparece-nos claramente explicitado num texto de Raymond Aron ⁽³⁾. Conforme escreve *«o espaço pode ser considerado, à vez, como meio, teatro, e objecto de disputa da política internacional (...) A distinção (...) entre meio e teatro exige algumas explicações. A Geografia humana descreve as sociedades sobre um solo, sob um dado clima (...) O meio que estuda e define é ao mesmo tempo natural e histórico, é concretamente definido, comporta todos os traços que os especialistas da fauna, flora, dos terrenos, dos climas, conseguem distinguir e o sábio julgue significativos. Considerado como teatro, o espaço não é concreto mas por assim dizer, abstracto, e simplificado, estilizado, esquematizado pelo observador (...) o planeta, teatro das relações internacionais, é definido apenas pelas qualidades que os actores da política internacional devem ter em conta. É na medida em que o espaço planetário pode ser concebido como o quadro esquemático da política internacional que a geopolítica oferece uma perspectiva original e fascinante sobre a história diplomática (...) O geopolítico vê no meio geográfico o terreno do jogo diplomático e militar. O meio simplifica-se num quadro abstracto, as populações transformam-se em actores, aparecem e desaparecem sobre a cena do mundo (...) as linhas de expansão, como as ameaças à Segurança, são desenhadas antecipadamente sobre a carta do Globo (...) A Geopolítica combina uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geográfico-económica dos recursos, com uma interpre-*

⁽¹⁾ COHEN, idem, pag. 73.

⁽²⁾ COHEN, idem, pag. 72.

⁽³⁾ ARON, Raymond: «Paix et Guerre entre les Nations», Calman-Lèvy, 1962, 7.ª edição, 1975, pag. 188/189 e 196/197.

tação das atitudes diplomáticas em função do modo de vida e do meio (sedentários, nómadas, terrestres, marítimos)».

A estes dois aspectos das perspectivas geopolíticas, isto é, o da diferenciação espacial hierarquizada dos blocos de Poder, exemplificado na ideia do «mundo que conta», e o da abstracção do espaço considerado como teatro, poder-se-à acrescentar uma forma específica de analisar os factores do Poder. Estes, conforme já assinalámos, são considerados do ponto de vista geográfico, isto é, da sua variação no espaço, sendo dado natural prevalência aos factores da Geografia física, e, nestes, aos aspectos «posição», «extensão», e «relevo», sendo também estudados, mas em função dos anteriores, os do «clima» e da «fertilidade dos solos».

De entre os aspectos ligados aos factores sociais aparecem sempre destacados os demográficos e os etno-culturais. De entre os ligados aos factores económicos são em regra destacados os tecnológicos, os da produtividade industrial, os dos transportes, e os dos recursos naturais, em especial os necessários à produção de energia. Quanto aos factores políticos, é naturalmente concedida a maior importância aos aspectos directamente relacionados com a geração e aplicação do Poder, assim como às actividades estratégicas e diplomáticas. Os factores militares são sempre considerados com particular atenção.

Estes factores, hierarquizados, organizados em função da sua dimensão geográfica, são estudados nos vários níveis de análise, o nacional, o regional, e o mundial, a que correspondem diferentes escalas geográficas. Os resultados desses estudos são integrados, permitindo diferenciar no espaço as capacidades dos diversos agentes para influenciarem os acontecimentos (a perspectiva do «mundo que conta»), tudo sendo simplificado e projectado num espaço abstracto (o «teatro»), onde as grandes linhas dos conflitos, das forças, das tendências, são inscritas segundo modelos de análise. Esses modelos, específicos de cada teoria, materializam, cada um a seu modo, a perspectiva geopolítica.

Para aprofundar um pouco alguns destes aspectos agora apenas aflorados a propósito das duas questões que titulam este trabalho, propomo-nos prosseguir começando por discutir um pouco mais os conceitos de Geopolítica e Geoestratégia, bem como a sua conexão com os que lhe são muito próximos, de Geografia Política e de Estratégia. Tentarei depois uma sumariíssima referência a algumas das principais teorias de entre as que têm contribuído para constituir o acervo de conceitos e hipóteses característicos da Geopolítica, a qual tentaremos organizar segundo dois paradigmas, que designaremos por

«dos grandes espaços» e «da oposição mar-terra». São dois paradigmas que nos parecem subjacentes cada um deles a uma parte dos diversíssimos modelos propostos pelos diferentes autores para explicarem as situações concretas do sistema e subsistemas das relações internacionais, bem como, para alguns, também de determinadas relações políticas internas. Estes dois paradigmas distinguem-se fundamentalmente pela forma como neles são aplicados os três aspectos da Geografia física mais relevantes nas análises geopolíticas, isto é, a extensão, o relevo, a posição. No primeiro, a extensão e o relevo adquirem maior importância relativa na elaboração dos respectivos modelos, ao contrário do que se passa com o segundo em que a maior importância relativa é atribuída à posição.

Dentro do primeiro paradigma distinguiremos duas subdivisões, ou dois sub-agrupamentos, consoante o que se nos afigura ser o critério principal subjacente à elaboração dos modelos dos respectivos teorizadores, num caso o político-económico, no outro o socio-cultural. Aproveitaremos a oportunidade da apresentação deste segundo sub-agrupamento para referir uma questão teórica importante na caracterização das teorias geopolíticas, até pelo menos à segunda guerra mundial, que é a que trata da natureza da influência que o meio natural exerce nos comportamentos políticos, questão essa que separa «deterministas» de «possibilistas». Como estes últimos estão ligados ao pensamento geopolítico francês do fim do século XIX, o qual, por sua vez, será englobado no subgrupo do paradigma dos «grandes espaços» subordinado ao critério socio-cultural, será nessa altura que esta questão será abordada.

Após a apresentação de alguns aspectos de algumas das principais teorias, agrupadas segundo os referidos paradigmas que nos parecem presidir à elaboração dos respectivos modelos de análise, terminaremos com breves considerações de carácter muito geral acerca de alguns aspectos da aplicação da análise geopolítica (e geoestratégica) ao sistema das relações internacionais após a segunda guerra mundial, procurando desse modo exemplificar, de forma necessariamente muito sumária, a sugestão da hipótese dos dois paradigmas, bem como da sua diferente adequação à interpretação das realidades, sempre mutáveis, que estruturaram as situações nos sistemas e subsistemas das relações internacionais.

2. DISCUSSÃO DOS CONCEITOS

A REALIDADE FACTUAL

Existe uma realidade factual que consiste na permanente interacção biunívoca entre os indivíduos, as comunidades por estes constituídas, e o meio ambiente natural onde se inserem. Estes três elementos evoluem juntos e inter influenciam-se. Neste conjunto, a Geografia aparece como fundamento do meio ambiente natural, sendo simultaneamente quadro, agente, objecto e instrumento no complexo de inter influências atrás referidas. Além disso, e este aspecto é frequentemente referido como argumento a favor da importância dos estudos geopolíticos, os factores geográficos são os de maior permanência entre os que actuam no referido complexo de inter influências.

AS DISCIPLINAS DO ESTUDO

Desde há muitos séculos, pelo menos desde a antiguidade clássica, que grandes personalidades da História do pensamento, entre as quais figuram nomes como os de Heródoto, Platão, Aristóteles, Plínio o velho, Estrabão, Ptolomeu, Maquiavel, Jean Bodin, Montesquieu, etc., no decurso dos seus trabalhos e na medida em que tal para eles se tornava necessário, têm procurado estudar o complexo de inter influências atrás referido, interrogando-se sobretudo acerca da natureza, importância e alcance das influências do meio ambiente natural sobre as características quer somáticas quer psicológicas dos seres humanos, assim como sobre a estruturação social e política, os usos e costumes, das comunidades por eles formadas.

No século XIX esse tipo de estudos aparece em quase todas as disciplinas em que se dividiam as ciências humanas, mas, no que concerne mais directamente à relação do meio ambiente natural com os comportamentos políticos, socio-políticos, e político-económicos, ganha maior relevância em disciplinas como a Geografia, a Ciência Política, e a Estratégia. Na transição do século XIX para o século XX, autonomiza-se numa especialização da Geografia, a Geografia política, numa nova área de estudos interdisciplinares, a Geopolítica, e no que por uns é entendido como subdivisão da Geopolítica, e por outros da Estratégia, a Geoestratégia. Deste modo, temos que o estudo das relações entre decisões e actos políticos por um lado, e o ambiente natural em que decorrem, por outro, se integra no âmbito destas

seis disciplinas, sendo que, para as três últimas, esse estudo constitui o seu próprio objecto.

Esta sobreposição de âmbitos conduz naturalmente a que diversos autores contestem a necessidade das novas disciplinas, havendo entre eles os que consideram todas três desnecessárias, e os que admitem apenas a validade da Geografia política, como especialização da Geografia, negando porém valia às outras duas. Por outro lado, conforme já referimos, a conotação da Geopolítica com a «escola» de Munique instrumentalizada pelo nazismo, leva a que alguns autores, embora em menor número hoje do que nos anos cinquenta e sessenta, não só neguem a necessidade da Geopolítica e da Geoestratégia como, mais ainda, as considerem pseudo ciências.

Apesar disso, muitos autores foram desenvolvendo estudos no âmbito daquelas disciplinas, os quais, de resto, como também já assinalámos, se têm vindo a multiplicar desde o final dos anos setenta. Entre os autores que reconhecem a importância da Geopolítica, porém, uma parte substancial não distingue dela a Geoestratégia, ou por não considerar importante fazê-lo, ou por considerar não haver diferença significativa entre ambas. Por outro lado, alguns autores, sobretudo entre os militares, entendem, como Lucien Poirier⁽¹⁴⁾ ao afirmar que *«o espaço é uma das categorias usuais do pensamento estratégico (...) dizer geoestratégia é tautológico»*, não haver razão para autonomizar Geoestratégia de Estratégia. Finalmente, existem os autores que, como o geógrafo Yves Lacoste ou o militar Célèrier, afirmam a necessidade de ambas as disciplinas, procurando caracterizá-las e distingui-las entre si, assim como relativamente às que com elas tem maior afinidade, Geografia política quanto à Geopolítica, e esta e a Estratégia quanto à Geoestratégia.

A DISTINÇÃO ENTRE GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

As quatro disciplinas que acabámos de mencionar são todas elas sincréticas, fazendo apelo a abordagens pluridisciplinares, onde os conhecimentos da Geografia humana interactuam com os da História, os da Política, os da Sociologia, os da Economia, e os das Ciências militares, na tentativa de perceber as complexas relações entre o meio ambiente natural e as comunidades humanas que nele interactuam. Reunindo elementos de tão variadas

(14) Segundo citação de Hervé Couteau-Bégarie, na revista *Stratégique* n.º 50 (2/91) pag. 10/11.

disciplinas, estas quatro distinguem-se entre si, desde logo, pelas diferenças quanto à importância relativa que para cada uma delas assumem os contributos vindos de outras fontes. Assim, é evidente que, por exemplo, para a Estratégia, e, embora com menor relevo, também para a Geoestratégia, terão muito maior importância os conhecimentos militares do que para a Geopolítica e, sobretudo, do que para a Geografia política. Pelo contrário, principalmente para esta, mas também para a Geopolítica e Geoestratégia, os conhecimentos da Geografia serão mais importantes do que o são para a Estratégia. Por outro lado, o grau de interdisciplinaridade também não é idêntico, sendo a Geografia política e a Estratégia disciplinas mais especializadas, enquanto a Geoestratégia e especialmente a Geopolítica são abertamente interdisciplinares.

A distinção entre estas disciplinas torna-se mais difícil, mas também mais esclarecedora, quando feita entre as que entre si estão mais próximas, isto é, entre a Geografia política e a Geopolítica por um lado, a Geopolítica e a Geoestratégia por outro, e a Geoestratégia e a Estratégia, por outro ainda. Será portanto a comparação entre os termos de cada um destes pares a metodologia adoptada, mas, para não alongar exageradamente esta exposição, limitar-nos-emos à simples apresentação de alguns dos respectivos critérios de distinção, acrescentando, no fim, sinteticamente, alguns elementos para uma configuração genérica dos conceitos de Geopolítica e de Geoestratégia.

A propósito da distinção entre Geografia política e Geopolítica, o professor Sousa Lara ⁽¹⁵⁾ apresenta três critérios. Segundo ele, a primeira seria claramente uma ciência descritiva, enquanto a segunda teria uma forte vocação programática. A Geografia política seria predominantemente sincrónica, isto é, tenderia a limitar as suas análises a um determinado segmento temporal, enquanto que a Geopolítica seria por essência diacrónica, isto é, analisando os acontecimentos segundo o vector tempo, do passado para o futuro. Finalmente, a primeira, apesar de fazer apelo a conhecimentos de outras disciplinas seria, antes de mais, uma divisão da Geografia, enquanto a segunda seria muito mais pluridisciplinar.

Estes critérios de distinção, embora não apresentados da mesma forma, encontram-se também em outros autores, entre os quais será possível encontrar ainda outros critérios, de que dois nos parece poderem complementar utilmente os três anteriores.

⁽¹⁵⁾ LARA, António de Sousa: «Geopolítica», ISCSP, 1981, reproduzido em extractos no texto de apoio CO-4200/20 do Instituto de Altos Estudos Militares, pag- 3-19.

O norte americano Kristoff⁽¹⁶⁾, por exemplo, afirma que *«a única diferença real entre Geografia política e Geopolítica está na ênfase, no foco da atenção. A Geografia política tende a focar a sua atenção nos fenómenos geográficos. A Geopolítica, pelo contrário, tende a focar-se nos fenómenos políticos e tenta dar uma interpretação geográfica e estudar os aspectos geográficos desses fenómenos»*. Isto é, se bem entendi a opinião de Kristoff, a Geografia política não seria senão o estudo da Geografia a partir de um ponto de vista político, enquanto que a Geopolítica seria o estudo da Política a partir de um ponto de vista geográfico.

Para o francês Pierre Célèrier⁽¹⁷⁾, a distinção faz-se ainda de outro modo. Para além de considerar estática, porque ligada a um momento dado, a Geografia política, e dinâmica, porque se preocupa com as evoluções e as possibilidades, a Geopolítica, o que se integra no critério do sincrónico versus diacrónico já apresentado, Célèrier refere ainda que, para a Geografia política *«as visões de conjunto (...) são mais justaposições do que sínteses»*, enquanto que a Geopolítica *«pelo contrário, esforça-se por ligar entre si os diversos factores determinantes em política (...) para chegar a uma síntese»*.

A DISTINÇÃO ENTRE GEOPOLÍTICA, GEOESTRATÉGIA, E ESTRATÉGIA

As distinções entre Geopolítica e Geoestratégia, e entre esta e a Estratégia, são menos frequentemente objecto da atenção dos especialistas do que as entre Geografia política e Geopolítica, talvez porque, para muitos deles, como referimos, a Geoestratégia será, ou Geopolítica, ou Estratégia. No entanto, entre os que autonomizam a Geoestratégia, é naturalmente possível encontrar alguns critérios de distinção.

Acerca da que possa existir entre Geopolítica e Geoestratégia, o critério mais comum é o de considerar que esta última tem a ver com os problemas estratégicos (situações de conflito e emprego de meios de coacção) no âmbito da Geopolítica, entendendo-a como uma espécie de sector desta, com a qual o relacionamento de certa forma reproduziria o que existe entre Política e Estratégia. Será, no fundo, o que terá querido dizer Célèrier ao escrever que

⁽¹⁶⁾ KRISTOFF, Ladis: «The origins and evolution of Geopolitics», artigo publicado no vol. 4 (Março de 1960) do *Journal of Conflict Resolution*, conforme citação a pag. 11 da publicação «Geoestratégia, IAEM, 1982» do Instituto de Altos Estudos Militares.

⁽¹⁷⁾ CÉLÉRIER, Pierre: «Géopolitique et Geostratégie». Presses universitaires de France, colecção «Que sais-je?» (1.ª edição 1955), 3.ª edição 1969, pag. 16/17.

«a Geoestratégia, irmã mais nova da Geopolítica, forma com ela um díptico homogêneo que oferece, tanto ao político como ao militar, um mesmo método de aproximação aos problemas necessariamente interligados do mundo actual (...) (ela trata) do estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos. Estes (...) são todos aqueles que vimos desempenhar um papel em Geopolítica» ⁽¹⁸⁾. No mesmo sentido vai o léxico de Geopolítica de Jacques Sopelsa ⁽¹⁹⁾ ao considerar que *«a Geoestratégia é o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos. Com a Geopolítica, que completa, ela analisa assim as relações fundamentais que regem o mundo contemporâneo»*.

Quanto à distinção entre Geoestratégia e Estratégia, os critérios mais utilizados são, por um lado a escala geográfica em que os estudos são feitos, em geral maior quanto à Estratégia, que estuda o teatro de operações com maior detalhe, focando por isso a sua atenção em espaços mais restritos do que aqueles que, em regra, interessam à Geoestratégia, e por outro, a forma predominante de encarar os acidentes geográficos, que o estrategista tende a ver, sobretudo, como condicionantes, enquanto o geoestrategista os coloca no centro das suas análises, valorizando-os principalmente em função do seu eventual papel como objectivos, ou como factores de Poder.

ESBOÇO DE SÍNTESE CONCLUSIVA ACERCA DOS CONCEITOS

Na sequência do que temos vindo a escrever poderemos já, talvez, formular algumas afirmações, que em parte serão conclusões, em parte complementos e elucidações, do que antecede.

Pela sua natureza e na elaboração das suas análises a Geopolítica e a Geoestratégia constituem metodologias para interpretação das situações políticas, segundo uma orientação realista, particularmente vocacionadas para aplicação nas relações internacionais, embora também aplicáveis a determinados aspectos das políticas internas.

Ambas utilizam uma visão macroscópica, elaborando sínteses e modelos globalizantes, que integram vários níveis de análise correspondendo a diferentes escalas cartográficas (nacional ou local; subsistemas regionais; sistema mundial).

⁽¹⁸⁾ CÉLÉRIER, obra citada, pag. 61.

⁽¹⁹⁾ Léxico de Geopolítica de Jacques Sopelsa, edição Dalloz

Centram as suas atenções no que diz respeito à geração, emprego, e conquista do Poder, procurando perceber, relacionando-os entre si, os grandes condicionamentos à acção política, bem como aconselhar os decisores na formulação de objectivos (ambas incluem preocupações prospectivas, assim como fortes tendências para o programatismo).

Nos seus estudos, enquanto a Geopolítica se preocupa com o que se relaciona com a geração e o exercício do Poder em geral, a Geoestratégia preocupa-se em especial com o que se refere ao exercício da coacção.

Não existem conceitos, menos ainda definições, consensualmente aceites, para nenhuma destas disciplinas, mas sim uma grande variedade de propostas apresentadas nos trabalhos de diversos autores. Porém, como uma simples hipótese de trabalho que concretiza de algum modo os diferentes critérios de distinção reunidos, bem como a nossa própria opinião, será possível, e talvez útil, apresentar em jeito de síntese, alguns traços caracterizadores dos conceitos de Geografia política, Geopolítica, e Geoestratégia.

Assim, quanto à primeira, tratar-se-á de um estudo sincrónico da Geografia, a partir de um ponto de vista político, examinando e descrevendo as condições espaciais da vida dos povos organizados em Estados, nas relações biunívocas, que dessas condições decorrem, entre os processos políticos e os respectivos ambientes geográficos.

Quanto à Geopolítica, será o estudo diacrónico da política a partir de um ponto de vista geográfico, nas suas relações com os ambientes físico e social, estudo esse orientado para as relações internacionais embora não omitindo questões relevantes da política interna, (as que sofrem variações importantes devido à distribuição territorial) dedicando especial atenção ao que se relaciona com a geração, a aquisição, e o emprego do Poder, tentando definir constantes, tendências, limites e condicionamentos. É, por natureza, uma disciplina que se insere nas orientações realistas do estudo das relações internacionais. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política particularmente vocacionada para a percepção e definição de interesses e objectivos, bem como dos factores do Poder.

Quanto à Geoestratégia, poderemos considerá-la como o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala regional ou à mundial, procurando deduzir a influência dos factos geopolíticos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respectivos objectivos. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política, particularmente vocacionada para a per-

cepção e análise de conflitos (actuais e potenciais) bem como dos comportamentos nesses conflitos.

3. O ESPAÇO-EXTENSÃO COMO ELEMENTO CENTRAL

OS DOIS PARADIGMAS

Conforme referência feita na introdução, a maior parte, senão mesmo a totalidade, dos modelos de análise propostos pelos geopolíticos, poder-se-ão agrupar segundo dois paradigmas, consoante a forma como valorizam e empregam os factores da Geografia física. Embora todos atribuam um papel de primeiro plano à extensão e ao relevo, assim como à posição dos territórios, uns colocam no centro da elaboração das suas análises a posição, avaliada sobretudo em função da sua relação com mares e continentes, e enquadram as relações de Poder predominantemente em termos de oposição entre circulações marítima e terrestre, enquanto outros, embora sem ignorar a importância daqueles aspectos, colocam no centro da elaboração das suas análises a extensão e o respectivo relevo dos territórios, enquadrando as relações de Poder mais em função da interacção dos respectivos factores e dimensão dos principais centros de Poder, do que relativamente à maritimidade ou continentalidade das principais linhas de circulação implicadas. Entre estes, ainda é possível distinguir dois subgrupos, consoante a valorização relativa que estabelecem entre os factores político-económicos e socio-culturais na forma como definem a estrutura dos grandes espaços em que baseiam os seus modelos.

Ao paradigma subjacente à elaboração dos modelos que colocam a posição no centro das suas análises daremos o nome de paradigma de «oposição mar-terra». É, sem dúvida, o mais utilizado, o mais conhecido, e, para alguns, constitui mesmo um autêntico símbolo do pensamento geopolítico. Incluem-se neste paradigma nomes ilustres como os de Mahan, Mackinder, Spykman, Castex, etc.

No entanto, os modelos de análise de alguns outros entre os grandes nomes da Geopolítica, designadamente todos os da escola alemã até à segunda guerra mundial, ou os franceses La Blache, Brunhes, e Vallaux, não se enquadram naquele paradigma. No centro dos seus modelos colocam a extensão e o relevo, por isso, ao paradigma que lhes estará subjacente, daremos a designação de paradigma dos «grandes espaços», subdividido, conforme dissemos, em dois subgrupos, o dos «grandes espaços de definição político-económica» e o dos «grandes espaços de definição socio-cultural».

conforme, como aqueles alemães, privilegiem os factores político-económicos, ou pelo contrário, como aqueles franceses, os factores socio-culturais. Será por este paradigma dos «grandes espaços» que começaremos a nossa muito rudimentar evocação de algumas das principais teorias do que hoje consideramos Geopolítica, pois terá sido com ele, através da obra de Ratzel, que esta disciplina terá tido o seu início.

RATZEL, 1887

O geógrafo alemão Ratzel (1844/1904) é considerado o fundador da Geografia política como ramo autónomo da Geografia humana. Não é o criador do conceito nem autor dos primeiros trabalhos naquela matéria, mas o seu livro «Geografia Política», publicado em 1887, é o primeiro a elaborar uma teoria geral procurando explicar a cultura social e política em função do meio físico. É interessante notar que a sua obra, fundadora da Geografia política, é também o ponto de partida para a linha de pensamento geopolítico que frequentemente se designa por «escola alemã», e, de um modo geral, ainda hoje referência obrigatória para todo o pensamento geopolítico. Esta origem comum, conjugada com a sobreposição entre o objecto de uma e outra, contribui, naturalmente, para a dificuldade em distinguir Geografia política de Geopolítica que referimos nos dois capítulos anteriores deste trabalho.

As principais contribuições de Ratzel para a Geopolítica (então indiferenciada da Geografia política) podem considerar-se contidas em três conceitos, e nas suas leis e teoria dos espaços. Estas últimas têm apenas um interesse histórico, pois tendo sido polémicas e contestadas na própria época em que foram escritas, hoje estão claramente desadequadas e podem ser criticadas com a maior facilidade. Nelas são visíveis tendências deterministas, e a sua ideia central é a afirmação da conveniência, mesmo até necessidade, da expansão territorial.

Os três conceitos, porém, o do «Estado como entidade territorial», o do «sentido do espaço», e o do «espaço vital», fazem parte do acervo comum a todo o pensamento geopolítico que posteriormente se iria desenvolver. Mas sendo muitas vezes contestados e contrariados, mantêm-se ainda hoje como referências, embora dois deles, o de «sentido do espaço» e o de «espaço vital», tenham sido praticamente abolidos das teorias modernas.

Na sua concepção do Estado como entidade territorial Ratzel enfatiza a importância do território enquanto elemento constituinte do Estado, atribuindo-

do-lhe um papel verdadeiramente determinante na estruturação e no funcionamento do Poder político, assim como na vida e na cultura do povo. Afirma que o Estado tem duas coordenadas essenciais (da sua essência) que são o espaço (extensão e relevo do território), o qual considera ser o factor primordial da vida e da grandeza dos Estados, e a posição.

A estas duas coordenadas essenciais (que ainda hoje, como temos referido, continuam a ser as principais no pensamento geopolítico) Ratzel acrescenta duas outras, que são o objecto dos conceitos de «sentido do espaço» e de «espaço vital». Quanto à primeira, seria um elemento constituinte do carácter dos povos, representando a aptidão colectiva, variável de povo para povo, para compreender o espaço e dele tirar partido. Quanto à segunda, estava ligada à ideia do espaço necessário à plena realização do sentido do espaço de cada povo. O elemento essencial deste conceito era o da existência de um direito natural, decorrente de um superior «sentido do espaço», o qual se sobrepunha àquela necessidade.

KJELLEN, 1916

O sueco Kjellen, formado em Direito e professor de ciência política na Universidade de Gutemburgo, onde, desde 1908, regeu uma cadeira intitulada «O Estado como forma de vida», é o criador da expressão Geopolítica, que aparece pela primeira vez num livro publicado em 1916 com o título igual ao da cadeira atrás referida. Nesse livro desenvolve uma teoria compreensiva do Estado, a Biopolítica, pretendendo englobar toda a sua complexa realidade, considerando-o organismo vivo, sensível, racional, com formas próprias de actuar em função da sua personalidade e interesses. Divide a Biopolítica em 5 ciências interdependentes, a Demopolítica, ciência do povo como entidade natural e cultural, a Sociopolítica, ciência das estruturas e das instituições, a Cratopolítica, ciência do sistema integrador dos interesses e do exercício do Poder, a Ecológica, ciência dos recursos económicos, e a Geopolítica, ciência do território como elemento integrador do Estado, a qual constituiria o centro de gravidade de todo o sistema.

A obra de Kjellen insere-se na continuidade da de Ratzel, mas mostrando-se claramente mais determinista e organicista do que a dele. Tal como Ratzel, entende que o território é uma força em si mesmo, que quanto mais território mais força, e vai mais longe do que Ratzel, ao afirmar explicitamente que os Estados têm um direito natural ao desenvolvimento e à expansão, e que as

grandes Potências constituíam uma aristocracia, classe superior de Estados, com direitos e privilégios indefinidos. Na sua «tese da vinculação territorial do Estado», reafirma a importância essencial que atribui ao território, ao afirmar que «*cada Estado tem o seu núcleo territorial (...) do qual não pode separar-se ou desligar-se sob pena de sucumbir*»⁽²⁰⁾ e que o Estado é capaz de suportar melhor a perda de muitas vidas humanas do que a de parte do seu território. A sua visão da política é inequivocamente «hobbesiana», afirmando que o Estado é Direito por dentro, e força ou natureza por fora, e que, ao tratar-se da sua sobrevivência, o Estado deve preferir o emprego da força aos princípios da moral.

Kjellen forma como que um elo de ligação entre Ratzel e os autores que, a partir dos anos vinte, constituiriam a chamada «Escola de Munique», para a qual iria contribuir não só com a nova palavra «Geopolítica», como também com alguns conceitos, como o de «fronteiras naturais» (contido na sua «lei da individualização geográfica do Estado»), as quais define como limites do espaço que fosse possível integrar como «território natural», o qual, por sua vez, seria todo aquele que estivesse de harmonia com as aptidões e dinamismo de um povo. Nestes termos, as fronteiras seriam limites variáveis consoante aquelas aptidões e dinamismo. A «Escola de Munique» iria retomar esta ideia, ligando-a aos conceitos de sentido do espaço e de espaço vital, de Ratzel, e considerando a penetração cultural e, mais tarde, a pretensa superioridade racial, como manifestações concretas de superiores aptidões, fundamentos de um pretendido direito a determinadas «fronteiras naturais».

HAUSHOFFER E A «ESCOLA DE MUNIQUE», 1923/45

Em 1923 o general de brigada, geógrafo, geólogo e historiador, Karl Haushoffer, então professor de Geografia na Universidade de Munique, juntamente com o também geógrafo e professor daquela Universidade, Ernest Obst, funda a «Revista Geopolítica», a qual, reunindo trabalhos destes dois autores e de outros notáveis contemporâneos como Latensach, Dix, e Otto Maul, viria a ser como que o símbolo e o elemento integrador de um conjunto de trabalhos e personalidades que ficou conhecido como «Escola de Munique». Na produção desta escola devem distinguir-se dois, ou mesmo três, períodos. Um

⁽²⁰⁾ Segundo citação de Políbio Valente de Almeida na sua obra «Do Poder do pequeno Estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das Potências», edição do ISCSP, 1990, pag. 114.

primeiro período, de 1923 até 1933 (subida de Hitler ao Poder), o mais fecundo, em que a elaboração se mantém livre de interferências dos governantes. Um segundo período, de 1933 a 1936, em que o partido nacional-socialista passa a controlar, cada vez mais apertadamente a «escola» até que, a partir de 1936, quando é estabelecido um protocolo com o partido, e até ao fim da guerra e da «escola», esta se torna um mero instrumento de propaganda do nazismo perdendo todo e qualquer valor científico (terceiro período).

A variadíssima produção geopolítica de Haushoffer e da «Escola de Munique» assentava em cinco conceitos, os princípios fundamentais, ligados entre si por decorrências lógicas.

O primeiro era o de «espaço vital», herdado de Ratzel, com influências de Kjellen e algumas alterações introduzidas pelos autores que constituíam a «escola». O Estado, que necessita do território apropriado para a realização das suas aptidões, é considerado um organismo vivo, constituindo com o respectivo ambiente geográfico uma comunidade vital indissociável («sangue e solo»). A partir deste conceito é elaborada a tese do direito à expansão da raça alemã devido à sua superior capacidade para organizar o espaço («sentido do espaço»).

Este direito à expansão é argumentado também no segundo princípio, o do «direito a fronteiras naturais», inspirado directamente no conceito de Kjellen com o mesmo nome. As fronteiras do «espaço vital» deveriam ser, não as resultantes de quaisquer tratados nem as correspondentes a quaisquer acidentes orográficos (sentido comum de fronteiras naturais), mas sim as derivadas de um «direito natural», correspondente aos superiores sentido do espaço e dinamismo social de um povo, materializados na resultante da expansão da sua cultura. Estas fronteiras seriam portanto móveis, dependentes da evolução cultural e demográfica das comunidades, sendo que esta última, a evolução demográfica, era valorizada apenas em função de uma pré-estabelecida hierarquia das culturas.

O terceiro princípio, o da «autarcia», está muito relacionado com a experiência traumática da Alemanha na primeira guerra mundial, e com o conseqüente conceito de «guerra total» desenvolvido nesta mesma época por Ludendorff. A aquisição de capacidade para fazer face, com os seus próprios recursos, a situações de fortaleza sitiada, deveria ser a prioridade directriz da Economia mesmo em tempo de paz, a fim de preparar convenientemente o Estado para a próxima guerra. Este princípio relaciona-se com os anteriores na medida em que o espaço vital e as respectivas fronteiras naturais deveriam ter em conta a garantia da sobrevivência do Estado a qual, por sua vez, estaria dependente do nível de autarcia conseguido.

O quarto princípio, o das «pan-regiões», permitiria atingir a plenitude da autarquia. É, de certa forma, emblemático da «escola de Munique», e constitui o modelo de análise mais nítido e mais carecterístico do que consideramos ser o paradigma dos «grandes espaços». Desenvolve-se a partir de estudos em bases económicas de Arthur Dix sobre o comportamento dos Estados, e de estudos de Walther Schmidt que propõe um critério geoeconómico em que os Estados industrializados aparecem como motores de conjuntos de Países nos quais matérias primas, sua transformação, produção e comercialização, se combinariam harmoniosamente em espaços autárquicos. A «escola de Munique concebe então a divisão do Mundo em quatro grande regiões, auto-suficientes, geograficamente compensadas ao longo dos meridianos para garantir em cada uma delas a suficiente diversidades de climas que lhes permitissem poderem equivaler-se nas produções agrícolas, a Pan-América, a Pan-Euroáfrica, a Pan-Rússia (englobando o Afeganistão e o sub-continente indiano), e a Pan-Ásia oriental, ou zona de co-prosperidade da grande Ásia. Cada Pan-região seria comandada por um «Estado director» (em situação não necessariamente de império, mas sim de efectiva hegemonia), o qual garantiria o desenvolvimento integrado de todo o conjunto, liderando a evolução científica e tecnológica, e orientando as especializações e as cooperações. No entender dos autores da «escola», os «Estados directores» seriam respectivamente os Estados Unidos, a Alemanha, a Rússia, e o Japão, e esta organização do Mundo, se fosse implementada, uma vez que cada Pan-região seria auto-suficiente eliminando-se assim a necessidade das competições e conflitos económicos, permitiria estabelecer uma Paz universal estável, duradoura, embora previamente algumas guerras tivessem eventualmente que ocorrer para se conseguir aquela organização.

O quinto princípio, o da «hegemonia mundial», terá sido inspirado pelas teorias geopolíticas de um inglês contemporâneo, Mackinder, sobretudo pelas suas ideias de que quem controlasse o interior da Eurásia (o Heartland) assim como a Europa oriental (chave do acesso ao Heartland, e zona tradicional de influência alemã) dominaria o Mundo. Este princípio é de algum modo contraditório como o anterior, na medida em que, de um Mundo funcionando em paz sob o directório de quatro «Estados directores», se passaria a um Mundo regido pela hegemonia de um só Estado, a Alemanha, o que viria a introduzir um fortíssimo incentivo para guerras naquela organização do Mundo em cuja proposta um dos argumentos principais era a suposta eliminação das causas da guerra. Por outro lado, apresenta-se como que na continuidade lógica do anterior, completando-o. A partir da constituição das Pan-regiões, e de uma Paz pelo equilíbrio, passar-se-ia a uma Paz pela hegemonia, ou pelo império,

(entendida como mais sólida que a de equilíbrio), através de um jogo de alianças, a constituir segundo três eixos principais. Um ligando entre si Berlim e Roma, destinado a permitir o completo controle do Mediterrâneo e do Norte de África. Outro entre Berlim e Moscovo, para estabilizar o controle da Europa oriental e para evitar uma guerra com a Rússia que, baseando-se em argumentos geográficos, Haushoffer afirmava a Alemanha de então não poder vencer. Um terceiro entre Berlim e Tóquio, para facilitar o ataque ao império asiático da Grã-Bretanha, entendido como sendo a principal fonte do Poder britânico.

A estes três eixos deveriam juntar-se quatro outros, os secundários, três a estabelecer entre a China e a Rússia, o Japão e a Rússia, e o Japão e a China, porque as características geográficas, e tecno-industriais destes países tornariam guerras entre eles longas e de resultado imprevisível, privando entretanto o Mundo (em especial a Alemanha) de recursos essenciais para o êxito final da concepção subjacente a este princípio. O quarto eixo deveria ser estabelecido entre o Japão e o Chile, a fim de abrir ao Japão bases seguras no continente sul-americano, bem situadas para ajudar ao controle do Pacífico Sul (a «escola» considerava Austrália e Nova Zelândia como áreas de expansão naturais para o Japão) e suficientemente afastadas dos Estados Unidos para dificultar a intervenção destes.

Esta teia de alianças, uma vez estabelecida, permitiria isolar os Estados Unidos no seu continente americano, criando-se assim condições para um seu progressivo enfraquecimento e «submissão» a prazo, após o que se entendia que a superioridade científica e tecnológica da Alemanha lhe abriria as portas para a pretendida hegemonia mundial.

4. O DETERMINISMO E O POSSIBILISMO

O HOMEM E A NATUREZA

O século XIX marca, de algum modo, a transição entre a época em que a humanidade tinha sobre a Natureza uma capacidade de intervenção relativamente limitada, embora em contínua expansão desde o Neolítico, mas sentindo-se sempre o homem muito mais dependente dela do que capaz de a submeter à sua vontade, e uma outra, iniciada com a «revolução industrial», em que, cada vez mais, os homens vêm conseguindo dominar as forças da Natureza e, sobretudo, se vêm considerando a si próprios como capazes de o fazer, apesar de ignorâncias e limites ainda hoje não ultrapassados.

Esta diferença nas relações entre o homem e a Natureza, e nas respectivas representações mentais, explica que, até ao século XIX, reconhecendo-se e afirmando-se um absoluto império da Natureza que só Deus poderia contrariar, a generalidade dos pensadores tendesse a considerar as influências da Natureza sobre o homem como determinantes, enquanto que nos nossos dias, percebendo-se melhor os processos naturais e dispondo-se de meios de intervenção muito mais poderosos, a quase totalidade dos pensadores tenda a considerar as influências da Natureza sobre o homem apenas como condicionantes.

Durante todo o século XIX, e primeira metade do século XX, porém, influenciados também pela convicção de que era possível encontrar para os comportamentos humanos leis que os explicassem e regessem de forma análoga à das leis da física e da química para os fenómenos naturais, muitos autores, não apenas da Geopolítica mas de todas as ciências humanas, elaboravam as suas teorias em termos deterministas. Mas mesmo então, muitos outros, em número que foi crescendo durante o nosso século, criticavam esse determinismo, ao qual contrapunham a afirmação do pleno exercício do livre arbítrio nas relações entre o homem e a Natureza.

Na recusa do determinismo, dentro do pensamento geopolítico, poderemos detectar três vias principais para explicar as evidentes e importantes influências do meio ambiente natural, por todos reconhecidas, mantendo-as porém no quadro do livre arbítrio. A primeira terá sido o «possibilismo», proposto por La Blache. Já no nosso século, Toynbee, e Vicens Vives, propõem a hipótese dos «desafios» ou «estímulos», e, nos nossos dias, o casal Sprout apresenta o seu conceito do «behaviourismo cognitivo».

LA BLACHE (1845/1918), E A «ESCOLA» FRANCESA

O geógrafo e historiador francês Vidal de la Blache foi o iniciador de uma corrente de Geografia política em França, no fim do século XIX e princípio do XX, onde se encontram nomes como os de Jean Brunhes e de Camille Vallaux. Foi também um dos principais contestadores e críticos de Ratzel, tendo sido em oposição ao determinismo deste que desenvolveu o seu conceito de «possibilismo», o qual pode ser sintetizado na afirmação de que a Natureza não determina nem as decisões nem os comportamentos do homem, mas simplesmente lhe oferece uma gama de possibilidades, entre as quais ele livremente escolhe. Conforme escreve «*Uma individualidade geográfica não*

resulta de simples considerações de clima e de geologia (...) É um depósito onde dormem energias (...) cuja utilização depende do homem que é quem, adaptando-as ao seu uso, ilumina essa individualidade (...) Desta maneira o território ou o meio organiza-se e diferencia-se, e chega a ser medalha trabalhada na qual se esculpe a efígie de um povo» (21).

Para este autor, embora livres, as escolhas feitas pelos homens entre as possibilidades postas pelo meio (as energias adormecidas) são orientadas pelo que designa como «princípios de civilização». Introduce a noção de «zonas de civilização» (grandes regiões ou espaços definidos segundo critérios de afinidades culturais) sustentando que a diferenciação cultural é a mais importante quer para perceber, quer para explicar, os comportamentos políticos e sociais. Para ele, contraditando Ratzel, não é apenas nem principalmente o espaço que deve ser considerado para cabal explicação dos fenómenos tanto geográficos como políticos, mas também o tempo, a duração, a História. Porque os factos não permanecem sempre os mesmos mas variam ao longo do tempo, resulta para os fenómenos, incluindo os geográficos, um carácter de «fluidez» (outra noção introduzida por La Blache) devida à acção do homem. Nesta fluidez os elementos mais estáveis não seriam os geográficos, ao contrário do que pensa a generalidade dos geógrafos e geopolíticos, mas acabariam por ser os «princípios de civilização», que orientam a acção do homem nas suas escolhas.

VICENS VIVES (1950)

Este espanhol, professor catedrático de História na Universidade de Barcelona, publicou em 1950 um «Tratado general de Geopolítica», onde reflecte a influência, explicitamente referida, de Arnold Toynbee, revelando também implícitas convergências com o pensamento de La Blache. Começa por se afirmar claramente contra o determinismo e o organicismo tão influentes nos trabalhos da Geopolítica alemã, e por negar à entidade política Estado o papel mais importante na evolução da humanidade. Conforme escreveu, *«nem o meio geográfico nem a raça são factores determinantes, nem a sociedade se parece com um organismo biológico, nem o Estado é o principal actor no jogo da História»*.

(21) Segundo citação de Jean Gottmann na sua obra «La politique des États et leur géographie», edição Armand Colin, 1952, pag. de abertura.

ria» (22). Afirma que a História e a Geopolítica fluem juntas e interligadas, que os valores geopolíticos serão sempre relativos ao seu tempo histórico, e que o elemento central das suas análises deverá ser a «sociedade cultural», enquanto sujeita a uma série de «estímulos» resultantes da interacção de factores geográficos e humanos.

Estes «estímulos» ou «desafios», que as «sociedades culturais» devem enfrentar, vencendo-os para se desenvolverem criando formas superiores de organização e vivência, Vives classifica-os em cinco grupos ou categorias; a «hostilidade do meio», em que a diversidade das condições ambientais obriga a esforços de adaptação; as «novas pátrias», em que do deslocamento de grupos ou de ideias para solos virgens resultaria um incremento das suas potencialidades, o que seria reforçado quando o mar fosse atravessado; os «confrontos», entre comunidades diferentes, podendo, quando prolongados no tempo, dar origem a mais elevados níveis de realização política e cultural; as «pressões», devidas a trocas e reacções culturais em regiões de fronteira entre povos de culturas diferentes; e as «sujeições» de grupos ou culturas minoritários ou submetidos, podendo essa sujeição galvanizar as identidades assim como as vontades colectivas.

Mas o principal contributo de Vives para o pensamento geopolítico terá sido o seu conceito de «núcleo geohistórico», que define como espaço natural favorecido pelo cruzamento de linhas de comunicação, onde, através dos contactos facilitados por esse cruzamento de linhas de comunicação, se vem a originar o ímpeto criador de uma nova cultura ou de um Estado. A estes núcleos geohistóricos corresponderiam «fronteiras geohistóricas», zonas periféricas da tensão expansiva dos núcleos. Na sua opinião estas fronteiras geohistóricas, mais do que separadores, função que prevalece nas fronteiras políticas, seriam órgãos periféricos de aproximação, funcionando como pontes entre os povos.

Será interessante notar alguma semelhança do conceito de fronteiras geohistóricas de V. Vives com o de fronteiras naturais (culturais) de Kjellen e da «escola de Munique», não se devendo porém esquecer a importantíssima diferença de que, para estes, essas fronteiras eram concebidas como elementos de penetração e de expansão à custa de outros povos, o que mostra bem como fenómenos semelhantes podem ser vistos de formas muito diferentes, ou, talvez mais exactamente, como os mesmos factos podem ter, simultaneamente, diversos significados, por vezes contraditórios entre si.

(22) VIVES, Vicens: «Tratado general de Geopolítica», editorial V. Vives. Barcelona, reimpressão da 2.ª edição, 1961 (1.ª edição 1950), pag. 72.

MARGARET E HAROLD SPROUT (1965)

Professores de Geografia e de Relações Internacionais em Princeton, os Sprout elaboraram diversos estudos sobre as relações entre os homens e o seu meio ambiente, designadamente num dos seus livros, escrito em 1965, «The ecological perspective on human affairs with special reference to international politics», em que desenvolvem o seu conceito de «behaviorismo cognitivo». Segundo este, o meio não impõe automaticamente comportamentos, mas provoca reacções dependentes do entendimento que dele se tenha. O indivíduo responde conscientemente ao seu meio através da forma como o percebe. Deste modo, as ideias erradas acerca do meio podem ter tanta influência na formação de preferências, e na tomada de decisões, como as correctas. Porém, as falhas na percepção das condições limitativas do meio, tal como as ilusões e as más interpretações das circunstâncias geográficas, podem ter severas consequências face ao comportamento a que derem origem. Deste modo, embora as decisões políticas sejam baseadas nas percepções dos homens de Estado acerca do seu meio, os resultados dessas decisões são limitados pela natureza objectiva do meio, conclusão em que os Sprout se aproximam da afirmação de Josué de Castro quando este escreve conforme referimos «que as directivas políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos». Para os Sprout, portanto, os factores geográficos não compelem, nem mesmo condicionam, directamente, os decisores políticos, mas sancionam as acções derivadas das suas decisões.

Na sua concepção das relações homem-meio estes autores aplicam uma perspectiva ecológica, considerando que a Geografia afecta todos os fenómenos humanos e não humanos que possuam uma dimensão espacial e variem ao longo da superfície da Terra. Recordam que todas as comunidades políticas têm uma base geográfica, a qual é uma combinação única de situação (posição), tamanho, relevo, (espaço), clima e recursos naturais, pelo que grande parte das relações entre os Estados compreendem significativas, por vezes mesmo cruciais, considerações geográficas. Enfatizam a importância do papel da tecnologia (instrumental) e da cultura (orientadora das percepções) nas relações homem-meio. Conforme escrevem ⁽²³⁾ «*Um acurado levantamento dos instrumentos, perícias e inovações tecnológicas (...) é crucial para toda*

⁽²³⁾ Segundo resumo de partes (pag. 20 a 64) do livro dos Sprout «An ecological paradigm for the study of international politics» apresentado por Dougherty e Pfalzgraff em «Contending Theories of international relations», a pag. 59/60.

a teorização geopolítica (...) Geografia, organismos no seu ambiente, meio psico-social, tecnologia, meio operacional, e crenças, todos se reflectem uns nos outros».

5. O ESPAÇO/POSIÇÃO COMO ELEMENTO CENTRAL

O DOMÍNIO DE UM ELEMENTO E A HEGEMONIA

Muitas teorias e análises, geopolíticas e geoestratégicas, focam a sua atenção no controle de um elemento (meio) físico (mar, terra, ar) como gerador de poder, procurando interpretar a influência desse controle na configuração da relação de forças entre as diversas Unidades Políticas num determinado sistema internacional. Neste tipo de análises, que se inserem no que designamos por paradigma da «oposição mar-terra», a posição (situação), a circulação (mobilidade), e a tecnologia (em especial meios de comunicação e de transporte), assumem uma relevância primordial.

Embora as vantagens e desvantagens das posições marítimas ou terrestres já fossem discutidas desde a antiguidade clássica, onde foram objecto da atenção de autores tão importantes como Platão e Aristóteles, foram as navegações oceânicas, a partir das expedições portuguesas no sec XV, que, ao ligarem entre si pela primeira vez com regularidade as diversas áreas civilizacionais de todo o Mundo, vieram dar um novo alcance, um alcance global, à circulação marítima, e que, ao armarem os navios com artilharia, trouxeram uma nova dimensão à projecção de Poder militar, alterando o papel dos navios, os quais, de mero meio de transporte das forças terrestres, passaram a ter também alguma capacidade de intervenção directa no combate na linha de costa utilizando o seu próprio poder de fogo. Afonso de Albuquerque, garantindo com forças militares muito escassas o controle de um império de posições costeiras ligadas pelo domínio das vias marítimas, domínio esse permitido e facilitado pela posse, criteriosamente escolhida, daquelas posições costeiras, dá-nos o primeiro modelo de uma estratégia global baseada no Poder marítimo, capaz de confrontar eficazmente Poderes terrestres.

Mas o mar não funciona apenas, por via da sua homogeneidade e das suas características intrínsecas, entre as quais a densidade permitindo suportar cargas elevadas, e a extensão, cobrindo a maior parte da superfície da Terra, como meio que confere determinadas vantagens (e também algumas desvantagens) à sua utilização para a projecção do Poder militar. É também fonte de

recursos, alimentares, minerais, energéticos, gerador de riqueza pelo comércio marítimo, e, através da acção do tempo, influenciador de comportamentos, de valores colectivos, de padrões culturais.

A importância económica do domínio do mar tinha sido tida em conta nas mais antigas reflexões sobre as relações entre as comunidades humanas e os seus ambientes naturais, mas essa importância foi-se naturalmente acentuando na medida em que o comércio internacional se foi desenvolvendo e constituindo uma fracção cada vez mais significativa no cômputo global das economias dos Estados. Deste modo, percebe-se que já no sec. XVII, em plena expansão das trocas intercontinentais e desenvolvimento das teorias mercantilistas, um autor como o inglês John Evelyn escrevesse que «*Quem dominar o mar domina o comércio do Mundo; quem dominar o comércio do Mundo domina as riquezas do Mundo; quem dominar as riquezas do Mundo, domina o Mundo*»⁽²⁴⁾.

A existência de influências sobre a maneira de ser e de viver dos povos provindas da sua prolongada relação com o mar também não escapara aos autores clássicos. Desde então muitos autores escreveram a esse respeito, mas uma das reflexões melhor sistematizadas, e também, talvez por isso, mais conhecidas e citadas, é a do historiador belga Pirenne (1862/1935), que procurou estabelecer os principais traços comuns, por um lado a todas as civilizações marítimas (talassocráticas), e, por outro, a todas as continentais (epirocráticas), contrapondo-as entre si.

Segundo ele⁽²⁵⁾, as civilizações talassocráticas seriam extrovertidas, vivendo do contacto com outras civilizações, sendo as suas culturas produtos de sínteses sucessivas obtidas através de permutas materiais e espirituais com outros povos, resultando estruturarem-se em grupos sociais abertos, mesmo por vezes com prejuízo da solidariedade nacional. Nessas sociedades talassocráticas predominariam o individualismo e a concorrência, geradores tanto de tensões sociais como de riqueza. Quanto às epirocráticas, seriam introvertidas, vivendo voltadas para os seus próprios valores que sublinhariam e estimulariam, cultivando a ideia de superioridade étnica, recusando aculturações, sendo constituídas por grupos sociais fechados, com estruturas muito coesas, em que o indivíduo se submete ao grupo intolerante e rigidamente disciplinado.

(24) Segundo citação a pag. 45 do manuel MC-4210 do IAEM «Origens e evolução do pensamento geopolítico, síntese histórica», Out. 1982.

(25) PIRENNE, Henri: «Les grands courants de l'Histoire Universelle», citado e resumido, na parte referida, por V.Vives a pag. 109 do seu livro já citado.

Do ponto de vista da política e da economia, as civilizações talassocráticas teriam a sua riqueza dependente sobretudo do comércio, baseada em bens perecíveis, o que facilita a mobilidade social, teriam o Poder descentralizado tendendo para a democracia, para o liberalismo e para a tolerância, expandir-se-iam pelo colonialismo, que tende para a futura independência dos povos assim trazidos à convivência internacional. Por seu lado as epirocráticas teriam a sua riqueza ligada à posse da terra, em bens de raiz transmitidos de forma rígida, gerando-se assim classes dominantes, teriam o Poder centralizado, autocrático, tendendo para o despotismo, expandir-se-iam pela conquista e pelo satelitismo tendendo à incorporação e integração dos povos dominados.

As afirmações de Pirenne, ainda que alicerçadas na indiscutível valia da sua obra e do seu saber como historiador, sofrem naturalmente da inevitável subjectividade comum a todas as generalizações, assim como a todas as interpretações. Mas não só as opiniões que acabámos de resumir têm obtido o acolhimento explícito de muitos autores e convergido com as que independentemente muitos outros têm formulado sobre esta matéria, como também a observação dos factos parece permitir, na maior parte dos casos, uma sua relativamente clara confirmação em linhas gerais.

Os traços civilizacionais assinalados por Pirenne, mais do que elementos que predis põem para o levantamento de um Poder marítimo ou de um Poder terrestre, são decorrência de práticas seculares das actividades relacionadas com a existência desses Poderes e, ou, deles características. Os elementos originários dessa existência e dessas práticas seculares, esses são de natureza muito diversificada. Radicam na geografia, mas não só. Derivam também da demografia, da economia, da política, e das tendências e predisposições culturais.

De facto, uma Nação será marítima (talassocrática) ou continental (epirocrática), não apenas de acordo com a sua posição geográfica, que pode facilitar-lhe, dificultar-lhe, ou mesmo impedir a sua relação com o mar, mas também consoante a sua vida colectiva estiver mais, ou menos, centrada na relação com o mar, ou dele dependente. Serão a importância relativa para a sua economia do comércio marítimo, dos produtos do mar (pesca, sal, adubos...) dos transportes marítimos, do movimento portuário e da construção naval, bem como a sua História em termos de expansão e de ameaças predominantes, orientadas no sentido da costa ou, pelo contrário, no do interior, a forma como o seu território foi constituído, a importância assumida pela relação com o mar na definição e sedimentação de usos, costumes, tradições, ou seja, a Política, a Economia, a História e a Cultura, todas na sua

relação mútua e com a Geografia, que, formando um sistema complexo, através da respectiva resultante, permitirão definir a «maritimidade» ou a «continentalidade» de uma Nação. Desta consideração podem tirar-se três corolários.

Primeiro, o de que a definição da «maritimidade» ou «continentalidade» de um Estado ou Nação nem sempre é simples, podendo-se, em muitos casos, encontrar carecterísticas mistas, designadamente quando o Estado integra diferentes povos e culturas, ou quando o território da comunidade apresenta ambivalência nas suas características geográficas (por exemplo, formas compactas com um bom litoral, ou acesso fácil a rotas importantes tanto marítimas como terrestres).

Segundo, o de que os Estados instalados em vastos territórios tendem a ser de mentalidade continental, já que se constituíram ou a partir de núcleos geohistóricos interiores, ou expandindo-se na direcção do interior, cuja conquista e, ou, organização, naturalmente mobilizaram o melhor do esforço colectivo durante grande parte da sua História, tendo-se habituado a basear a sua economia nos respectivos recursos, excepto nos casos em que as regiões centrais são improdutivas. O caso dos E.U.A. por exemplo, é um caso em que grande parte da República, a parte central, apresenta uma mentalidade continental, explicável pela sua História (conquistada a partir do litoral atlântico mas povoada por agricultores e criadores de gado), tanto como pela sua posição geográfica, enquanto que os litorais, separados do interior pelos Apalaches e pelas Rochosas, desenvolveram mentalidades e Poder marítimos. Já a Rússia, com um litoral altamente desfavorável e uma expansão claramente orientada para o interior, constitui um exemplo inequívoco de Estado epirocrático. A China, por sua vez, com um extenso litoral favorável à relação intensa com o mar, mas com o seu núcleo geohistórico e as suas principais ameaças, direcções de expansão, e recursos económicos, localizados no interior, configura um caso de epirocracia menos nítido que o da Rússia, (tendo até, num curto período da sua História, no fim do sec XIV e início do XV, esboçado a constituição de um verdadeiro Poder marítimo), mas mais acentuado que o dos E.U.A..

Um terceiro corolário será o de que a variabilidade dos elementos que contribuem para definir a «maritimidade» ou «continentalidade» explicam que muitos povos tenham sido alternadamente continentais e marítimos ao longo da sua História, como a Inglaterra ou o Japão, os quais só a partir de determinadas épocas (sec XVI e XIX respectivamente), mudaram uma mentalidade até então predominantemente epirocrática (apesar das suas característi-

cas geográficas) para assumirem um espírito e um comportamento colectivo talassocráptico, ou como a Espanha e a França, as quais em determinados períodos da sua História se comportaram como talassocrápticas, e em outros, como epiocráticas, e em outros ainda, podendo ser entendidas de um ou de outro modo.

Para terminar esta alínea destinada ao alinhar de algumas considerações de carácter geral acerca do relacionamento teórico entre o domínio de um elemento e o exercício do Poder, acrescentaria ainda que a emergência, e sua confirmação após a primeira guerra mundial, da capacidade para utilizar o terceiro elemento, o ar, na circulação, veio dar origem a novas teorias sobre as potencialidades do controle deste elemento para o estabelecimento de hegemonias. Na realidade, estas teorias são mais geoestratégicas do que geopolíticas, uma vez que o domínio do ar não traz recursos por si mesmo, não diferencia relativamente à sua aquisição os Estados em termos geográficos, mas sim exclusivamente em termos tecnológicos e económicos, os principais elementos de Poder que disponibiliza relacionando-se mais com a projecção do poder militar do que com o comércio. Por outro lado, essas teorias não se inserem claramente no paradigma da «oposição mar-terra», pelo contrário, tendem a atenuar o respectivo contraste. Elas têm, não obstante, subjacentes à sua elaboração, uma forma de pensar análoga à que é característica das teorias dentro daquele paradigma, pelo que consideramos aceitável fazer-lhes referência neste capítulo.

MAHAM, O MAR, A «MARITIMIDADE»

A primeira teorização do domínio do mar como gerador de Poder susceptível de basear a constituição de um império, ou de uma ampla hegemonia, deve-se a um contra-almirante da marinha dos E.U.A., professor de História naval e de Estratégia. O essencial da sua teorização sobre esta matéria, que hoje é do domínio da Geopolítica, encontra-se num seu livro publicado em 1890, sob o título «A influência do Poder marítimo na História». Nele define o Poder marítimo como sendo *«a soma de forças e factores, instrumentos e circunstâncias geográficas, que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso, e impedi-lo ao adversário»* ⁽²⁶⁾.

⁽²⁶⁾ Segundo citação a pág. 72 do manual MC 4210 do IAEM atrás referido.

Constatando que o mar cobre a maior parte da superfície do Globo (cerca de 7/10) e que a sua unidade e homogeneidade, livre dos obstáculos orográficos que acidentam e compartimentam a superfície terrestre, fazem dele um meio de comunicação melhor do que a terra, pelo que o comércio, importante elemento do Poder, se fazia principalmente pelo mar, Maham procura discernir quais as condições necessárias para levar um Estado a tirar partido da utilização do mar. Assim, aquele teria que criar excedentes para trocar, bem como obter navios mercantes para transporte, navios de guerra para defesa e segurança, e colónias que fornecessem pontos de apoio, posições estratégicas (bases terrestres convenientemente localizadas face às principais rotas marítimas, acessíveis por mar e defensáveis contra a terra), e zonas de expansão económica.

Desenvolvendo esta ideia, define seis factores decisivos para um Estado poder ser uma Potência marítima, aos quais dá o nome de «elementos do Poder marítimo», três relacionados com a configuração geográfica do respectivo território, dois com aspectos demográficos e sociais, e um com o regime político.

A «posição geográfica» vem naturalmente à cabeça, salientando que a melhor posição de um Estado é a insular, onde não existam fronteiras terrestres a defender, permitindo concentração de forças no mar, maior liberdade de movimentos e flexibilidade estratégica, e que a valorização da posição prende-se, sobretudo, com a existência ou não de pressões nas fronteiras, com a sua influência na concentração ou na dispersão das forças navais, com a proximidade ou afastamento relativamente às principais rotas marítimas, com o acesso fácil ou difícil aos mares livres, com as possibilidades de controle de estreitos, cabos, áreas marítimas e portos importantes.

Segue-se a «configuração física», em que o que sobretudo interessa é a natureza e extensão relativa do litoral, a extensão, a permeabilidade, ou a defensibilidade, das fronteiras, a existência e qualidade dos portos, a existência de rios navegáveis e de braços de mar, o clima, incluindo neste elemento também considerações sobre o relevo, a natureza dos solos, e os recursos naturais.

Quanto à «extensão do território» a que vimos a «escola alemã» dar tanta importância, para Maham o que interessa, mais do que a área da superfície, é a extensão da costa, mas sendo esta valorizada só na medida em que permita o acesso ao mar e em função da maior ou menor facilidade desse acesso.

No que respeita aos aspectos demossociais, nas «características da população», embora a quantidade total desta seja importante, mais ainda interessa

a parte desta que se dedica às actividades relacionadas com o mar. Quanto ao «carácter nacional» destaca o que se refere às aptidões para criar riqueza e para o comércio, bem como para se relacionar com outros povos.

Finalmente, no que respeita ao regime político, tratado no elemento a que dá o nome de «carácter do governo», destaca a importância da visão, da coragem, da competência, dos chefes e das elites que conduzem os povos, manifestando desconfiança nos processos de decisão próprios das democracias pluralistas, aos quais considera preferível o governo autoritário se exercido por elites esclarecidas.

As suas ideias a respeito da importância do Poder marítimo, inspiradas pelos seus estudos da História da Grã-Bretanha, tiveram grande influência no pensamento e na política da sua época, não só nos Estados Unidos, que no fim do sec XIX iriam tornar-se uma Potência marítima e proceder à sua expansão ultramarina, como também no Japão e na Alemanha, onde as suas obras eram estudadas nas respectivas escolas navais.

Além do que referimos acerca da definição do Poder marítimo, e que constitui o essencial do seu contributo para o pensamento geopolítico, encontram-se também em Mahan elementos de uma visão geopolítica global. Considerava que as massas terrestres do Hemisfério Norte constituíam a chave do Poder mundial, passando pelo Panamá e pelo Suez o limite sul das zonas de maior importância em termos políticos e económicos. Neste hemisfério, a massa dominante era a da Eurásia, e nesta, o Poder terrestre dominante seria o da Rússia. No entanto, a expansão russa na Ásia poderia, em seu entender, ser contida por uma aliança anglo-americana, devido às grandes vantagens que considera existirem na circulação marítima, dominada por estes dois Estados, face à circulação terrestre, que poderia vir a ser dominada pela Rússia.

MACKINDER, A TERRA, A «CONTINENTALIDADE»

Embora seja a Mahan que se deva a primeira teorização do Poder marítimo, é na realidade com o inglês Mackinder que se estabelecem, de forma completa, os contornos das concepções geopolíticas baseadas no confronto entre Potências marítimas e Potências continentais para o domínio do Mundo. É a partir das suas duas primeiras teorias (1904 e 1919) que se foram definindo os principais aspectos ou elementos do «jogo mar-terra», em torno das respectivas bases de Poder (recursos disponíveis, comércio) das capacidades de intervenção ou de projecção de Poder (glacis, zonas de influência, zonas de

interesse, manobras por linhas interiores versus linhas exteriores) das capacidades de protecção dos respectivos territórios (extensão, obstáculos naturais), bem como dos principais factores a ponderar na análise e valorização desses aspectos ou elementos relativamente aos dois tipos de Potências, e que são a posição, a extensão, e a circulação, esta combinando os anteriores, geográficos, com a tecnologia disponível.

As principais vantagens e desvantagens relativas de cada um dos tipos teóricos de Potências configuram-se, sensivelmente, do seguinte modo: As Potências continentais dispõem de elevado potencial em recursos naturais e humanos no interior do seu próprio território, o qual é geralmente protegido por fronteiras seguras e por grande espaço de recuo, ou seja, profundidade estratégica, proporcionando-lhes a possibilidade de manobrar por linhas interiores protegidas, e de intervir no exterior por linhas mais curtas; As Potências marítimas dispõem de recursos próprios em regra bastante inferiores aos das continentais, mas complementam-nos com os obtidos pelo comércio marítimo e nas colónias, a sua segurança advindo sobretudo da interposição do mar, necessitando porém de fronteiras seguras em terra face aos vizinhos, a sua projecção de Poder fazendo-se por linhas exteriores utilizando o mar, mais versáteis mas geralmente mais longas do que as linhas de comunicação terrestres correspondentes.

Ao contrário de Mahan, Mackinder não viu apenas as vantagens do Poder marítimo, tendo-se apercebido claramente das suas limitações, designadamente do facto de que sendo as Potências continentais potencialmente superiores às marítimas quanto a recursos próprios, a eventual vantagem destas últimas dependeria estreitamente de dois aspectos: Por um lado, da existência de uma superioridade da circulação marítima sobre a terrestre; Por outro lado, da capacidade das Potências marítimas para negarem às continentais a obtenção de uma capacidade de intervenção no mar que pudesse pôr em causa a sua exploração daquela superioridade. As consequências retiradas por Mackinder destas condicionantes levou a que muitas vezes tenha sido considerado, pensamos que com alguma incompreensão, um «defensor» da supremacia do Poder continental sobre o marítimo. Na realidade ele terá simplesmente estabelecido uma visão global do «jogo» da «oposição mar-terra» apresentando as vantagens e as limitações de um e outro dos tipos de Poder.

O biólogo, historiador, geógrafo e político, Mackinder, elaborou três teorias geopolíticas, ou, se se preferir, elaborou uma teoria, em 1904, que depois corrigiu profundamente por duas vezes, em 1919 e 1943. O conjunto da sua obra figura com justiça entre as mais importantes no âmbito da

Geopolítica. Limitar-nos-emos a dela apresentar, seguidamente, alguns dos seus aspectos mais salientes em traços apenas esboçados.

Pode considerar-se que os seus trabalhos nesta disciplina formam um conjunto com três enunciados, conjunto esse elaborado sobre a ideia básica de que a emergência de novos meios de comunicação e transporte, em especial o caminho de ferro, ponto de inspiração para o enunciado de 1904, induziria uma mudança na valorização comparativa das vantagens entre as comunicações terrestres e as marítimas, favorecendo as primeiras. Centram-se os três enunciados, sucessivamente, no conceito de «Pivot geográfico da História» (1904), na adaptação deste com outros limites e novo nome («Heartland») às realidades do post guerra (1919), e no conceito de «Midland ocean» (1943).

Basicamente, vê no Globo a existência de uma enorme massa continental, dominante, susceptível de, a partir da conquista, unificação e desenvolvimento, de uma sua região interior com características geográficas favoráveis, vir a ser controlada por uma Potência continental. Essa massa continental dominante apresenta-se rodeada por dois anéis irregulares, grosseiramente concêntricos, o primeiro constituído por mares e desertos, que a separa do segundo anel constituído por continentes, ilhas e arquipélagos, susceptíveis de serem controlados pela Potência marítima.

Nas duas primeiras versões considera que se a Potência continental conseguir o controle da massa continental dominante (central) virá a desenvolver uma capacidade marítima que, enfraquecendo ou anulando o domínio dos mares pela Potência marítima, dará à continental a hegemonia mundial. Na terceira, porém, concebe um sistema que tem inegáveis semelhanças com a O.T.A.N. (que só viria a ser estabelecida cinco anos depois), em que o controle da massa continental pela Potência continental não conduziria automaticamente à hegemonia mundial, podendo ser eficazmente equilibrado por um outro centro de Poder, organizado sobre o Atlântico Norte (o «midland ocean») e ligando entre si as duas principais Potências marítimas de então (E.U.A. e G.B.), os recursos continentais da América, e uma «testa de ponte» na Europa, a França.

Na sua primeira teoria a massa continental dominante seria a Eurásia, separada da África pelo deserto do Sahara, e a região interior, que designa por «Pivot geográfico da História», cujo domínio abriria o caminho para o controle da Eurásia, seria a grande área ininterrupta de estepes e planícies, zona de circulação por excelência, que se estende desde uma linha irregular entre o mar Branco e o Cáucaso a Oeste, até às regiões do rio Kolyma e do Norte da Manchúria e da Mongólia a Leste, e desde a tundra do litoral ártico até às

regiões do Altai, do Tianshan, do Hindu-Kush e do Kara-kum a Sul. Esta orla contínua que rodeia a zona de circulação central é constituída por vastas regiões desertas, geladas, pantanosas, e montanhosas, formando uma série de difíceis obstáculos naturais não quebrada por nenhum rio navegável a partir do oceano, pois todos desaguam ou em mares interiores ou em mares gelados, tornando-se extremamente difíceis os acessos à zona interior de planícies e estepes a partir dos litorais da Eurásia. Essa dificuldade nos acessos, conjugada com a própria extensão da área do «Pivot da História» e com a severidade do seu clima, garantir-lhe-iam a defensibilidade, mesmo até a inexpugnabilidade, atendendo aos meios da época, constituindo o «Pivot da História» como que uma verdadeira fortaleza natural, óptima base de Poder para actuar sobre as regiões periféricas da Eurásia. Estas, segundo a designação de Mackinder, formavam um «crescente interior», sendo o «crescente exterior» formado pelo anel de continentes e ilhas para além dos mares e do Sahara. O «crescente interior» dividia-se em quatro grandes regiões, a Europa, o Médio Oriente, o Sul da Ásia, e a Ásia Oriental do Pacífico, correspondendo cada uma delas a uma grande área civilizacional caracterizada por uma religião dominante, respectivamente a cristã, a muçulmana, a hindu, e a budista.

Na sua versão de 1919 a massa continental dominante passa a ser a Eurásia mais a África, conjunto a que dá o nome de «Ilha Mundial», e a região interior cujo domínio poderia permitir o subsequente controle de toda a ilha mundial continua a ser sensivelmente a mesma a que chamara «Pivot da História» mas agora com outro nome, «Heartland», e limites ligeiramente alargados para sul-este, e bastante alargados para oeste, onde a linha divisória vem passar entre o Báltico e o Adriático. Mackinder adverte que o controle da Europa Oriental seria a chave do controle do Heartland, e, portanto, um verdadeiro primeiro passo para a hegemonia mundial. Esta relevância dada ao controle da Europa oriental tinha como intenção alertar os diplomatas que então, em Versalhes, estavam concebendo as novas fronteiras dos países daquela parte da Europa após o desmembramento dos impérios austro-húngaro e turco, de modo a que viessem a ser criados Estados suficientemente fortes para poderem servir de tampão entre a Alemanha e a Rússia. Teve, porém, a certamente inesperada consequência de influenciar os geopolíticos da «escola de Munique», conforme já vimos, na sua concepção do princípio da «hegemonia mundial».

Finalmente, na versão de 1943, quando a derrota de Hitler já era evidente e se começava a pensar no Mundo do post-guerra, a ideia directriz passa a ser a de se conseguir um equilíbrio duradouro. O conceito de «Midland ocean»

procura responder a esse desiderato. Tem como pressuposto a ideia de que o continente americano teria potencialidades suficientes para poder equilibrar o domínio do «Heartland» (que a U.R.S.S. viria a completar em 1948) desde que mantivesse a capacidade efectiva de intervenção oportuna na Europa. É esse o significado da ligação necessária com a G.B. e a França no conceito do «Midland ocean».

Quanto aos dois anéis rodeando a massa continental dominante, o primeiro, separador, constituído ou por mares e oceanos ou por vastas regiões desertas ou semi-desertas, o segundo constituído por ilhas e continentes controláveis ou hegemoneizáveis pela Potência marítima, sofrem também alterações de revisão para revisão, tanto na sua designação, como na sua definição, mas mantêm, no essencial, tanto a visão global de um Mundo geopoliticamente divisível em vastas zonas concêntricas, como aquelas funções, de separação para uma, de reserva de recursos controláveis pelas Potências marítimas, para a outra.

CASTEX, O «PERTURBADOR CONTINENTAL» E O «EQUILIBRADOR MARÍTIMO» (1935)

O almirante francês Raoul Castex (1878/1968) foi um notável teorizador da Estratégia, mas a sua principal obra, «As teorias estratégicas», escrita em 1935, constitui, no seu primeiro volume, também um verdadeiro tratado de Geopolítica e Geoestratégia, introduzindo ideias e conceitos que passaram a fazer parte do acervo comum daquelas disciplinas. É, aliás, um dos autores que argumentaram a superioridade intrínseca do «poder marítimo», o que o coloca claramente dentro do paradigma «oposição mar-terra».

Utiliza o conceito de espaço de Ratzel, valorizando, em especial, as respectivas potencialidades defensivas, como amortecedor de agressões externas. Conforme escreve ⁽²⁷⁾, «*A geografia não condiciona apenas as acções militares, actua também sobre os fenómenos sociais e políticos (...) Nos seus primeiros tempos poderia o regime soviético ter-se mantido se não estivesse protegido pela imensidade das distâncias, contra as reacções morais, económicas e militares, dos países estrangeiros?*».

Acerca do conceito de posição, designadamente quanto à sua importância na génese e na sustentação do impulso para as expansões ultramarinas de países como Portugal, Espanha, França, Holanda e G. Bretanha, defende

⁽²⁷⁾ Idem, a pag. 77.

ideias semelhantes às de Mahan, que aliás critica fundamentadamente em muitos aspectos. Define um conceito novo, que designa por «posições geobloqueantes», as quais consistiriam em posições geográficas dos territórios de determinados Estados, com potencialidades para interceptar saídas das armadas de outros Estados para o mar livre, ou para dominarem importantes rotas que sirvam esses outros Estados, dando como exemplos a posição da Espanha relativamente à França, a qual lhe daria condições para impedir ou dificultar grandemente as saídas do Golfo da Biscaia ou do Mediterrâneo, e a posição da G. Bretanha face à Holanda, à França, e à Alemanha, devido às possibilidades que essa posição confere para dominar o canal da Mancha assim como as saídas do Mar do Norte.

A principal contribuição de Castex para o pensamento geopolítico terá sido o conceito de «perturbador continental», segundo o qual, periodicamente, a estabilidade europeia tem vindo a ser alterada por um Estado aspirando à hegemonia. Cita como exemplos a Espanha de Carlos V, e depois a de Filipe II, seguidamente a França de Luís XIV, e depois a de Napoleão, finalizando com a Alemanha de Guilherme II. Todos esses Estados, nessas épocas, correspondiam à mesma tipificação: País em pleno desenvolvimento tanto económico como demográfico, com ambições expansionistas, que busca concretizar no continente, acabando porém por ser contido pela coligação de outros Estados, liderada pela Potência marítima.

Conforme escreve *«O Poder da Nação ou grupo perturbador nasce do esforço para dominar o seu extenso território, o que lhe dá um carácter essencialmente continental (...) o seu objectivo final, que nunca alcança, é conseguir o domínio do mar (...) quando chega ao limite da sua expansão continental, depara com os poderes marítimos contra ela coligados»* (28).

Para Castex existe uma superioridade permanente do Poder marítimo sobre o terrestre, já que aquele se desgasta menos, devido ao seu estilo envolvente, flexível, enquanto este adopta métodos penetrantes, rígidos, produtores de grande desgaste. Vaticina que o próximo perturbador continental seria a Alemanha de Hitler, o que em 1935 já era fácil de prever, à qual se seguiria como perturbador continental a União Soviética, o que então era muito menos previsível (a U.R.S.S. tinha saído há apenas uma dúzia de anos de uma sangrenta e prolongada guerra civil que a deixara profundamente empobrecida e enfraquecida), e que ambas, como sempre tinha acontecido com os perturbadores continentais, seriam derrotadas pela aliança dos Poderes

(28) Idem, pag. 79.

marítimos (o que, como sabemos, veio a verificar-se, embora as razões possam não coincidir exactamente com as que suportam as previsões de Castex).

SPYKMAN, E A CONTENTAÇÃO DO HEARTLAND NO «RIMLAND» (1942)

Professor de Relações Internacionais em Yale, o norte americano Spykman (1893/1943) publica em 1942 o livro «America's Strategy in World Politics». Nesse livro, escrito num momento crítico da História, e tendo sido um dos mais lidos no seu país durante a segunda guerra mundial, o autor discute o tema fundamental da política externa dos E.U.A., a dialéctica «intervencionismo/ isolacionismo», utilizando argumentação de cariz geopolítico.

Parte da análise da «Sociedade Internacional» como sociedade sem autoridade central que possa preservar lei e ordem, onde portanto os Estados devem promover o desenvolvimento do seu Poder próprio como finalidade primordial da sua política externa, propondo, nesse sentido, algumas afirmações e regras de ordem geral. Assim, a política mundial seria governada pelas realidades geográficas, sendo a Geografia o factor mais fundamental da política externa por ser o mais permanente. O Mundo deveria ser dividido em zonas de Poder equilibrado, com base na Geografia e no Poder militar, dentro das quais a recíproca neutralização dos Poderes dos respectivos Estados deixasse aos E.U.A. capacidade de decisão ou de influência decisiva. Seria necessário impedir o acesso aos mares livres por parte dos Poderes continentais.

Considera a superfície do Globo dividida em cinco grandes ilhas-continente, a Austrália, a África, a América do Sul, a Eurásia, e a América do Norte, sendo a metade norte claramente mais importante dos pontos de vista económico, político e militar. Os E.U.A. tinham uma posição privilegiada, pois estavam no hemisfério norte, tinham dimensão continental, e tinham bons litorais e portos para os dois oceanos mais importantes, por onde passavam as relações entre a América do Norte e a Eurásia, as quais traçavam as linhas fundamentais da política mundial, já que ligavam entre si regiões de maior densidade de recursos e mais próximas entre si do que as ligadas pelas rotas do hemisfério sul.

Admite a base geográfica dos modelos de Mackinder, mas confere-lhe uma interpretação diferente. Divide o Mundo não americano em quatro zonas concêntricas: O «Heartland», com limites ligeiramente diferentes dos de Mackinder em 1919; O «Rimland», coincidente com o «crescente interior ou

marginal» de Mackinder em 1904; O «Off Shore Continents and Islands», constituído pela África, Madagáscar, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia, Japão; O «Ocean belt», constituído pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

Os E.U.A. teriam que impedir que o enorme Poder continental do «Heartland», nas mãos de um só Estado ou coligação, viesse a conseguir dominar o «Rimland», isolando os E.U.A. de interesses vitais para a sua sobrevivência, no comércio, nas matérias primas, nos combustíveis⁽²⁹⁾. Assim sendo, deveriam manter uma permanente intervenção nessa vasta orla exterior da Eurásia, cujo papel seria decisivo na luta pelo controle do Mundo. Segundo Spykman, o Poder marítimo dependeu sempre das suas posições e aliados nessa orla euroasiática, pelo que, ao contrário de Mackinder, que colocara no controle do «Heartland» a importância decisiva, segundo Spykman poder-se-ia afirmar «Quem controla o Rimland governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do Mundo»⁽³⁰⁾. De certa forma, a doutrina do «containment» que anos mais tarde seria posta em prática pela administração Truman, viria a corresponder a esta importância atribuída por Spykman ao «Rimland».

DOUHET, MITCHEL, SVERSKY, O AR E A «UNIFICAÇÃO» DA SUPERFÍCIE

A aquisição pela humanidade da capacidade para utilizar a terceira dimensão, tanto em profundidade como em altura (aeróstatos, submarinos, aviões, mísseis, satélites), capacidade essa que atingiria uma dimensão já significativa em termos militares durante a primeira guerra mundial, veio introduzir novas e importantes potencialidades, tanto económicas como estratégicas, com naturais implicações políticas, sociais, geopolíticas (alterando os dados da circulação, e o significado das distâncias, e, portanto, também da extensão e da posição) e, sobretudo, geoestratégicas. Essas potencialidades, no que respeita aos meios submarinos, têm principalmente a ver com os condicionamentos introduzidos ao exercício do Poder marítimo, facultando às Potências continentais capacidade para dificultar, ou mesmo impedir, o livre uso das rotas marítimas, como se viu, no decorrer deste século, por parte da Alemanha e, depois da segunda guerra mundial, por parte da União Soviética.

(29) Como vimos, este isolamento do continente americano era, segundo a «escola» de Munique, pressuposto necessário para uma hegemonia mundial da Alemanha.

(30) Segundo Dougherty e Pfaltzgraff, obra já citada, pag. 62, indicando como fonte a obra de Spykman «The Geography of the peace», pag. 43.

No que respeita aos meios aéreos, essas potencialidades poderão sintetizar-se através de determinadas suas características, tais como a flexibilidade, a versatilidade, e a rapidez, todas muito superiores às de quaisquer outros meios de transporte marítimos ou terrestres, e relacionadas com outra sua característica importante, a independência relativamente aos obstáculos da superfície. No entanto, estas vantagens são limitadas pela reduzida capacidade de transporte, pela dependência de bases na superfície que terão de ser devidamente adequadas para a descolagem e para a aterragem, e por uma maior vulnerabilidade a condições climatéricas adversas, de tudo resultando que, ainda hoje, a maior parte do comércio mundial, cerca de 70%, continue a fazer-se através das rotas marítimas, só uma pequena fracção, inferior à que é transportada por terra, cabendo aos transportes aéreos, os quais, além da sua muito maior limitação na capacidade de carga, são também o meio de frete mais caro (cerca de dez vezes mais do que o terrestre e cem vezes mais do que o marítimo).

Em termos militares, acresce ainda áquelas características a não menos importante de poderem facilmente atacar as forças tanto terrestres como marítimas em qualquer ponto do teatro de operações, o que lhes dá uma efectiva capacidade para condicionarem fortemente a acção das forças de superfície.

Em termos geopolíticos e geoestratégicos, resultam dessas características duas consequências principais. Por um lado, a tendência para se atenuar a importância da oposição entre Potências marítimas e continentais, uma vez que a obtenção e uso dos meios aéreos (como aliás dos submarinos) é praticamente independente da posição geográfica, e que a utilização dos meios aéreos condiciona com a mesma eficácia o uso tanto dos meios marítimos como dos terrestres, pelo que se poderá dizer que, de certa forma, vieram «unificar» a superfície. Por outro lado, na mesma medida em que os raios de acção e as capacidades de transporte dos meios aéreos se foram desenvolvendo, as virtualidades defensivas dos acidentes geográficos bem como das grandes extensões, mesmo das desérticas e das geladas, foram perdendo algum do seu valor, que se mantém, não obstante, relativamente aos meios de superfície, mas que é suficientemente posto em causa pelos aéreos para obrigar a repensar o papel do «Heartland» relativamente ao resto da Eurásia.

Em 1921 o italiano Douhet é um dos primeiros autores a teorizar a importância do Poder aéreo, em especial do ponto de vista estratégico, no seu livro «O domínio do ar». Neste seu livro, e em outras obras posteriores, desenvolve diversas ideias novas no seu tempo. Assim afirma que a aviação, arma ofensiva por excelência dada a sua rapidez e flexibilidade que permitem,

facilmente, concentrações inesperadas para o inimigo, revolucionara a guerra ao tornar vulnerável a totalidade do território alterando portanto os significados tradicionais de frente e retaguarda. Afirma também que a guerra será, cada vez mais, total⁽³¹⁾, absorvendo todos os recursos disponíveis dos Estados, e que para a vencer seria condição necessária possuir o domínio do ar, o que por sua vez implicava destruir prioritariamente os aeródromos e fábricas de aviões do inimigo. Conclui que os acontecimentos na guerra de superfície serão uma mera consequência da guerra aérea.

O americano Mitchel é contemporâneo de Douhet cujas ideias perfilha. Afirma, como este, que as guerras seriam cada vez mais totais, e que os objectivos prioritários das acções aéreas deveriam ser a destruição dos aeródromos e das fábricas de aviões do inimigo. No desenvolvimento lógico dessas perspectivas, afirma que todos os principais centros económicos, industriais ou políticos, deveriam ser objectivos prioritários da arma aérea, (ponto de vista que prenuncia os bombardeamentos de cidades que iriam acontecer na segunda guerra mundial). Mas a sua ideia mais importante, esta já com implicações verdadeiramente geopolíticas, é a de que os meios aéreos viriam valorizar regiões até então de escassa importância, como o Alasca, a Goenlândia e a Islândia, ou a abrir novas linhas de comunicação que se tornariam de grande importância, como as polares.

Slessor, marechal da R.A.F., que escreve as suas principais obras pouco antes da, e logo a seguir à, segunda guerra mundial, vem mitigar um pouco o optimismo dos autores que acabamos de referir acerca das vantagens e potencialidades da arma aérea. Sem as negar, chama no entanto a atenção para as suas limitações, afirmando que *«obtida a superioridade aérea, esta terá de se apoiar nas Forças terrestres, uma vez que o Poder aéreo, por si só, não pode derrotar o inimigo. Como o Poder terrestre também não pode dispensar o apoio aéreo, a vitória depende do êxito de operações combinadas»*⁽³²⁾. Acerca do espaço soviético, sublinha o facto deste se ter tornado vulnerável ao Poder aéreo. Reforça a ideia de Spykman acerca da necessidade de se conseguir o controle do «Rimland» (onde admite a possibilidade de ocorrerem guerras limitadas) para garantir acessibilidade terrestre ao «Heartland», já que a eventual acção aérea sobre este, no caso de uma nova guerra mundial entre Potências continentais e marítimas, só por si, não seria suficiente.

(31) O conceito de «guerra total» fôra desenvolvido durante este mesmo período pelo general alemão Ludendorff.

(32) Segundo citação a pag. 99/100 do manual MC 4210 já referido.

Renner, especialista norte americano em relações internacionais, num seu trabalho escrito em 1944 ⁽³³⁾, é, de entre os autores mais conhecidos no âmbito da teorização do Poder aéreo, o que leva mais longe a reflexão sobre as implicações propriamente geopolíticas da emergência deste novo Poder. Defende a tese de que existe um «Heartland» americano com características e potencialidades semelhantes às do «Heartland» euroasiático, chamando a atenção para o facto de que as ligações mais curtas entre ambos passavam sobre as regiões polares. Concebe deste modo a existência de um «Heartland transpolar», dando ao Ártico um papel de grande nó de comunicações, atribuindo-lhe por isso a designação de «Mediterrâneo mundial».

Sversky, piloto aviador russo durante a primeira guerra mundial, refugiado nos E.U.A. por causa da revolução bolchevique, autor de vários livros sobre o Poder aéreo durante a segunda guerra mundial e logo após o fim desta ⁽³⁴⁾, é conhecido como um dos mais fervorosos defensores da importância do Poder aéreo. Para além de ideias semelhantes às já formuladas por Douhet e Mitchel, acerca da necessidade de dar a maior prioridade à destruição do Poder aéreo inimigo através do bombardeamento de bases aéreas e de fábricas, e da correspondente necessidade de fazer dos bombardeiros de grande raio de acção o elemento principal do Poder aéreo, afirma que será indispensável que a arma aérea se torne um ramo independente dentro das Forças Armadas. Preconiza a importância fundamental da indústria aeronáutica, que considera ser como que uma verdadeira coluna vertebral do País, cujo Poder seria medido pelo respectivo Poder Aéreo, sem o qual as Forças militares de superfície para nada serviriam. Considera que a crescente autonomia dos meios aéreos, devida ao aumento espectacular dos seus raios de acção, produz uma tendência no sentido de se poderem vir a tornar dispensáveis as bases aéreas no estrangeiro, caras, e dispersadoras de Força na medida em que precisavam de ser defendidas. Imagina que uma futura guerra mundial seria como que uma guerra de posições, portanto mais semelhante à primeira do que à segunda, que tinha sido uma guerra de movimento.

Nessa futura guerra os adversários enfrentar-se-iam através de meios aéreos, a partir de bases nos respectivos territórios, perspectiva essa que não poderia deixar de influenciar as relações de Poder, mesmo em tempo de paz.

⁽³³⁾ Segundo citação de Políbio de Almeida, na sua obra já citada, pag. 66, referindo como fonte «Peace by the map», artigo de Renner publicado no *Colliers* de 3 de Junho de 1944.

⁽³⁴⁾ De entre vários livros e muitos artigos escritos por Sversky tem especial interesse o livro «A intervenção do Poder Aéreo na Vitória» publicado em 1942.

Concebe então o traçado de duas grandes elipses sobre o mapa do Mundo (projecção polar), centradas nos principais centros industriais dos territórios dos E.U.A. e da U.R.S.S., abrangendo o espaço alcançável a partir desses centros pelos raios de acção dos bombardeiros de maior autonomia. A vasta zona de sobreposição das duas elipses, abrangendo quase toda a América do Norte, quase toda a Eurásia, e o terço noroeste da África, por estar dentro do alcance de ambas as Forças aéreas das duas Super-Potências, seria a área de decisão para a hegemonia mundial. O resto do Mundo fora dessa zona de sobreposição, mas dentro de cada uma das duas elipses, corresponderia a zonas de influência e de hegemonia da respectiva Super-Potência, isto é, o remanescente do continente americano para os E.U.A., e as partes sobranes da África e da Ásia, para a U.R.S.S..

6. A HEGEMONIA E OS EQUILÍBRIOS

A VISÃO GEOPOLÍTICA DO MUNDO

Chegando ao último capítulo deste trabalho, depois desta sumariíssima referência a alguns dos principais tópicos abordados em algumas das obras importantes no domínio da Geopolítica e da Geoestratégia, seria talvez o momento adequado para tentar extrair, da exposição feita, conclusões sobre as respostas a dar às perguntas com que a iniciámos. Mas, para além de uma ou outra reflexão a esse respeito já apresentada ao longo destas páginas, a própria diversidade de respostas sugeridas pelos diferentes autores que apresentámos parece-nos fazer, ela também, parte do que se deverá entender sobre o que são e para que servem aquelas disciplinas. Assim sendo, uma síntese final tentando ligar em poucas proposições o conjunto de enunciados apresentados, propondo respostas simples e definitivas, não só seria difícil, como excessivamente redutor, e mesmo desadequado.

Deste modo, em vez de um capítulo final de conclusões, pareceu-nos preferível tentar exemplificar uma das vertentes da utilidade da Geopolítica, a analítica, através da proposição de alguns elementos de reflexão, numa perspectiva geopolítica e geoestratégica, acerca do Mundo na segunda metade deste século. Naturalmente não se pretende, de modo algum, elaborar uma análise completa, para a qual seria necessário todo um livro, mas apenas esboçar algumas linhas de um esquema muito geral, que, no entanto, apesar de rudimentar, talvez possa ser sugestivo.

Será então oportuno começar por recordar o que escrevemos na introdução deste trabalho acerca da especificidade da perspectiva geopolítica, a qual consistiria em conjugar a simplificação (abstracção) do espaço/meio em espaço/teatro, com a diferenciação espacial (no espaço) da importância relativa dos principais actores políticos e, ou, culturais (ideia do «mundo que conta» ou centros versus periferias).

A visão geopolítica do Mundo acaba assim por concretizar-se em esquemas e modelos, os quais, por sua vez, segundo a hipótese que apresentámos, se podem reconduzir a dois ou três grandes paradigmas. A cada um destes paradigmas correspondem formas características de ver o Mundo. Assim, conforme tivemos oportunidade de verificar, com clareza em Mackinder e em Spykman, mas também de forma implícita nos outros autores referidos no 5.º capítulo, ao paradigma da «oposição mar-terra» corresponde a valorização predominante da «posição» e da «circulação», de que decorre uma visão do Mundo dividido segundo zonas concêntricas, oceanos rodeando continentes, litorais rodeando interiores, bem como a tendência para percepções e explicações dos acontecimentos em termos de bipolaridade (Potência marítima versus Potência continental).

Pelo contrário, ao paradigma dos «grandes espaços», onde incluímos os autores da «escola alemã» até 1945, os da «escola francesa» de La Blache, e V. Vives, corresponde uma valorização predominante da «extensão» e dos «recursos próprios», do que decorre uma visão do Mundo dividido, ou em faixas Norte-Sul, como as «pan-regiões» da «escola» de Munique, ou em mosaicos, como as «zonas de civilização» de La Blache ou os núcleos históricos de Poder marítimo (quatro) e de Poder terrestre (outros quatro) de V. Vives, bem como a tendência para perceber e explicar os acontecimentos em termos de multipolaridade em função de Estados «directores», ou de Estados «centrais», ou de coligações de Estados, influenciando ou hegemонizando cada um dos «grandes espaços». Nas suas propostas para a definição e organização destes, os autores podem privilegiar critérios de natureza político-económica ou, pelo contrário, de natureza político-cultural, pelo que se poderá subdividir este paradigma conforme essa diferente valorização destes critérios.

EXPANSÃO VERSUS EQUILÍBIOS

Através do exame das principais teorias geopolíticas desde o fim do século XIX até ao fim da segunda guerra mundial será possível concluir-se que em todas, ou quase todas, o problema fundamental das relações de Poder no,

ou nos, sistema ou sistemas, de relações internacionais, era posto em termos de expansão e contraposição à expansão, acabando a maior parte delas por procurar definir as condições geográficas que facilitariam a consecução de formas de hegemonia ou de império. A preocupação dominante da Geopolítica, conforme transparece claramente em toda a «escola alemã», nas obras de Mahan, e nas duas primeiras de Mackinder, terá sido perceber e fundamentar a expansão dos Estados.

No entanto, desde a segunda guerra mundial, verifica-se uma alteração desta tendência, alteração essa que se pode já observar na terceira teoria de Mackinder e mesmo na obra de Spykman, e que depois se vai acentuando, (Vives, Léopotier, Célèrier, Cohen, Cline, etc.), no sentido de privilegiar a busca das condições geográficas que facilitariam a consecução de equilíbrios dinâmicos sustentáveis. A preocupação dominante da Geopolítica parece então ter passado a ser a de encontrar as melhores vias para gerir os equilíbrios.

As razões para esta mudança de orientação estarão certamente ligadas à correspondente evolução das principais características definidoras do Sistema Mundial das relações internacionais. Entre estas, três, a arma nuclear, a descolonização, e a O.N.U., por si e pela conjugação dos seus efeitos, poderão ter tido uma influência decisiva.

A emergência de uma nova arma capaz de, por si só, produzir mais destruição do que todo um exército provido de armas convencionais, capaz de, se aplicada, mesmo em quantidades relativamente reduzidas, destruir completamente países inteiros, veio revolucionar as condições do uso da Força militar nos conflitos internacionais. Cedo se percebeu que era uma arma dificilmente utilizável contra um adversário que dela não dispusesse, dado o impacto nas opiniões públicas que seria causado pelas enormes percas de vidas humanas que seriam provocadas entre as populações, bem como pelos efeitos de poluição radioactiva, os quais poderiam atingir outros povos para além dos inimigos, mesmo até o próprio agressor. Menos ainda seria utilizável, em termos racionais, contra um adversário que dela também dispusesse, por causa da alta probabilidade de isso arrastar a completa destruição mútua dos contendores. Desta forma, a guerra, em que tal arma fosse aplicada, deixava de ser um instrumento «racional» da política.

Mas, por outro lado, a sua utilização por parte de um qualquer inimigo, até porque a racionalidade nem sempre preside às decisões e aos comportamentos humanos, mantinha-se sempre possível desde que este dela dispusesse, e essa possibilidade, por ténue que fosse, implicava riscos tão elevados que era indispensável garantir alguma forma de protecção contra tal hipótese. A

melhor forma de protecção, mesmo a única possível, percebeu-se ser a aquisição da capacidade nuclear susceptível de garantir que qualquer eventual inimigo não pudesse nunca destruir completamente essa capacidade através de um primeiro ataque. Isso garantiria uma muito elevada probabilidade de vir a ser ele também destruído pela resposta à sua agressão. Estabeleceram-se assim os fundamentos da estratégia de dissuasão. Deste modo, a arma nuclear veio a ser a arma que, pela primeira vez na História, existe mais para não ser utilizada do que para o ser, baseando um novo tipo de paz, mais estável do que as tradicionais pazes de equilíbrio.

A este novo tipo de paz deu R. Aron o nome de «Paz de terror» porque dependendo não tanto do mero equilíbrio das forças, o qual poderia mesmo não ser atingido (dissuasão do «fraco ao forte») mas sim, sobretudo, do mútuo terror provocado pela capacidade de total destruição recíproca. Este «excesso de Poder» tornava o Poder nuclear «inutilizável em termos racionais» num confronto directo entre partes que dispusessem de tais armas, pelo que a paz estabelecida entre elas recebeu de Aron também o nome de «Paz de impotência» além do de «Paz de terror».

Naturalmente, nestas circunstâncias, o tradicional tema da busca de uma hegemonia mundial, dificilmente concebível sem arrastar graves conflitos entre as principais Potências mundiais, justamente as que após a segunda guerra mundial tinham adquirido capacidade nuclear dissuasiva eficaz, tornava-se inadequado. A «revolução nuclear», só por si, bastaria pois para explicar a mudança de orientação que vimos referindo. Mas outros aspectos, em especial os outros dois que atrás salientámos, terão também desempenhado influência não despreciando nesse sentido.

A proliferação de novos Estados independentes que resultou da onda de descolonizações após a segunda guerra mundial veio consolidar a repartição total das terras disponíveis. A expansão territorial de qualquer Estado não poderia fazer-se sem ser à custa de territórios de outros Estados independentes, com os inevitáveis riscos de guerra que isso acarretaria. Por outro lado, a implementação da O.N.U. veio introduzir no Sistema Mundial das relações internacionais uma autoridade supranacional simultaneamente «legitimante» das relações e «garante» das soberanias, cuja capacidade de mobilização moral em prol do Direito Internacional, embora desprovida do Poder próprio para impor coactivamente as suas decisões, dificultaria a utilização do Poder militar em empresas expansionistas. Estes dois factos, potencializando-se entre si, e conjugados com a existência da «Paz de terror» entre as Potências nucleares, por sua vez ligadas por redes de interesses, influências e alianças, a pratica-

mente todos os outros Estados, vieram dar ao respeito das fronteiras estabelecidas e à estabilidade das relações internacionais em todo o Mundo um carácter de menor precaridade do que no passado, susceptível de ser posto localmente em causa por problemas regionais, mas não devendo estes agravarem-se ao ponto de poderem arrastar uma conflagração mundial.

A ideia de uma hegemonia mundial aparecia pois como excessivamente arriscada, além de ser cada vez mais difícil de pôr em prática. Em contrapartida, porque os equilíbrios não se estabelecem nem mantêm de forma automática, e podem ser estabelecidos de muitos modos e a diversos níveis, permitindo amplas margens de variação na intervenção dos Poderes em satisfação dos interesses particulares dos diversos Estados, a procura dos «equilíbrios convenientes» no cada vez mais complexo Sistema mundial oferecia amplo campo de intervenção para as propostas e análises geopolíticas, as quais, pelo uso da Geografia, estão vocacionadas para a percepção dos elementos de relativa permanência, portanto, de alguma forma estabilizados, e por isso referências muito úteis num mundo em acelerada mudança.

A «CONTENÇÃO»

Desde o fim da segunda guerra mundial até meados dos anos sessenta pode considerar-se ter decorrido uma primeira fase da evolução do Sistema Mundial durante a segunda metade deste século, fase essa marcada por acontecimentos como os ligados ao estabelecimento de uma ordem económica internacional baseada nos acordos de Bretton Woods e no G.A.T.T., com paridades cambiais fixas e o dólar convertível em ouro e funcionando como meio de pagamento universal, ou como os relacionados com a descolonização, mais do que duplicando o número de Estados independentes em todo o Mundo, e, através da sua entrada para a O.N.U., cuja assembleia geral passaram a dominar pelo número, dando aos países do «terceiro Mundo», do Sul pobre e subdesenvolvido, uma «voz» e uma capacidade de intervenção nos assuntos internacionais que, embora restrita, estes membros do «mundo que não conta» ou da «periferia» nunca tinham tido até então. Um terceiro aspecto característico desta fase, directamente relacionado com os dois anteriores, foi o da emergência do «movimento dos não alinhados» que buscava potencializar essa recém adquirida capacidade de intervenção procurando sobretudo influenciar as relações internacionais no sentido de obter uma «nova ordem económica mundial» mais favorável aos países subdesenvolvidos. A conjuga-

ção destes acontecimentos tendia a polarizar uma série de conflitos internacionais segundo uma clivagem que os analistas passaram a designar por confronto «Norte-Sul».

Em termos político-estratégicos, porém, todo o Sistema mundial era dominado pelo conflito de interesses, à escala global, entre as duas Super potências nucleares, liderando cada uma delas um bloco de países e uma ideologia-projecto para o desenvolvimento económico. Também esta oposição tendia a polarizar a generalidade dos conflitos em todo o Mundo segundo uma grande clivagem, esta designada por «Conflito Leste-Oeste». Neste enquadramento, esta primeira fase que estamos a caracterizar corresponde à primeira fase da «guerra fria» (que dura segundo alguns autores até à morte de Stalin, segundo outros até ao fim da «crise dos mísseis de Cuba»), e à fase da «coexistência pacífica» que se lhe segue, até, sensivelmente, ao início da «détente».

Durante todo este período, ideias como as da condenação do «imperialismo», do «colonialismo», e do «neo-colonialismo» foram dominantes nos meios intelectuais e nos «mass media» de todo o Mundo, mesmo nos Países mais frequentemente acusados destes «crimes», colocados no banco dos réus da opinião pública mundial, os quais eram todos pertencentes ao «primeiro Mundo», ao hemisfério Norte, ocidental, demo liberal, desenvolvido e rico.

A U.R.S.S. era então uma Potência que correspondia claramente ao padrão das «Potências continentais», portanto possuindo escassa capacidade para projectar Poder fora da Eurásia, enquanto os E.U.A. eram também claramente uma «Potência marítima», mas, no entanto, divergindo do puro modelo teórico na medida em que dispunham de uma base de Poder continental cujas potencialidades não eram muito inferiores às da «Potência continental». Como «Potência marítima» os E.U.A. ostentavam uma decisiva capacidade de projectar Poder, podendo intervir em qualquer ponto do Globo alcançável a partir do mar, e lideravam a organização de uma série de pactos e alianças com, e entre, Estados situados na periferia da Eurásia, a cuja constituição presidiam sobretudo critérios de Defesa e Segurança, como a N.A.T.O., a S.E.A.T.O., o Pacto de Bagdad, a A.N.Z.U.S., etc. Por sua vez, a U.R.S.S. liderava também a organização do Pacto de Varsóvia e do COMECON. Deste modo, a configuração da distribuição dos Poderes a nível mundial era nitidamente bipolar, a estratégia que presidia às intervenções dos E.U.A. era a da «contenção» da expansão da U.R.S.S. no «rimland», e o paradigma geopolítico mais adequado à percepção das dinâmicas subjacentes aos acontecimentos durante todo este período era, sem dúvida, o da «oposição mar-terra».

A DISPUTA DO «TERCEIRO MUNDO»

De certa forma, o envolvimento dos E.U.A. na guerra do Vietname e a subsequente derrota do seu projecto político para aquela região marcam, de forma emblemática, o fim da configuração político-estratégica característica do período anterior. Na realidade, porém, muitos dos parâmetros que temos vindo a referir já tinham vindo a sofrer alterações significativas desde a segunda metade dos anos sessenta. Uma segunda fase da evolução do Sistema mundial pode assim ser identificada entre, sensivelmente, o fim da década de sessenta e o fim da década de oitenta.

Este período corresponde, «grosso modo», às fases de evolução do «conflito Leste-Oeste» designadas por da «détente» (desde a visita de De Gaulle ao Kremlin, ou desde o início da «ostpolitik» de Willt Brandt, até ao início do envolvimento da U.R.S.S. na guerra do Afeganistão), por da «segunda guerra fria» (desde então até à cimeira de Rejkiaviek), e por de «nova détente» (desde aquela cimeira até ao início do colapso dos impérios soviéticos).

As ideias da importância e da universalidade dos direitos humanos, bem como da protecção dos direitos das minorias, a convicção do que o desenvolvimento económico deveria prevalecer sobre as ideologias e que esse desenvolvimento económico seria favorecido pela economia de mercado e por alguma descentralização do Poder político, vão abrindo caminho nos meios intelectuais e nos «mass media» e vão-se progressivamente impondo, progressão essa estreitamente ligada a acontecimentos como os da invasão da Checoslováquia em 1968, os da conferência de Helsinquia em 1974, os da invasão do Afeganistão em 1979, ou os da eleição de um Papa polaco e a luta do «Solidariedade» na Polónia no início da década de oitenta. Os regimes totalitários, comunistas ou não, com frequência crescente aparecem também eles a ocupar lugar de réus perante a opinião pública mundial.

Porém, a grande viragem em termos político-estratégicos terá consistido no desenvolvimento de um enorme Poder marítimo por parte da U.R.S.S., a qual, durante a década dos anos setenta, se transforma na segunda Potência naval do Mundo, logo atrás dos E.U.A. e muito acima da Grã-Bretanha e do Japão, ultrapassando mesmo os E.U.A. quanto às frotas de submarinos, e desenvolvendo marinhas de comércio, de pescas, e de investigação oceanográfica, que se colocam entre as primeiras do Mundo. A U.R.S.S., embora sempre limitada pelas condições geográficas desfavoráveis dos seus litorais, adquire, não obstante, uma efectiva capacidade de projecção de Poder para fora da

Eurásia aparecendo a rivalizar com os E.U.A. na disputa de zonas de influência em África, e na América Central, deixando assim de corresponder inteiramente ao padrão de «Potência continental», antes se aproximando do tipo de Potência simultaneamente continental e marítima que fôra, e continuava a ser, o dos E.U.A..

Após o fim da grande vaga de descolonizações que se seguiu à segunda guerra mundial, praticamente terminada no início da década dos anos setenta, a África, a Ásia do Sul, as ilhas do Pacífico e as Américas central e Sul, tinham, como vimos, ganho importância geopolítica relativa, mesmo até, por vezes, e em certos casos, alguma capacidade para exercer influência no Sistema Mundial. Essa importância relativa cresce até atingir o seu apogeu na segunda metade da década dos anos oitenta, mas começando a declinar de então para cá. Para além das razões que afluíram já a propósito do período anterior, a competição Leste-Oeste tornara-se a grande responsável por esta valorização, ao alargar a margem de manobra das pequenas Potências que aumentavam a sua capacidade de jogar com os interesses opostos das Super potências na mesma medida em que aquela competição se radicalizava e se expandia. Ao incrementar a sua capacidade de intervenção fora da Eurásia, a U.R.S.S. obriga a Potência marítima a um maior esforço na sua contenção, que passa a se estender, agora, também às regiões costeiras da África e das Américas. Ou seja, de certa forma, é como se surgissem novos «rimlânds», o que na realidade indicia uma menor adequabilidade dos modelos dentro do paradigma «mar-terra» para explicar as dinâmicas do Sistema Mundial.

Ao longo deste período vão-se tornando cada vez mais aparentes alterações no parâmetro fundamental da circulação, em especial nas vertentes político-estratégicas deste, que dizem respeito à projecção de Poder. As crises políticas tornam-se mais frequentes e mais influentes, na medida em que constituem a forma que a dissuasão nuclear consente para o confronto entre as Super potências, e a competição entre estas se estende ao Mundo inteiro. Ora na gestão das crises, como aliás também no desenvolvimento económico, cada vez mais percebido como elemento fundamental de todo o Poder e também como elemento da maior importância na disputa de influências no «terceiro mundo», a obtenção da informação, e a rapidez, tanto na decisão como na intervenção, assumem importância decisiva.

Isto tende a valorizar o Poder aéreo, que, como vimos, depende pouco do factor geográfico «posição», bem como os meios electromagnéticos e electrónicos de colheita, transmissão e gestão da informação, os quais, precisamente, conhecem um espectacular desenvolvimento durante este período, e são

independentes da «posição» geoestratégica. Por outro lado ainda, a evolução da produção industrial que assentava cada vez menos nas indústrias pesadas, o crescimento da mobilidade financeira cujo investimento juntamente com a competência tecnológica se tornaram decisivos para o desenvolvimento, aspectos que também caracterizam este período, tornaram os Estados menos dependentes da circulação maciça de recursos materiais (a qual, ao longo dos séculos, valorizara o transporte marítimo), do que dos meios rápidos de comunicação (aéreos e electromagnéticos), e das trocas de informação.

A todos estes aspectos deverá ainda acrescentar-se o crescimento da competição económica entre as três grandes Potências económicas (E.U.A., C.E.E. e Japão) que dividia o bloco que no período anterior, antes das crises dos anos setenta, fora claramente liderado pelos E.U.A., ao mesmo tempo que a rivalidade da China dividira o bloco liderado pela U.R.S.S.. Em vez da nítida bipolaridade da primeira fase, vemos assim desenhar-se uma polaridade complexa, combinando uma bipolaridade, que se mantinha mas atenuada e restringida aos aspectos político-estratégicos, com uma multipolaridade em termos apenas político-económicos, mas estes tornando-se cada vez mais importantes na definição das relações de Poder a nível mundial.

Entretanto, a tendência para a organização regional de coligações de Estados que víamos no período anterior ser baseada sobretudo em razões de Defesa e Segurança sendo essas organizações geralmente lideradas pelas Super potências, neste período essa tendência manteve-se e acentuou-se, mas os vectores que presidem a essas organizações passam a ser predominantemente os económicos, e muitas delas emergem sem qualquer interferência das Super potências. O modelo que nelas prevalece deixa de ser o da N.A.T.O. para passar a ser o da C.E.E..

Verifica-se também que as duas Super potências, cada uma delas um grande espaço politicamente unificado num só Estado, ambas combinam agora características quer de Potência marítima, quer de Potência continental, e que, se os E.U.A. apresentam mais características de Potência marítima do que continental e o inverso se passa com a U.R.S.S., a verdade é que a diferença decisiva na relação de Poder entre ambas passou a assentar mais na diferente capacidade científica e tecnológica de cada uma do que na sua diferente posição face às rotas comerciais e às linhas de projecção de Poder.

A conclusão a tirar parece ser a de que o paradigma da oposição «mar-terra» terá perdido valor analítico durante este período, tornando-se mais adequado o da dialéctica dos «grandes espaços». O Mundo deixara de poder ser adequadamente entendido em termos de zonas concêntricas e de oposições bipolarizadas, para

passar a ser melhor compreendido se visto multipolarizado, como um gigantesco mosaico de grande espaços. Parece ser esse o entendimento de Franck Debié, quando, em 1990, escreve na revista *Stratégique* ⁽³⁵⁾ «*A rivalidade percebida não é tanto a rivalidade política e militar com a U.R.S.S., como a rivalidade económica e política com a C.E.E. e o Japão. São as pan-regiões de Haushoffer mais do que o modelo de Mackinder que vêm agora obcecar a imaginação dos políticos, dos peritos, dos universitários e dos jornalistas americanos*». E essa parece ser também a tendência que preside à elaboração dos modelos geopolíticos de importantes autores dos anos setenta e oitenta, como Cohen, Clyne, Galtung...

A «NOVA ORDEM» MUNDIAL

Com o colapso da U.R.S.S. inicia-se uma nova fase, a que estamos vivendo. Os conflitos regionais, até então fortemente influenciados, não propriamente na sua génese, mas na sua configuração e na sua evolução, pelas intervenções das Super potências, libertam-se agora desse enquadramento que lhes era dado pelo conflito Leste-Oeste, desaparecido, mas sofrem crescente influência do alargamento do fosso entre ricos e pobres gerador do confronto «Norte-Sul». Por outro lado, a proliferação no «terceiro mundo» de indústrias militares, mísseis, e armas de destruição maciça, iniciada no período anterior mas em constante progresso e de controle muito difícil, agravada pela situação quase anárquica que se vive no espaço da ex-U.R.S.S., confere a essa «libertação» dos conflitos regionais uma periculosidade acrescida, preocupante, tornando-se talvez na razão principal para muitos analistas afirmarem estarmos hoje num Mundo mas imprevisível e menos seguro.

Os radicalismos político-religiosos e os político-étnicos (fundamentalismos, xenofobias, racismos...) expandem-se e tendem a dominar a cena política internacional. De certa forma, parecem estar a ocupar o lugar das grandes ideologias políticas, como polarizadores, segundo vectores culturais, de revoltas e de conflitos muitas vezes com raízes económicas e sociais. A evolução dos movimentos terroristas, a expansão avassaladora do narcotráfico e do crime organizado, que progressivamente se vão impondo como preocupações dominantes em termos de Segurança e Defesa, estão ligadas não só entre si mas também à generalidade daqueles radicalismos.

⁽³⁵⁾ DEBIÉ Franck: «La Geopolitique est-elle une science? Un aspect de la Geographie Politique de Peter Taylor», artigo publicado na revista *Stratégique*, pag. 59.

A «explosão» demográfica nos países subdesenvolvidos e as sérias ameaças aos equilíbrios ambientais constituem outras duas ordens de preocupações que, pelo seu agravamento exponencial tornando já irrecusável reconhecer os efeitos nefastos assim como os enormes riscos a elas associados, e pela extrema dificuldade em combater os seus efeitos, estão atraindo uma crescente atenção tanto dos políticos como dos intelectuais, começando também já a mobilizar meios de comunicação social e opiniões públicas. Acresce que estas duas ordens de preocupações estão relacionadas entre si de uma forma complexa, já que quanto maior for o número de seres humanos maior é a agressão ao ambiente, mas por outro lado a poluição causada por cada indivíduo residente nos países ricos, onde o crescimento demográfico está estabilizado, é várias vezes superior à que é causada pelo residente nos países pobres. Por outro lado ainda, os grandes centros industriais, indispensáveis ao desenvolvimento económico do «terceiro mundo», desenvolvimento que, por sua vez, constitui a única via eficaz para, a prazo, estabilizar o crescimento das suas populações, esses centros industriais são altamente poluentes, sobretudo os baseados em indústrias de baixa tecnologia, as quais são, justamente, as mais adequadas às capacidades tecnológicas e financeiras daqueles países.

Ideias como as do dever universal de respeitar os direitos humanos e os da minorias, da importância da cooperação internacional e da solidariedade social, da bondade do demoliberalismo (proposta sociopolítica considerada vencedora do socialismo marxista no decurso da «guerra fria») consolidam a sua predominância nos meios intelectuais e nos «mass media», mas os princípios da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, e da inalterabilidade das fronteiras sem ser por acordo pacífico das partes, verdadeiros pilares dos conceitos tradicionais de independência e soberania, e da estabilidade nas relações internacionais, começam, o primeiro, a ser entendido como podendo ser posto em causa por razões humanitárias ou mesmo para protecção dos direitos de minorias em casos de grande gravidade, e o segundo, a ser violado pela utilização da violência armada com posterior aceitação dos factos consumados pela comunidade internacional, arriscando-se assim a reabertura de um sem número de conflitos sobre o traçado das fronteiras, em todo o Mundo, muitos deles extremamente perigosos.

A configuração dos Poderes a nível global mantém a complexidade a que fizemos referência no período anterior, na medida em que continua a distinguir-se a situação em termos político-estratégicos da em termos político-económicos, mantendo-se nesta a competição entre os mesmos três grandes pólos económicos que tínhamos referido, mas transformando-se a bipolaridade

político-estratégica em unipolaridade. Ao contrário porém do que teria acontecido em qualquer outro momento da História, esta unipolaridade político-estratégica não tende, pelo menos por enquanto, para a hegemonia mundial, devido precisamente à multipolaridade económica que as ideias prevaletentes nas opiniões públicas, os regimes demo-pluralistas, a autoridade «legitimante» da O.N.U. e a dissuasão nuclear, permitem conviva com, e equilibre a, unipolaridade político-estratégica.

De tudo isto parece poder-se concluir estarmos a viver um momento histórico marcado profundamente por um crescimento exponencial quer das interdependências (em muitos casos já inter penetrações), quer da necessidade da cooperação internacional. Esta necessidade da cooperação internacional, por sua vez, relaciona-se não só com aquele crescimento das interdependências como também com a natureza dos grandes «novos» problemas internacionais, ecológicos, do desenvolvimento económico, da contenção das pressões demográficas, da proliferação de armas de destruição maciça, do terrorismo, droga e crime organizado, todos eles impondo acção internacional concertada para adequado controle. Necessita, porém, para vir a ser adequadamente satisfeita, de progressiva alteração das mentalidades, a qual, lentamente, se tem vindo a verificar, e que, de algum modo, se indicia nas ideias prevaletentes que apontámos para cada um destes períodos que temos esquematizado.

Tanto as interdependências crescentes como a preferência pela cooperação potencializam a tendência, iniciada após a segunda guerra mundial, para a organização de coligações de Estados em vastos espaços regionais, o que tem conduzido ao aparecimento de novas organizações e ao aprofundamento e alargamento de outras. Verifica-se, porém, que os vectores sócio-culturais surgem com maior frequência a desempenhar papel de relevo, para além das tradicionais razões de Segurança e de vantagens económicas, na emergência, na estruturação, e no funcionamento, dessas organizações. As ideias de La Blache, de V.Vives, e de muitos outros geopolíticos, sobre a importância e o papel das entidades culturais, as preocupações de muitos políticos e analistas das relações internacionais quanto ao aumento de influência dos aspectos culturais, através de fundamentalismos e nacionalismos, no incremento da conflitualidade violenta a nível global, chegando a falar-se em guerras de civilizações⁽³⁶⁾, adequam-se a, ou inserem-se nesta, acrescida importância dos vectores culturais nas dinâmicas do Sistema mundial. Essa acrescida importân-

(36) Recorde-se a este respeito o bem conhecido artigo de Huntington «The clash of civilizations» publicado no *Foreign Affairs*, 72/3 (Summer 1993), pag. 22 a 49.

cia está estreita e inevitavelmente ligada ao crescimento exponencial de todas as formas de comunicação entre os povos, crescimento esse que está no cerne da avassaladora proliferação das interdependências, e que, ao ameaçar provocar o progressivo apagamento das diferenças culturais em favor de uma cultura universal massificada, desperta e intensifica todas as formas de afirmação das culturas próprias e de rejeição das alheias.

Enquanto que a interdependência e a tendência para a cooperação impulsionam, directamente, a tendência para a organização de grandes espaços regionais, mesmo até para o esboço de estruturas supra-nacionais, pelo contrário os particularismos culturais, os fundamentalismos religiosos, e as erupções nacionalistas, actuam em sentido oposto, gerando-se assim uma dialéctica que nos parece virá a ser a principal responsável pela configuração de uma futura nova «ordem mundial». Dessa dialéctica tanto poderá resultar o progressivo desfazer das organizações já existentes, regressando-se a situações do Sistema Internacional mais dominadas pelas rivalidades entre os Estados, soberanos e independentes, de certo modo análogas à prevalecente até à segunda guerra mundial, com uma O.N.U. reduzida ao papel da Sociedade das Nações, ou simplesmente desaparecida, como dela poderá resultar, no extremo oposto do leque das possibilidades, uma expansão e consolidação da organização dos grandes espaços, até estes assumirem alguns Poderes supranacionais e englobarem todos os Estados, substituindo-se-lhes como principais protagonistas do Sistema.

Nesta hipótese, porém, a dialéctica com as fortes pressões nacionalistas e religiosas deveria conduzir não só ao privilegiar de vectores culturais na estruturação daquelas organizações, como a uma relativamente grande descentralização política destas, através da prevalência de regimes políticos demo pluralistas nos Estados membros, da institucionalização de formas eficazes para garantir o respeito e a protecção dos direitos humanos e dos direitos das minorias, da concessão de autonomias regionais, de estrita aplicação do princípio da subsidiariedade na transferência de competências e poderes. Deste modo, as organizações supranacionais poderiam funcionar como grandes quadros político-económicos, suficientemente flexíveis, no interior dos quais a pressão dos Estados sobre as suas minorias poderia ser aliviada, deixando a estas maiores possibilidades para o exercício de suficiente autonomia tanto administrativa como económica, assim como para livre expressão das suas especificidades culturais, e, por outro lado, estas poderiam encontrar estabilidade e viabilidade que, de outro modo, a reduzida dimensão de muitas dessas minorias e a sua frequente inter-penetração territorial dificil-

mente possibilitaria.

Neste Mundo muito complexo, em rápida transformação, a perspectiva geopolítica poderá ser mais útil do que nunca, apontando afinidades, denunciando obstáculos, esclarecendo condicionantes, detectando potencialidades e vulnerabilidades, sugerindo configurações. O paradigma mais adequado para os respectivos modelos de análise, pelo menos enquanto a Rússia não emergir de novo no papel de grande «perturbador continental» para o qual, no entanto, as suas «extensão» e «posição» geográficas a empurram, continuará a ser, tal como terá sido durante as décadas de setenta e oitenta, o dos «grandes espaços». Mas enquanto que durante aquelas duas décadas se trataria sobretudo desse paradigma estruturado segundo a prevalência dos vectores político-económicos, as condições actuais atrás descritas parecem aconselhar preferir-se agora optar pela sua versão estruturada segundo a prevalência dos vectores sócio-culturais. As iniludíveis necessidades de «mudança de mentalidades» para adaptação às novas condições sociais e para encontrar as respostas adequadas que os novos desafios exigem, a crescente importância das motivações culturais na génese dos conflitos violentos, o constante alargamento das esferas de cooperação internacional e a evidencia de que esta se estabelece mais fácil e mais solidariamente quando se partilham significados e valores, tudo parece concorrer para que, neste virar do milénio, assim seja.

Raúl François Martins

PORTUGAL E A INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA DO MAGREBE

*O presente artigo resulta de um trabalho de investigação do autor, na sua qualidade de Assessor do Instituto da Defesa Nacional, que serviu de base para a conferência que proferiu no Centro de Estudos Internacionais em 24 de Outubro de 1995, no decurso de um Seminário subordinado ao tema geral, **Magrebe: Desenvolvimento e Segurança Regional.***

Sumário:

Pretende-se avaliar, através de um bosquejo histórico e de uma análise sucinta do quadro geopolítico Magrebino, o seu valor estratégico potencial, os possíveis riscos e tipos de conflitualidade entre os países da margem sul do Mediterrâneo e seus possíveis reflexos nos países da margem Norte.

Pretende-se, ainda, pôr em evidência a necessidade de uma subdivisão em regiões estratégicas, atendendo não só à complexidade dos problemas existentes nessas regiões como também, face à multiplicidade de Organizações Internacionais e Regionais de Segurança que tendem ali a exercer a sua influência.

Por último, mencionam-se as posições de Portugal no âmbito multilateral no quadro da segurança e defesa colectiva, assim como no âmbito bilateral com os demais países com interesses na região, e os acordos já celebrados com o Reino de Marrocos e a República da Tunísia.

Luís de Medeiros Ferreira

PORTUGAL
E A
INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA DO MAGREBE

1. INTRODUÇÃO

Antes de referir a forma como procurarei abordar o tema que me foi atribuído, o que farei na segunda parte desta nota prévia, julgo oportuno salientar cinco questões que se colocam no plano conceptual, e que estarão presentes ao longo da minha exposição:

A unidade geopolítica da Europa Marítima e do Magrebe – segundo COEHEN, Saul B. – só seria possível através da persuasão económica e política desde que não evoluísse no sentido da exploração económica numa só direcção;

Os conceitos de Segurança, Defesa e Desenvolvimento, conforme interpretação do Instituto da Defesa Nacional (IDN), sendo interdependentes, desenvolvem-se simultaneamente, e a sua abordagem, também por isso, é feita de uma forma integrada;

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) não menciona explicitamente a área em apreço porquanto apenas faz referência genérica à região do Mediterrâneo e do Norte de África;

Na hierarquização do conceito das ameaças, estas devem ser consideradas como o produto das possibilidades pelas intenções de um determinado actor internacional – ou agente – permitindo assim a elaboração de cenários que cubram uma banda razoável do possível espectro dos conflitos;

Pese embora procure a explicitação das posições de Portugal face à influência estratégica do Magrebe, não poderia também deixar de salientar a sua importância no quadro das políticas das Alianças Internacionais de que somos parte, assim como no quadro da UE e cujos interesses igualmente convergem na referida região.

A realidade das coisas, todavia, altera por vezes alguns dos conceitos que ao longo do tempo se foram consolidando sendo, no caso vertente, as dificuldades conceptuais resultantes dos seguintes factores:

A determinação dos limites da Europa Marítima como problema geopolítico crucial;

A imposição, na actualidade, de padrões de Desenvolvimento a muitos países, sem que haja uma clara definição dos sistemas de Segurança colectivos, onde se irão inserir no futuro;

A própria evolução dos acontecimentos implicar, relativamente às áreas atrás referidas, constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94 de 13 de Janeiro (CEDN), que o Senhor Ministro da Defesa Nacional se refira explicitamente ao Magrebe como uma região em que o programa de «Parceria para a Paz» (PFP) do North Atlantic Cooperation Council (NACC) deveria ter em consideração, como se verificou numa conferência que proferiu no IDN, em Maio de 1994;

O facto de poderem coexistir, como se verifica nos nossos dias pela ausência de Ameaças, situações em que poderá ocorrer Segurança sem necessidade de Defesa.

Dito isto, irei procurar avaliar através de um bosquejo histórico e de uma análise do quadro geopolítico Magrebino, ainda que de uma forma sucinta, o seu valor estratégico potencial; os riscos passíveis de conflito entre os países da margem Sul do Mediterrâneo, já que a ameaça militar Sul/Norte tem pouca probabilidade de ocorrer; e, a necessidade da sua subdivisão em regiões estratégicas, atendendo à complexidade dos problemas existentes na região do Mediterrâneo (como aparece inicialmente referida na Acta de Helsínquia, pela CSCE). Decorrente destas avaliações irei salientar as posições de Portugal no Quadro da Segurança e Defesa colectiva, designadamente, perante a NATO, UE, UEO e as Organizações Regionais de Segurança. E, por fim, referir as posições de alguns países com interesses na região, assim como os acordos bilaterais na área da cooperação e defesa celebrados por Portugal com o Reino de Marrocos e a República da Tunísia.

2. UM BOSQUEJO HISTÓRICO SOBRE O MEDITERRÂNEO

Para os Fenícios o cerne da segurança e prosperidade do Mediterrâneo estava no comércio.

Para os Gregos seria a cultura o elemento aglutinador dessa segurança e desenvolvimento, tendo sido aplicado para o Mediterrâneo a palavra talassocracia.

Para os Romanos, a chave estaria no Império baseado fundamentalmente

nas feitorias, já que a falta de recursos humanos e meios navais para a ocupação total da região não permitiam uma colonização de toda a bacia mediterrânica.

A rivalidade hispano-franco-austríaca sobre a Itália iria desviar as atenções sobre o Mediterrâneo durante a Idade Média.

Na Idade Moderna, para o controle do Mediterrâneo tornar-se-ia necessária uma aliança Anglo-Francesa.

Para o Império Espanhol a defesa dos seus interesses implicaria o controle do Mediterrâneo Ocidental desde Itália até aos pontos de apoio existentes no Norte de África.

No Mediterrâneo Oriental o Império Otomano, com base nas suas possessões na Argélia e na Tunísia, iria pressionar sobre Andaluzia, Valência e a Sicília.

No século XVIII a presença no Mediterrâneo do Reino Unido e a sua rivalidade com os Franceses implicaria que, até ao final do século XIX Londres ocupasse o Egipto e o Canal do Suez utilizando os pontos de apoio em Gibraltar, Malta e Chipre.

Conseguiram, por via disso, na área, uma forte implantação industrial, comercial e militar.

Durante a Segunda Guerra Mundial os EUA substituíram o Reino Unido com a particularidade de não pretenderem controlar territórios mas somente dispor de bases de aluguer.

Durante os anos 70 a esquadra soviética iria procurar, de forma precária, a divisão bipolar no Mediterrâneo.

A queda da ex-URSS e a alteração do dispositivo dos EUA deixam a sensação de algum vazio estratégico, e por via disso, a possibilidade dum aumento de conflitualidade na bacia Mediterrânica talvez superior à existente nos últimos 50 anos.

3. O QUADRO GEOPOLÍTICO MAGREBINO

Na definição do Magrebe, para além de Marrocos, Argélia e Tunísia fazem parte a Mauritânia e a Líbia, o que prefaz uma população de cerca de 65 milhões de habitantes vivendo, na sua maioria, entre as vertentes do Atlas e as zonas costeiras do Mediterrâneo e do Atlântico.

Ainda que de forma necessariamente sucinta, julgo oportuno referir da análise do Quadro Geopolítico Magrebino, os seguintes aspectos que por forma directa ou indirecta poderão vir a influenciar Portugal:

ESTRUTURAS DO PODER POLÍTICO

O sistema constituído pelos países do Magrebe é heterogéneo, posto que existem regimes desde a Monarquia Constitucional pluripartidária a regimes de partido único. Face às diversas interpretações do Alcorão tornam-se muito complexas as relações de poder, sendo corolário disso a existência dos múltiplos califados.

Sendo difícil a separação do fenómeno religioso do conceito de Estado, não será fácil a implantação de regimes democráticos pluralistas do tipo ocidental, tanto mais que conforme expressa o Alcorão: «só Alá pode legislar e só os seus descendentes têm capacidade para executar».

É conseqüentemente menos compatível nesses países a separação entre a religião e o Estado.

Para além disso, poder-se-ão acrescentar algumas perspectivas de pouca estabilidade se considerarmos:

Possíveis pretensões de hegemonia, preponderância e mesmo algumas reivindicações territoriais (designadamente os possíveis reflexos pós-referendum no Sara Ocidental, as situações em Ceuta, Melila e até em Gibraltar);

A situação preocupante que se vive na Argélia, consequência do Fundamentalismo e das suas ligações ao Irão no plano cultural e ao Iraque no âmbito da energia nuclear, apesar da vitória do General Zeroual nas eleições presidenciais de Novembro de 1995;

O terrorismo, que se crê apoiado pelo Fundamentalismo Islâmico, não dispondo nem da estrutura nem da hierarquia semelhante à dos outros grupos terroristas, constitui problema de difícil solução para a segurança interna de qualquer Estado;

Os vínculos ainda mantidos com o complexo militar industrial do Leste Europeu, com reflexos na manutenção, operabilidade e até na segurança do material das Forças Armadas do Magrebe.

ESTRUTURAS DO PODER ECONÓMICO

Estas estão muito correlacionadas com as exportações dos recursos energéticos e não energéticos existentes na região.

Assim, e no que concerne aos primeiros, é de salientar que o Magrebe com uma produção de cerca de 161 biliões de pés cúbicos de *gás natural*, atingiu uma produção de cerca de 17% do total da OPEP (694 biliões de pés cúbicos).

A produção de cerca de 2,4 milhões de barris//dia, equivaleu à exploração de cerca de 10% do total de *petróleo* da OPEP (23 milhões de barris/dia). Estes elementos são relativos a Janeiro de 1991.

No caso vertente da Líbia, é oportuno ainda realçar que cerca de 98% das suas exportações são provenientes do *petróleo* (num total de cerca de 10 biliões de dólares).

Quanto aos recursos minerais não-energéticos merecem destaque o ferro da Argélia e da Mauritânia e ainda os fosfatos de Marrocos que após a sua inclusão no território do Sara Ocidental, assegurará a quase totalidade do comércio dos fosfatos.

No que diz respeito à exportação dos produtos alimentares só assumem algum significado as frutas e os legumes de Marrocos e da Tunísia, que representam cerca de 30% das suas exportações para a UE.

A indústria das pescas assume especial significado para Marrocos já que, nos últimos 10 anos, duplicou o número de empregos (para 135 000), triplicou o valor das suas exportações (para 5400 milhões de dirhams) e duplicou a tonelagem do seu consumo interno (para 150 000 toneladas).

Dos países do Magrebe, exceptuando a Mauritânia que tem um mar territorial de 70 milhas, os restantes aderiram à convenção das 12 milhas.

A Argélia e a Líbia não demarcaram nenhuma Zona Económica Exclusiva (ZEE), enquanto que a da Tunísia é de 50 milhas. A Mauritânia e Marrocos demarcaram em 1978 e 1981, respectivamente, ZEE's de 200 milhas.

Pelo Regulamento da CEE n.º 3954/92 do Conselho de 19 de Dezembro, celebrou-se um acordo em matéria de pescas marítimas entre a CEE e o Reino de Marrocos. Terminaram as negociações aguardando-se a ratificação dos Estados-membros para a celebração dum novo acordo entre a UE e o Reino de Marrocos, com as críticas conhecidas por parte dos armadores e pescadores Espanhóis e Portugueses.

A repartição por sectores das decisões de financiamento da Comunidade Europeia (CE) a favor dos países do Magrebe destinam-se a Infra-estruturas, Indústria e Agricultura num total de cerca de 85%, enquanto que os sectores da Formação, Cooperação Científica, Comércio, Saúde, Ambiente e o da Energia repartem entre si os restantes 15%.

As trocas comerciais entre a Comunidade Europeia (CE) e a União do Magrebe Árabe (UMA) relativas a alimentos, matérias primas, energia e manufacturados, constituem, nos nossos dias, elementos de interdependência, já que uma grave crise económica nos países da UMA se traduziria na baixa das suas

importações, com reflexos no âmbito empresarial e laboral na Europa. De forma idêntica, a deterioração nos fluxos comunitários afectaria inexoravelmente a situação no Magrebe.

No intuito de manter uma situação económica idêntica à actual, as necessidades totais dos países do Magrebe estão estimadas em cerca de 28 000 milhões de dólares. Já o fluxo intermagrebino, no que diz respeito quer a importações quer a exportações, atinge apenas cerca de 10% do comércio externo total dos países do Magrebe, apesar de algumas dessas economias serem dirigidas e até protegidas.

Da Europa dos 12, e face a elementos referentes a 1989, Portugal, em termos de importações dos países do Magrebe, está em 9.º lugar seguido da Dinamarca, Grécia e Irlanda.

Dos países do Sul da Europa, Portugal é o que detém a menor percentagem do comércio externo com o Magrebe.

ESTRUTURAS DO PODER MILITAR

As Forças Armadas (FA's) do Magrebe, tendo colaborado na luta de libertação e independência dos seus países, mantiveram, mesmo depois dessas independências e durante o período do conflito Leste/Oeste, as suas estruturas logísticas e operacionais. Os seus objectivos essenciais continuam a ser o controlo de possíveis tentativas à alteração das fronteiras e as ameaças à segurança interna dos seus países. Estamos perante FA's muito vinculadas ao contexto regional.

Daf que os riscos provenientes de tentativas de alastramento do Fundamentalismo Islâmico ou da eclosão de actos de terrorismo poderão originar situações conflituais entre os países do Magrebe.

Contudo, não é provável que possam constituir ameaça militar fora das suas fronteiras aos países da margem Norte do Mediterrâneo.

O AMBIENTE

Do ponto de vista ambiental julgo ser de referir como factores de possível instabilidade os seguintes:

A diminuição dos recursos de água doce, designadamente dos poços do sub-solo e o facto de cerca de 70% do consumo de água se destinar às regas de produtos agrícolas;

A contaminação do mar Mediterrâneo, corolário não só dos acidentes com navios petroleiros (110 acidentes num período de 15 anos), mas também da poluição industrial dos países da margem Norte, que como sabemos, constituem 14% da produção mundial. Também não deverá ser esquecido que navios e submarinos com propulsão nuclear navegam no Mediterrâneo com os riscos daí inerentes.

O problema das pescas, quer no Mediterrâneo onde apesar dos reduzidos recursos cerca de 3/4 das capturas se destinam aos países da margem Norte, quer nas costas Africanas do Atlântico onde o excessivo esforço de pesca implica necessariamente redução das capturas.

O alastramento da desertificação do Sara.

ALGUNS CENÁRIOS DECORRENTES DAS VULNERABILIDADES E POTENCIALIDADES

Cerca de 50% da população do Magrebe tem idade inferior a 18 anos, sendo possível que nos próximos 25 anos duplique a população da Argélia, de Marrocos e da Tunísia com os inerentes problemas sociais, agravados ainda pela vivência nos grandes centros urbanos.

Aumentarão as dependências do exterior, que não sendo satisfeitas, terão como consequências o aumento dos fluxos migratórios.

A situação preocupante que se vive na Argélia, em que os actos terroristas já provocaram cerca de 30 000 vítimas e pretenderam alastrar ao território Francês.

Mesmo depois das presidenciais de 16 de Novembro de 1995 a situação na Argélia terá dificuldades em estabilizar e poderá evoluir para cenários desde o caos à Libaneza (com possível alastramento aos países vizinhos); passando pela situação mista do tipo do Sudão (em que o exército e alguns grupos moderados de Islamistas partilharão o poder), para um golpe de estado militar, sendo também de admitir a possibilidade de um pacto de transição, com partilha territorial de zonas de influência.

Desde 1991 que a missão de paz da ONU no Sara Ocidental tem vindo a adiar os prazos para a realização dum referendun face à impossibilidade de entendimento sobre os eleitores.

Na reunião havida na ONU em Dezembro de 1995, enquanto que a França, o Reino Unido e os Estados- Unidos formam uma coligação favorável à integração do Sara no reino de Marrocos, a China a Rússia e os países da OUA advertem que a aprovação do referendun conduzirá a um conflito no Magrebe.

Apesar da importância das FA's em todos os países do Magrebe, estas estão dependentes do exterior não só na aquisição do material mas também em muitos aspectos relativos à sua manutenção e consequente operabilidade.

Uma referência específica à Mauritânia, que dispõe de reservas de ferro de cerca de 200 milhões de toneladas, sendo o país mais pobre do Magrebe, mas que detém uma situação estratégica de alguma importância na zona de transição entre o Magrebe e a África Negra.

A seguir à região da África do Sul, o Magrebe é uma das regiões mais ricas de África, apesar de representar apenas 4% do comércio mundial.

COROLÁRIOS DA ANÁLISE DO QUADRO GEOPOLÍTICO DO MAGREBE

Do que antecede, verifica-se a existência de factores de instabilidade consequência das estruturas dos sistemas políticos, de algumas reivindicações territoriais e sobretudo de problemas do tipo social, demográfico e religioso.

O fundamentalismo Islâmico, em especial a sua componente xenófoba, poderá constituir um risco para os países da região, mas não deverá constituir perigo para os países da margem Norte do Mediterrâneo, excepto no que concerne ao possível aumento do fluxo migratório.

Face às interdependências económicas, entretanto geradas entre a UE e o Magrebe, a instabilidade nesta região afectará por via directa e indirecta os interesses político-económicos de Portugal.

Para além disso, a sua posição geográfica face à proximidade do continente Europeu e dos pontos vitais das rotas de navegação do Sul do Mediterrâneo e do Atlântico, conferem valor estratégico aos países da região do Magrebe.

4. A SEGURANÇA E DEFESA COLECTIVA NO MEDITERRÂNEO E AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

Embora de forma necessariamente sucinta, considero oportuno referir algumas posições mas também abordar possíveis cenários de intervenção das Organizações de Segurança e Defesa com interesses na região.

Isto porque, Portugal fazendo parte dessas organizações terá igualmente nesses «fora» de potenciar a defesa dos seus interesses, face à influência estratégica exercida, no caso vertente, pela região do Magrebe.

Assim:

A NATO E A UEO

Subordinado ao SACEUR, a NATO dispõe no flanco Sul do comando AFSOUTH, ao qual estão atribuídas Forças Terrestres do Sul e Sudoeste da Europa e Forças aero-navais dos Estados-membros do Sul da Europa incluindo a Turquia. Foi constituído em 1989, com carácter não-permanente, um agrupamento Naval para o Mediterrâneo o NAVOCFORMED evoluindo posteriormente para STANAV FORMED.

Foi dado conhecimento ao Conselho do Atlântico Norte no passado dia 29 de Setembro de 1995, das missões, tarefas, estrutura de forças, organização e comando da EUROFOR e EUROMARFOR no quadro da UEO. Estas forças destinam-se ao cumprimento das missões consignadas na Declaração de Pettersberg (Junho de 1992) e constituem um contributo para a Identidade de Segurança e Defesa Europeia, como reforço do Pilar Europeu da Aliança.

A constituição da EUROFOR e da EUROMARFOR está baseada nos princípios da transparência e complementaridade entre a NATO e a UEO estabelecendo-se que os Estados-membros darão prioridade às missões previstas no âmbito do art.º 5.º do Tratado de Washington, no âmbito da NATO.

O emprego daquelas forças em missões fora do âmbito previsto no art.º 5.º, serão acordadas após as consultas previstas em conformidade com o estabelecido na reunião da NATO de Janeiro de 1994.

O Comando e o Estado-Maior da EUROMARFOR serão definidos a partir de Outubro de 1995, prevendo-se que esta força aero-naval participe no exercício multinacional «EOLO 96», após o sancionamento no encontro de Ministros da NATO, previsto para Dezembro de 1995.

Com a adesão inicial de países da margem Norte do Mediterrâneo, e apesar de algumas carências nas áreas da Logística e do sistema C4I, esta tentativa em curso permitirá garantir maior operacionalidade à UEO para o cumprimento das missões da Declaração de Pettersberg.

Foi durante a Presidência Portuguesa da UEO, e através da Declaração de Lisboa em Maio de 1995 que às Forças terrestres e aeronavais da Itália, França e Espanha se declararam as intenções do contributo de Forças Portuguesas. Posteriormente na 40.º Reunião da Assembleia Geral da UEO em Junho de 1995, foi manifestada a intenção da participação de Forças da Grécia.

Como a França e a Espanha fazem parte das estruturas da NATO, primordialmente para efeitos das missões decorrentes do art.º 5.º do Tratado de Washington, poder-se-à nos planos bilateral e multilateral estarmos perante o embrião de futuras missões conjuntas e combinadas de acordo com o novo

conceito de «Combined Joint Task-Forces» (CJFT), envolvendo missões no âmbito da «Parceria para a Paz» (PfP) na «Zona do Mediterrâneo Ocidental».

A UE

Desde 1972 que a CEE tem procurado desenvolver uma política de segurança colectiva com preponderância da componente económica, no intuito de conseguir uma melhoria de vida das populações do Magrebe no sentido da sua fixação e do desenvolvimento da região.

Todavia para o Professor SAMI NAIR da Universidade de Paris, essa política exclusivamente mercantil tem enriquecido ainda mais o Norte e empobrecido ainda mais o Sul.

Distingue nessa política 3 fases distintas, a saber:

1.ª fase, de 1972 a 1980 a chamada *política global* nas áreas do comércio, tecnologia, investigação e desenvolvimento, que diminuiu os fluxos em 13% e aumentou as dependências e a dívida do Sul, conforme o agravamento verificado posteriormente entre 1981 e 1989.

2.ª fase, com início em 1990 e inicialmente prevista para o período de 1992 a 1996, foi a da chamada *Política Mediterrânica Renovada* em que foi proposta a execução dos conceitos de *co-desenvolvimento* e *associação* que, criando novas regras de cooperação descentralizada, não permitiu a criação de focos estratégicos que articulassem a complementaridade económica entre as duas margens do Mediterrâneo.

Por isso, a 3.ª fase, com início em 1995, tem como objectivo conseguir um espaço euro-mediterrânico em 2010.

Procurar-se-à para a região do Magrebe o desenvolvimento das infra-estruturas sociais, urbanas e rurais, a protecção do meio ambiente e os apoios para a integração regional. Conclui o Professor SAMI NAIR, que, contrariamente ao previsto para os países do Centro e Leste Europeu, não se anuncia nenhum objectivo de integração para os países do Magrebe.

A UE, como comunidade alargada, tem conseguido transmitir aos países do Norte da Europa as dificuldades sentidas no flanco Sul designadamente na região do Magrebe. Todavia após a CIG96, se persistir o conceito duma Europa a «várias velocidades», não se poderá caminhar para que os países do Sul da Europa sejam considerados como uma «Zona Tampão» entre Norte da Europa rico e a margem Sul do Mediterrâneo pobre?

Julgo que não, se for desenvolvido o preconizado nos Anexos I e IV das Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa de Junho de 1992. Nesses Anexos são definidas as relações Euromagrebina «...através duma firme vontade de prosseguir uma política global que contribua para a estabilidade e prosperidade da região Mediterrânica, com base numa concepção que privilegie as relações entre os parceiros e permita um intercâmbio regular de informações assim como uma maior concertação no domínio político e da segurança.

A OSCE. A CARTA DE PARIS. O GRUPO 5+5. A CSCM E A CONFERÊNCIA EURO-MEDITERRÂNEA

Desde a Acta Final de Helsínquia (1975) que *Portugal* assinou o vínculo e a necessidade de, como membro da CSCE, cooperar com os Estados-não-participantes da área do Mediterrâneo.

Após 15 anos, 34 dos Estados signatários da CSCE reforçam, através da *Carta de Paris*, a necessidade de promover as condições propícias ao desenvolvimento harmonioso dos Estados não-participantes do Mediterrâneo com o objectivo de reforçar a estabilidade na área.

Com a entrada em 1986 de Portugal e Espanha para a UE o centro de gravidade Europeu desloca-se para o Mediterrâneo e inicia-se a Política Mediterrânica Renovada.

Desde Fevereiro de 1989 que a UMA, constituída pela Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia, procuram nessa associação uma mais eficiente ligação à CEE, através da cooperação e diálogo com Itália, Espanha, França, Portugal e a presença de Malta como observador.

A invasão do Koweit em 1990, cancelou uma Conferência de Segurança e Cooperação para o Mediterrâneo prevista para Setembro de 1990.

Este Grupo dos 5+5, desde o encontro de Argel em Abril de 1992, tem procurado uma estratégia de cooperação em assuntos de segurança e defesa nesta «Zona comum do Mediterrâneo Ocidental».

Decorrentes das reuniões do Conselho Europeu de Lisboa em Junho de 1992 e posteriormente em Corfu em 1994, no intuito de incrementar as relações Norte/Sul na área Mediterrânica, ocorreu em 27 e 28 de Novembro de 1995 em Barcelona uma Conferência de Segurança e Cooperação do Mediterrâneo (CSCM) dentro do quadro da OSCE e no prosseguimento dos princípios atrás referidos, embora com ambições mais modestas do que as inicialmente preconizadas na Conferência de Helsínquia.

A *Conferência de Barcelona* reuniu a Europa dos 15 com 12 Estados da margem Sul e mais 11 Estados como observadores procurando na História da experiência Fenícia uma «Zona de Comércio Livre» (ZCL) para o ano 2010.

Esse mercado comum será acompanhado de políticas voluntaristas, instrumentos de regulação e transferências financeiras.

Será um mercado entre parceiros desigualmente desenvolvidos e portanto assimétrico. As economias do Sul ou se modernizam ou assistir-se-á à destruição do seu tecido artesanal industrial com reflexos na balança de pagamentos, desemprego e recessão.

Para evitar esses riscos a UE arbitrou na cimeira de Cannes ajudas financeiras para acompanhar o processo num total de cerca de 900 000 milhões de escudos, sem esquecer os auxílios financeiros no âmbito bilateral.

Todavia esses investimentos são 8 vezes menores do que os dos EUA no México e menos 15 vezes que os do Japão no SE Asiático.

A canalização dos investimentos para a margem Sul tem um triplo obstáculo: os Governos que só os promovem, os empresários que não arriscam e os sindicatos que defendem os postos de trabalho na Europa.

Na conferência Euro-Mediterrânica celebraram-se, ainda, acordos no âmbito da Investigação e Desenvolvimento englobando cerca de 90 000 milhões de escudos. As áreas de investigação são o meio ambiente, a saúde, os recursos renováveis e as cidades, primordialmente.

No fórum de debate sobre os investimentos foi criado uma «Agência de Garantia e Investimentos» e um «Centro de Informação Euro-Mediterrâneo.»

Não se explicitou suficientemente alguns aspectos essenciais como os direitos da mulher, as energias renováveis e o turismo.

No fórum das imigrações foi solicitada uma carta mediterrânica para os direitos dos imigrantes e uma uniformização das políticas dos 38 países presentes em matéria de entrada, permanência e trabalho.

Paralelamente à Conferência Intergovernamental, reuniu-se um Fórum alternativo de cerca de 2000 pessoas e convocado por cerca de 300 Organizações não Governamentais, com sede em 18 países da Europa e na bacia mediterrânica.

Criticaram a criação duma ZCL excluindo a livre circulação das pessoas, e por isso no Fórum alternativo foi referida a imigração como uma discussão fundamental.

Do ponto de vista de *Segurança e Defesa* a Conferência Euro-Mediterrânica foi um catálogo de intenções comumente aceites como o respeito da integri-

dade territorial, a renúncia à ameaça ou ao emprego da força, e capacidades militares envolvendo apenas as suficientes para a legítima defesa.

Para além disso não faz sentido falar de Segurança e Defesa no Mediterrâneo sem que sejam implementados os acordos de paz entre a Síria e Israel e consequentemente a desnuclearização do Médio-Oriente.

5. OS INTERESSES DE ALGUNS PAÍSES NA REGIÃO MEDITERRÂNICA E OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL, MARROCOS E A TUNÍSIA

O ALARGAMENTO A LESTE E A MARITIMIDADE EUROPEIA

Os pedidos de adesão dos países do Centro e Leste Europeu à UE, farão deslocar o seu centro de gravidade político do Centro do Atlântico para uma posição mais continental.

Conferir-lhe-à esse alargamento para além duma visão mais continental, a necessidade de encarar de forma diferente a região do Mediterrâneo.

Com efeito, a Europa Ocidental mesmo com o alargamento a Leste continua a ser a periferia dum grande continente devendo por isso desenvolver uma visão marítima, isto porque:

- não poderá esquecer que as ameaças ao continente Europeu também podem ocorrer através do mar Egeu e do Adriático;
- sendo dependente de recursos energéticos e não-energéticos necessita, por isso, de prestar especial atenção às ligações marítimas ao Médio-Oriente e à África Subsariana;
- as suas importações e exportações, na grande maioria, estão dependentes da utilização do mar.

OS EUA

Durante o período bipolar o «Controle do Mediterrâneo» foi discutido entre as esquadras dos EUA e da ex-URSS, com manifesta vantagem para os EUA.

Nos nossos dias, os EUA continuam a manifestar interesses no mar Mediterrâneo, tendo por isso dessa região estratégica uma visão sistémica, muito embora manifeste especial atenção à área do Médio-Oriente.

Considerando a NATO como uma âncora nas relações transatlânticas, os EUA

mantêm laços fortes na região do Magrebe com o Reino de Marrocos e com a República da Tunísia.

A FRANÇA

Do Livro Branco sobre a Defesa Nacional de 1994, estão explicitamente mencionados na secção referente aos interesses estratégicos Franceses, o Mediterrâneo e o Magrebe, designadamente a Argélia, face à dependência do gás natural importado desse país.

O Mediterrâneo assim como o Médio-Oriente são regiões consideradas de *interesse vital*.

Embora não existam acordos de defesa escritos, a França dispõe de bases de cooperação no âmbito bilateral com alguns países do Magrebe, permitindo assim que nalgumas situações possam ser concedidos auxílios nos planos político e militar a esses países.

A ALEMANHA

Como é sabido, no que diz respeito à política externa e de segurança, a Alemanha está mais orientada para o Centro e Leste Europeu e para a Rússia.

Todavia num «white paper» publicado em 1994, foi considerado que os desenvolvimentos na *Bacia do Mediterrâneo* jogam um papel importante na segurança e estabilidade da Europa.

São citados os problemas decorrentes da proliferação de armas de destruição maciça e o aumento do armamento convencional nos países do Norte de África.

Em 12 de Julho de 1994, por determinação do Tribunal Constitucional, foram autorizadas as FA's Alemãs a actuarem fora da área da NATO, mas só sob a legitimidade da ONU.

O REINO-UNIDO

No relatório anual das FA's apresentado em Abril de 1994, o governo Inglês refere a percepção da não existência duma ameaça no flanco Sul da Europa.

Dispondo de presença militar em Chipre, Gibraltar, Turquia e Itália e de fragatas e submarinos no Mediterrâneo, a Inglaterra tem necessariamente uma visão sistémica do Mediterrâneo e tem como propósitos garantir a segurança e protecção dos territórios dos seus aliados.

A ESPANHA

Tem vindo a aumentar o seu interesse pelo Magrebe. Todavia em 1993 apenas 12% do seu investimento externo se destinou ao Magrebe e primordialmente para Marrocos, enquanto 44% foi canalizado para a América Latina.

Nos últimos 18 anos, cerca de 35% dos financiamentos espanhóis destinados para o desenvolvimento dos países do Norte de África, foram aplicados na compra de material militar.

Só as grandes empresas se atrevem a levar a efeito investimentos directos na área da construção, obras públicas, e indústrias químicas, agroalimentar e têxtil onde conseguem reduzir em cerca de 1/3 os custos praticados em Espanha.

O Instituto Catalão do Mediterrâneo reuniu no «Forum Civil Euromed» cerca de 1000 peritos de 34 países para promover projectos de cooperação na área.

A POSIÇÃO PORTUGUESA EM RELAÇÃO AO MAGREBE

É bem conhecida a complementaridade Atlântica atribuída a Portugal, e o interesse Espanhol pelo eixo geoestratégico Canárias-Gibraltar-Baleares o que lhe confere uma complementaridade Mediterrânica.

Todavia, decorrente da análise do actual quadro internacional, não poderá deixar de merecer alguma reflexão e estudo, os aspectos seguintes, que mais directamente poderão influenciar as posições de Portugal nas relações internacionais, face ao novo conceito da fronteira de segurança:

As alterações verificadas e em curso assim como as perspectivas futuras na Europa Central e do Leste.

A retirada de 2/3 das Forças Armadas Americanas do teatro Europeu.

A necessidade de cooperação internacional para a resolução das novas dimensões, entretanto assumidas pelos problemas da segurança.

A evolução da UE e da UEO.

As assimetrias existentes na bacia do mediterrâneo, designadamente na região do Magrebe.

Portugal deverá procurar potenciar as suas posições, para conseguir a defesa dos seus interesses principais no âmbito das organizações internacionais e das relações multilaterais, já aqui referidas e das quais Portugal é parte.

Para além disso, continuam a existir janelas de oportunidade no âmbito bilateral para a cooperação de Portugal, no caso vertente com os países do Magrebe.

Com efeito, a inexistência de qualquer contencioso, a proximidade geográfica dos países do Magrebe e, desde os resultados conseguidos no 2.º Fórum do Mediterrâneo Ocidental realizado em Lisboa em Novembro de 1991, tudo aponta no âmbito bilateral para a concretização de algumas oportunidades. Entre estas, a criação de sociedades mistas em diversos sectores designadamente no agro-alimentar, na construção civil, na reparação naval, nas comunicações e infraestruturas, na formação do pessoal, no turismo, na assistência técnica e sobretudo no aproveitamento, já em curso, do gás natural da Argélia.

No âmbito bilateral foram já assinados os seguintes acordos:

– *Acordo de cooperação em matéria de defesa entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos*

Assinado em Lisboa em 23 de Setembro de 1993, tem por objectivos consolidar as relações de amizade entre os dois países e a cooperação quer na área militar, quer nas áreas tecnológicas e industriais em matéria de defesa.

Para promover a cooperação e o intercâmbio entre as FA's dos dois países está prevista a organização de visitas, colóquios e troca de delegações, a preparação e execução de treino operacional, a troca de observadores para os exercícios à escala nacional e cursos de formação e aperfeiçoamento nas Escolas e Academias militares.

Para promover a cooperação nas áreas tecnológicas e industriais em matéria de defesa, está previsto o estabelecimento de programas comuns para investigação, desenvolvimento e produção de material e equipamentos, assim como as trocas comerciais de materiais e equipamentos de defesa.

A definição, desenvolvimento e acompanhamento desta cooperação está a cargo duma Comissão Mista.

Este acordo tem a validade de 5 anos, sendo tacitamente renovável por períodos de 2 anos, podendo contudo ser denunciado, por escrito, por qualquer das partes.

– *Acordo de Cooperação no domínio da defesa entre a República Portuguesa e a República da Tunísia*

Assinado em Lisboa em 21 de Janeiro de 1995, tem os mesmos objectivos e finalidades que o Acordo anterior, assim como os mesmos períodos de validade e renovação.

Em conformidade com a Acta da Reunião da Comissão Mista Luso-Tunisina na área da defesa estão previstos:

Estágios de aplicação a bordo de navios oceanográficos e intercâmbio entre as Direcções de Faróis.

Intercâmbio e estágios de mergulhadores de combate.

Intercâmbio entre Escolas e Academias Militares e a frequência de Cursos de Estado-Maior.

Intercâmbio de observadores em exercícios de carácter nacional, embarque em navios e troca de tripulações de aeronaves C-130.

Reparações de aviões e motores, assim como estágios nas OGMA.

Visitas de especialistas Tunisinos a algumas indústrias civis que trabalham para o Ministério da Defesa em áreas como a electrónica e as telecomunicações.

6. EM GEITO DE CONCLUSÕES

A POSIÇÃO PORTUGUESA NO QUADRO INTERNACIONAL

Com a liberalização do comércio mundial está prevista uma quebra das exportações dos países do Magrebe em cerca de 30%, e se nada for feito, o mais provável será a comunidade internacional estar perante fluxos migratórios no sentido Sul/Norte, tanto mais que aberta aos mercados e aos fluxos de capitais a UE mostra-se silenciosa em relação à circulação de pessoas.

A situação no Magrebe apresenta, nos nossos dias, factores de instabilidade e prospectivam-se muitas incertezas no futuro, se nada for entretanto conseguido, quer no contexto das relações Norte/Norte e quer sobretudo no das relações Norte/Sul.

Com efeito, a sobreposição das organizações que têm vocação e dimensão Norte/Norte designadamente a OSCE, NATO, UEO e UE assim como as vocacionadas para o diálogo Sul/Sul como a UMA e o Grupo dos 5+5 ou até a CSCM, necessitam de alguma coordenação no intuito de que uma visão sistémica do Mediterrâneo, não se perca perante a primazia dos diversos conjuntos regionais.

Conhecidas como são preponderantes as dependências, de muitos países Europeus, em materiais energéticos e não-energéticos provenientes do Magrebe, torna-se contudo necessário uma *coordenação de esforços* por forma a que se consiga uma complementaridade económica e uma convivência política e

social baseada em interesses e valores comuns tanto para os países do Norte como do Sul do Mediterrâneo.

Por isso, o Magrebe nos termos do mandato do Conselho Europeu de Junho de 1992, surge como uma das áreas em que o desenvolvimento de «acções comuns» é considerada vantajosa para os objectivos da UE.

A ONU não tem tomado quaisquer medidas, mesmo que preventivas, face aos insistentes apelos das violações dos direitos humanos relatados pela Amnistia Internacional.

Só o Conselho de Segurança, pela Resolução N.º 748 de Abril de 1992, impôs um embargo aéreo e militar à Líbia, e no ano seguinte o congelamento das contas no estrangeiro e a proibição de venda de equipamento petrolífero àquele país.

Uma vez conseguida a estabilidade no Médio-Oriente, estará satisfeita parte dos condicionalismos conducentes para a realização com êxito duma conferência sobre segurança entre os Estados que circundam o Mediterrâneo.

Possivelmente, só assim se atingirá uma melhoria na cooperação em áreas como a económica e a cultural que permita a participação política duma população cada vez mais jovem, que necessita de estabilidade e de novas estruturas, para que possa acreditar e ter confiança no futuro

Sendo complexo, é igualmente muito vasto o quadro das Alianças Internacionais de que Portugal é parte e onde poderá e deverá potenciar a defesa dos seus interesses em relação ao Magrebe.

A POSIÇÃO PORTUGUESA NO PLANO BILATERAL

A possível instabilidade no Norte de África, afectando a Segurança Europeia, afectará também Portugal, tornando-se necessário por via disso, um acompanhamento directo do ambiente estratégico regional que mais directamente nos possa vir a influenciar.

Portugal está geograficamente muito próximo dos problemas que possam vir a afectar a região do Magrebe e por isso julgo útil e oportuno este ciclo de conferências que tem permitido equacionar as causas e os efeitos que mais directamente nos poderão afectar face à evolução naquela região.

Considerando a necessidade de segurança e cooperação nos nossos dias, é inquestionável a importância das relações Norte/Sul. Todavia o facto dos riscos provenientes do Magrebe poderem afectar de forma mais directa outras Unidas Políticas nossas Aliadas, julgo estarem feitas as condições que permitem a

Portugal continuar a elaborar uma análise serena e desapaixonada sobre o Magrebe.

Isto porque, embora a presença Portuguesa se tenha feito sentir na Região ao longo de três séculos e meio, não existem traumas coloniais nem quaisquer reivindicações territoriais.

Por isso, Portugal deverá assumir o papel de interlocutor privilegiado na Região Magrebina.

Após a celebração dos Acordos com o Reino de Marrocos e a República da Tunísia e com investimentos credíveis como os decorrentes da importação do gás natural da Argélia, Portugal poderá dar algum contributo para a resolução dos múltiplos problemas que afectam o Magrebe.

Janeiro de 1996

Luís de Medeiros Ferreira

BIBLIOGRAFIA

- AHMED, Abdelkadar Sid Alimed, Les relations énergétiques Magreb – CEE.
- ALLAOUI, Prof.^a Doutora Bensalah, «Situação e Perspectivas de Evolução no Magrebe» – Textos de apoio, publicação do IDN.
- ALAOUI, Mohamed Ben El Hassan, La Coopération entre L'Union Européene et les pays du Magreb, ed. Nathan, 1994.
- BALTA, Paul/Colaboração de Claudine Rulleau, Le Grand Maghreb: Des Indépendence à l'an 2000, Edição La Découverte, ano 1990.
- CUADERNOS DE ESTRATÉGIA N.º 47 – Factores de RIESGO EN EL ÁREA MEDITERRÁNEA – ed. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional.
- DUMAS, Marie-Luey, Méditerranée Occidentale, Sécurité et Coopération, Fondation pour les études des Défense Nationale, Mai 1992.
- FARIA, Fernanda – «Politiques de sécurité au Magreb: les impératifs de la stabilité intérieure» ed. IEEI, ano 1994.
- FIELD, Michael – Inside the Arab World, edição 1994.
- LAWLESS, Richard, «War and Refuges: The Western Sahara Conflict».
- MERLO, Marc, «Perspectives Stratégiques n.º 10/95».
- NAIR, Sami, «Europa y el Mediterráneo», El Pais, 20 de Setiembre de 195.
- Segurança e Estabilidade no Mediterrâneo Ocidental, edição do Ministério da Defesa Nacional, ano 1992.
- VASCONCELOS, Álvaro, Européens et Maghrébins: une solidarité obligée ed. Karthala, ano 1993.

MINORIAS E DEFESA NACIONAL

O presente artigo constitui um excerto do trabalho monográfico individual elaborado pela autora, na qualidade de Auditora do Curso de Defesa Nacional (CDN/95) e seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

Na parte aqui publicada, salienta-se:

- A dificuldade em tratar de um tema tão complexo como é o das *Minorias* de per si, a qual agravada ainda pela necessidade de, dada a natureza do curso, o articular com a Defesa Nacional dos países onde as mesmas se situam;
- A obrigatoriedade de, ao tratá-lo, falar de *Memória Colectiva* dos povos, preservadora das respectivas identidades culturais – que os unem tanto na união temporal efectiva quanto em episódicas e sempre indesejadas interrupções relacionais – bem como do não menos complexo tema da *Etnicidade*, principal gerador de grupos minoritários;
- A impossibilidade de, com um mínimo de credibilidade, se falar da actual situação interna do nosso País sem que se proceda a uma verdadeira pesquisa antropológica e sociológica no terreno acerca das minorias territorialmente existentes;
- A discriminação a que todas elas estão sujeitas face ao grupo socialmente dominante e aos principais métodos desta prática (aniquilamento, expulsão e segregação);
- As reacções minoritárias mais comuns (aculturação, auto-segregação, separatismo e criação de organizações);
- A também possível integração das mesmas como membros de pleno direito na sociedade maior e as respectivas práticas (assimilação, amalgamação, pluralismo cultural e integração);
- A génese das minorias e o verdadeiro significado do termo;
- Alguns exemplos de grupos minoritários formados (ou ressurgidos) nos últimos tempos, tanto na África «negra» quanto na «branca» Europa e a sua dinâmica no terreno.

Idalina Correia de Melo

MINORIAS E DEFESA NACIONAL

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Falar de minorias não constitui, em especial nos conturbados dias da história da humanidade que nos cabe viver, propriamente uma tarefa fácil para ninguém, por mais profundo que a sua curiosidade o tenha conduzido no estudo do funcionamento e da dinâmica natural das mesmas. E isto ocorre sobretudo pela simples razão de que uma boa parte dos agrupamentos humanos que desde há muito vivem em situação minoritária espalhados pelos cinco continentes – expressão que, ao contrário do que à primeira vista possa dar a entender, por vezes pouca ou nenhuma relação possui, como veremos mais adiante, com o respectivo número dos seus componentes – parecem ter despertado de um longo torpor que os mantinha mais ou menos silenciosos para, de um momento para o outro (pelo menos é esta a ideia com que se fica numa visão superficial dos acontecimentos) arvorarem as bandeiras de velhos nacionalismos (etnonacionalismos, sobretudo) forçosamente adormecidos sob o poderoso e firme jugo de alguns ditadores, os únicos capazes de – a História recente assim o confirma – formarem nações aparentemente unidas onde antes apenas havia o mosaico étnico das diferenças que, quer se queira ou não, desde sempre separam os povos.

E nisto reside, quanto a nós, a principal razão para afirmarmos que tratar do tema «minorias» sob a óptica da íntima relação que mantêm com a defesa nacional dos países onde se situam (e não só) não constitui, por sua vez, tarefa mais fácil, muito menos para «caloiros» na matéria como nós.

Acontece, porém, que as exigências curriculares do Curso de Auditores de Defesa Nacional estipulam – e muito bem – a necessidade da elaboração de um trabalho final (de que o presente artigo constitui, apenas, e como salientámos no «Sumário», um pequeno excerto) tendo sido este o assunto que, na nossa condição de praticantes da Antropologia, nos despertou maior interesse de entre os vários sugeridos pelo próprio Instituto da Defesa Nacional. Isto não

por que nos tenhamos dedicado, até agora, ao estudo particular e aprofundado de qualquer minoria – fizemos parte de um grupo de investigadores do Museu de Etnologia que desenvolveu, durante alguns meses no terreno, um projecto de estudo da mulher cabo-verdiana no nosso País, mas que foi interrompido por motivos que não vêm aqui ao caso – ou mesmo às generalidades inerentes à situação actual dos grupos minoritários no mundo, mas sim pelo muito que as mesmas têm a ver com as questões da Cultura (a identidade cultural é uma das suas principais características) o que as coloca, automaticamente, no âmbito da ciência antropológica.

Na verdade, falar de minorias significa também falar da memória colectiva dos povos, sob a qual repousa, mais do que em qualquer outro caso, a preservação da sua identidade cultural. É, ao fim e ao cabo, a existência e a densidade de um património cultural comum – as «raízes» – que asseguram às unidades humanas dispersas por meios ambientes muito diversificados uma coesão de comportamentos, de crenças, de valores, de modos de expressão e de vida, mesmo quando as relações intergrupais são episódicas ou até interrompidas durante longo períodos.

Mas falar de minorias é, também e ainda, tratar do complexo tema da etnicidade, seu principal gerador, e ter oportunidade de abordar um dos elementos essenciais da política nacional e internacional dos nossos dias, qualquer que seja o seu impacto geográfico, o qual desempenha, por sua vez, o papel de fixador espacial de antagonismos.

Dada a natureza deste trabalho e o pouco tempo disponível adoptámos como metodologia para a sua elaboração o recurso a fontes documentais apenas, deixando de lado a «pesquisa no terreno» ou o «trabalho de campo», preferidos pelos Antropólogos desde que Bronislaw Malinowski («papa do funcionalismo» como ele próprio gostava de, com humor, se qualificar), teve a percepção de que «ir ao terreno» e «participar na vida dos grupos para lhes penetrar os segredos» teriam de constituir, a partir de então, atitudes indissociáveis de todo o praticante da Antropologia verdadeiramente interessado em entender o «outro», o «diferente», pois o seu laboratório resume-se, afinal, à vida das diversas sociedades humanas.

Na realidade, muito há a investigar sobre a situação das minorias no nosso País, em particular os ciganos e as decorrentes dos movimentos migratórios consequentes à situação vivida no ex-Ultramar português após a descolonização, por ser as que se encontram em piores condições de sobrevivência e, por conseguinte, mais atreitas à instabilidade e ao conflito.

Todavia, sem tais estudos estarem realizados (e não esqueçamos o triste e lamentável estádio da investigação em Portugal, apesar da extrema importância que esta assume para a Segurança e Defesa de qualquer país, facto que, por muito que nos espante, parece não preocupar ninguém), não é possível falar-se com um mínimo de credibilidade acerca da actual (e verdadeira) situação interna nacional, a não ser com base em informações mais ou menos esporádicas que nos vão surgindo e nos permitiram, por exemplo, dar uma ideia, embora superficial, dos perigos decorrentes da presença da comunidade «calé» entre nós.

Por muito que os políticos tentem passar a imagem de conhecedores profundos da nossa realidade interna neste campo, a verdade é que não se investiga adequadamente a sociedade em que vivemos, por isso ninguém conhece ao certo o que nela se passa nem quais as nossas reais vulnerabilidades, o que pode tornar-se bastante perigoso (nada pior para a sobrevivência de uma Nação ou de um Estado do que a ignorância das mesmas, sejam elas internas ou externas). Julgo que não será ousadia afirmar que conhecemos bem melhor as segundas do que as primeiras, pelo menos desde que ultrapassámos as nossas limitadas fronteiras europeias e mergulhámos, de cabeça, no contexto europeu.

As razões acima apontadas determinaram que este trabalho se limitasse, basicamente, a fontes documentais, pelo que quase todo o texto privilegia o tratamento universal do tema escolhido e não as particularidades específicas do nosso quotidiano, embora este não se encontre, diga-se também em abono da verdade, totalmente ausente, surgindo sempre que os conhecimentos que temos do assunto o permitem.

Como afirmámos no início, falar de minorias não constitui tarefa fácil tendo em conta, sobretudo, a profunda agitação política e social em que uma razoável parte delas se encontra, neste momento, envolvida. Tal dificuldade não é, todavia e em boa verdade, algo de novo que nos tenha sido trazido, exclusivamente, por este conturbado fim de século – aqui a novidade terá sido o súbito renascimento de nacionalismos exacerbados que razões circunstanciais mantinham em estado latente, como é próprio, aliás, de agrupamentos humanos amordaçados contra a sua vontade e, deste modo, impedidos de exercer os seus direitos (ou o que consideram como tal).

Com efeito, o grupo social dominante numa determinada sociedade pode (e tem-no feito, infelizmente, bastas vezes ao longo da História das Civilizações, provocando, não raro, cruéis e destrutivos actos etnocídicos no sentido

jaulinniano) ⁽¹⁾ recorrer a diversos meios para impedir que outros grupos – os considerados minoritários – participem, em plena igualdade de direitos e deveres, dos benefícios que a referida sociedade tem para lhes oferecer. A isto se chama, habitualmente, *discriminação*.

De acordo com Bruce Cohen, são métodos principais desta prática: o Aniquilamento, a Expulsão, e a Segregação (pp. 144-145).

2. ANIQUILAMENTO

Aniquilação pura e simples, em que os membros da minoria são deliberadamente assassinados pelo grupo dominante. No caso de se tratar de uma minoria étnica denomina-se genocídio e constitui um dos aspectos do etnocídio propriamente dito [Ver Notas; ⁽⁵⁾]. Um bom exemplo disto é o macabro programa de aniquilação dos judeus engendrado pelos nazis e denominado «Solução Final»; ou o do ditador Idi Amin do Uganda que, de acordo com algumas notícias vindas a lume na imprensa, visava resultados idênticos mas em relação à comunidade indiana que vivia naquele país.

3. EXPULSÃO

Que ocorre quando o grupo dominante expulsa o dominado, sempre menos poderoso, das respectivas terras, obrigando-o a viver confinado a uma área geográfica determinada pela qual nunca teria optado voluntariamente.

Incluem-se, neste método discriminatório, a expulsão dos ciganos de Inglaterra por Henrique VIII, bem como a forçada retirada dos índios norte-americanos para as agora designadas «reservas indígenas», abandonando os seus vastos e tradicionais territórios de caça e sobrevivência para se transformarem em minorias resultantes da espoliação do seu território histórico, sobretudo a partir do momento em que, como afirmámos noutra obra ⁽²⁾ a população das quatro colónias puritanas da Nova Inglaterra fundadas pelos fugitivos religiosos (1803) – ingleses e americanos brancos constituíam, então, um só povo – conseguiram comprar, por quinze milhões de dólares, os

⁽¹⁾ Robert Jaulin.

⁽²⁾ MELO, J. M. Correia de – A Colonização das Américas: Colonização Portuguesa no Brasil e Inglesa nos Estados Unidos da América do Norte – A grande diferença. In *Novos Estudos Sobre Mudança Cultural no Brasil*, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais, 1993, pp. 11-116. [Coordenador: Luís Forjaz Trigueiros].

territórios que Napoleão obrigara os espanhóis a ceder aos franceses em 1800 – a Luisiana – duplicando a sua primitiva área territorial e tornando-se, assim, rival do império colonial espanhol e da colônia britânica do Canadá.

Com efeito, logo que esta aquisição foi anunciada, um grande número de colonos atravessou o Mississipi em busca de melhores terras, riqueza e liberdade, dando origem a um enorme movimento de populações que se prolongou até finais do século XIX, numa vasta onda de guerras, crimes e muito sofrimento (durante todo este século, o Exército manteve-se em guerra aberta contra os índios, a fim de satisfazer a ganância dos colonos brancos). Isto num país que, hoje, se apresenta ao mundo como tendo sempre pugnado pela democracia e que foi erigido com base na afirmação do seu terceiro presidente – Thomas Jefferson – de que *Todos os homens nascem iguais e a todos lhes confere o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, a liberdade e a consecução da felicidade.*

4. SEGREGAÇÃO

Que surge quando o grupo menos poderoso se vê obrigado, pela acção do dominante, a viver em residências separadas e a estabelecer, também, infra-estruturas à parte, tais como escolas, alas de hotéis e hospitais, cafés, restaurantes, etc., os quais, na maioria dos casos, são de qualidade inferior. E é outra vez os Estados Unidos da América do Norte que nos fornecem um dos exemplos mais conhecidos desta prática discriminatória, pois apesar de, no já longínquo ano de 1860, haver sido eleito o primeiro presidente anti-esclavagista – Abraham Lincoln; de a escravatura ter sido abolida quatro anos mais tarde, após o terrível banho de sangue que a sua eleição provocou entre os Estados sulistas, defensores acérrimos da escravaria que os tornava tão ricos ao cuidar das suas imensas plantações de algodão, e os do Norte, já esquecidos das antigas práticas escravocratas e transformados em ferrenhos anti-esclavagistas; e de a legislação e as decisões da Suprema Corte terem imposto «limites legais» às práticas segregacionistas, a verdade é que elas ainda existem. Não há, com efeito, qualquer dificuldade em se identificar as escolas, as igrejas e as zonas residenciais só para negros.

O que na realidade parece ter-se passado neste enorme país foi que, após o fim da referida guerra da secessão – 1864 – com a vitória do Norte, apoiado pelos pioneiros (que foram o seu garante) sobre um Sul completamente em ruínas, a escravatura foi então abolida por ser considerada a verdadeira causa

do terrível e sangrento conflito. Mas o negro americano, liberto por fim dos humilhantes e desumanos grilhões da escravidão vai, na prática, ficar uma vez mais à mercê do branco racista que, por muito que nos custe, merece também alguma compreensão pois foi enculturado numa sociedade cuja economia e organização social assentavam, fundamentalmente, no suado e esforçado trabalho do negro-escravo e cujos membros se mostravam convictos de que, sem este, tudo ruiaria, o que até tem uma certa lógica se pensarmos que eles próprios pouco ou nada eram capazes de fazer para garantir a sua subsistência e a de suas famílias. Se tivermos em conta as frequentes notícias de acções violentas movidas por grupos racistas contra cidadãos de cor (com realce para a conhecida *Ku-Klux-Klan*), facilmente concluiremos que a situação continua, quase século e meio depois, por resolver.

Claro que poderíamos, ainda, citar como exemplo de práticas segregacionistas, o « recém-finado » *Apartheid* da África do Sul. (alguns entendidos opinam que ainda persiste o qual, porém, ao contrário do caso anterior, beneficiava de uma cobertura legal que permitia todo o tipo de discriminação contra o grupo menos poderoso – a maioria negra. O sublinhado constitui uma chamada de atenção para o facto de que, contrariamente ao que muitos pensam, o termo « minoria » nem sempre corresponde ao seu significado matemático, podendo acontecer por vezes, como é o caso, que a mesma seja, na realidade, constituída pelo grupo populacional mais poderoso.

As minorias podem, todavia, reagir de maneira diversa à discriminação e à dominação que sofrem no seio da sociedade em que coexistem. As reacções mais comuns são, ainda de acordo com Cohen, as seguintes: Aculturação, Auto-segregação, Separatismo e Criação de Organizações (1980, pp. 145-146).

Vejamos, para um melhor entendimento, o que significa cada uma delas:

5. ACULTURAÇÃO

Nas ciências humanas, a Aculturação define perspectivas diferentes consoante as disciplinas.

Para a Antropologia, ela é apercebida como um fenómeno sociocultural resultante dos contactos culturais ocorridos entre as chamadas nações « civilizadas » – noção que engloba, afinal, as sociedades tecnologicamente mais evoluídas – e as populações « arcaicas » ou « artesanais » – conceito exactamente

contrário àquele – caracterizado por uma notória selectividade e reciprocidade. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma forma de difusionismo que se caracteriza pela violência do processo, violência essa que decorre do profundo contraste entre Culturas de evolução lenta e baixo nível tecnológico, face a outras tecnologicamente muito evoluídas e em fase de progressão vertiginosa.

Aliás, a problemática dos Contactos de Cultura surgiu no início do presente século, através do estudo da transmissão cultural no quadro da corrente difusionista, que teve um considerável desenvolvimento na Alemanha e nos Estados Unidos da América do Norte, neste último caso com nomes como Sapir, Lowie, Kroeber e, sobretudo, Boas.

A rapidez destes contactos provocou, na maioria das vezes, efeitos desastrosos para aquelas populações, pois contribuiu para que as suas reacções psicológicas fossem de tal modo profundas que acabaram por originar uma série de fenómenos de desintegração e reintegração dentro de moldes sociais diferentes. Muitos povos, vítimas de contactos maciços com os ocidentais que, inesperadamente, invadiam as suas terras com o mais absoluto desrespeito por tudo quanto até então acreditavam e lhes impunham novos costumes, práticas, crenças e valores que para eles nada significavam, caíram em verdadeiras psicoses colectivas, com perda repentina da confiança nos seus valores e completo desprezo pela própria vida. São exemplos disto os Ameríndios, nos seus primeiros encontros com os brancos, durante a colonização, ou mesmo mais perto de nós, quando da destruição completa de grupos inteiros de índios na Amazónia; os Tasmânicos – cujo desespero foi tão grande que as mulheres provocaram abortos por processos brutais e praticaram o infanticídio para que os filhos não viessem a sofrer como eles – e os habitantes da cidade de Numância que, após resistirem catorze anos ao cerco dos Romanos, nos quais esgotaram todos os seus recursos (revela-nos o relato histórico dos acontecimentos que chegaram ao extremo de praticar a antropofagia), quando finalmente caíram nas mãos de Cipião Emiliano (ano 133 AC) recorreram ao suicídio colectivo, numa clara demonstração de que preferiam a morte ao opróbio.

Daqui se deduz que a Aculturação não é, propriamente um fenómeno novo, a não ser no grau de violência que o processo atinge devido à disparidade já atrás referida entre os dois tipos de Cultura em palco.

Para Redfield, Linton e Herskovits⁽³⁾, o facto aculturativo, encarado em sentido lato, define-se como o *Conjunto dos fenómenos que resultam*

(3) Memorandum for the Study of Acculturation. In *American Anthropologist*, Vol. 38, 1936. In CAZENEUVE, p. 73.

de dois grupos de indivíduos de culturas diferentes entrarem em contacto contínuo e de primeira mão com as mudanças que surgem nos modelos culturais originados pela união dos dois grupos.

Mas, para melhor se entender a dinâmica da Aculturação e a sua importância no estudo das minorias, há que aprofundá-la ainda um pouco mais através da menção das suas características principais. Ela implica, na prática e simultaneamente, fenómenos de *desculturação* (perda de determinados traços culturais), *enculturação exógena* (participação na nova Cultura) e *transculturação* (reciprocidade do processo).

Esta decorrência do Contacto de Culturas passa, normalmente, por momentos tão diversos e diferenciados como são, por exemplo, a *destruição* (absorção de uma Cultura por outra; perda do gosto de viver); o *corte* (justaposição sem liame entre o comportamento antigo e o comportamento adquirido); a *aceitação* (recebimento mais ou menos selectivo, ora desejado ora tolerado); a *esquiva* (indiferença, refúgio em si mesmo, «supertribalização»); a *oposição activa* (contra-aculturação, descrédito do estrangeiro, sobrevalorização do seu passado, busca de um equilíbrio novo em que os valores daquele são anexados e reestruturados em seguida: messianismo, profetismo); a *simbiose* ou *criação de uma Cultura mestiça* (acção dos portugueses no Brasil, por exemplo), etc.

Deste modo, não é possível confundir o processo de encontro entre duas Culturas diferenciadas e o seu resultado, ou seja, o fenómeno que se convencionou designar por Aculturação com outro processo muito semelhante que ocorre, também, em praticamente todas as sociedades conhecidas, mas apenas em virtude do dinamismo que lhes é inerente: a Mudança Cultural. As causas desta são, com efeito e como a seguir veremos, bastante diferentes: *invenção independente* (intencional, e consistindo na combinação de elementos culturais já existentes, de forma a obter novo complexo cultural até então inexistente); *descoberta* (ocasional, e representando uma aquisição nova no campo dos conhecimentos); e *difusão cultural* ou *difusionismo*, corrente antropológica surgida já no nosso século como reacção à escola evolucionista, e que procura explicar como os elementos inventados numa Cultura se vão, por empréstimo, propagando a pouco e pouco, através do espaço e do tempo.

Na prática, e para entendermos melhor a diferença de que atrás falámos, a Difusão Cultural faz-se por três formas diferentes: *via comercial* (difundindo

elementos ⁽⁴⁾ de outra Cultura sem que a Cultura importadora tente reproduzi-los. É o caso sobejamente conhecido da cerâmica: em muitas regiões existem povos especializados na sua produção, enquanto noutras apenas há os que as adquirem por compra ou permuta); *importação de um elemento que a Cultura tenta reproduzir* (o qual sofre transformações progressivas de modo a adaptar-se aos ideais básicos do grupo); e, finalmente, *difusão da ideia do elemento cultural apenas* (um povo conta a outro que em tal parte se faz isto ou aquilo e os espíritos locais mais inventivos procuram, então, criar o novo traço cultural de acordo com a descrição que lhes foi feita).

Note-se ainda, a propósito e segundo outro autor (Mário Moutinho) que o Contacto de Culturas apresenta dois aspectos fundamentais e um que pode ser considerado como secundário (1991).

Assim, quanto aos primeiros, pode resultar desse contacto uma transformação estrutural – a já acima tratada *aculturação* – ou a condução de uma das Culturas em presença ao seu desaparecimento – *o etnocídio* ⁽⁵⁾. No que respeita

⁽⁴⁾ A Cultura é formada por um conjunto de elementos intimamente ligados de modo a constituírem um todo integrado (uma verdadeira síntese orgânica) os quais dão forma à respectiva estrutura e constituem a única maneira de entendermos o seu real significado. O mais simples desses elementos – a unidade de uma Cultura – é o *Traço Cultural* (um objecto, uma ideia, uma crença, um valor, são outros tantos traços culturais); a combinação destes em torno de uma actividade básica é o *Complexo Cultural* (o futebol, por exemplo, é um complexo cultural que pode ser decomposto em vários traços culturais: a bola, o árbitro, os jogadores, o público, etc.); quando os complexos culturais se associam de modo a atribuir ao grupo humano uma forma cultural característica, temos os *Padrões Culturais*; a região em que predomina um determinado número de complexos culturais é a *Área Cultural*. Apresenta grandes semelhanças em termos de traços, complexos e padrões culturais. É, afinal a área geográfica por onde se distribui uma Cultura.

⁽⁵⁾ Foi Robert Jaulin quem, na obra intitulada PAIX BLANCHE, provocou o repensar do contacto entre culturas a uma nova luz: o processo etnocidário em curso nas sociedades artesanais da Amazônia. Noutro trabalho – LA DÉCIVILISATION: POLITIQUE ET PRATIQUE DE L'ETHNOCIDE (Paris, 1974, p. 9) ele define o Etnocídio (que literalmente significa: *morte de uma etnia*) como o *acto de destruição de uma civilização, o acto de descivilização*. Só que, na opinião de Moutinho (1980; p. 126) a definição de *civilização* apresentada por Jaulin (em síntese: *O conjunto de coordenadas que enquadram as realizações humanas*) é muito semelhante às definições já conhecidas, daí resultando uma inevitável situação de beco sem saída, que o primeiro tenta ultrapassar ao repensar a terminologia dos fenómenos dependentes da *etnociologia* (que ele pretende seja uma ciência do etnocídio, embora reconheça que, de momento se trate apenas de uma disciplina etnológica em vias de formação, que se ocupa de determinados períodos da existência das civilizações pré-industriais – os de crise – deixando os restantes – de *institucionalidade* – para a *Etnologia*) à luz dos conceitos marxistas da *Antropologia Económica*. Nesta linha de pensamento, o *Conceito de civilização* leva-nos ao *conceito de formação económica e social (FES)*, ou seja, à *articulação dos vários modos de produção existentes ou que existiram numa dada comunidade*. Deste modo, o *etnocídio* pode ser agora visto como o *acto de destruição de uma FES*, embora esta *Só possa deixar de existir quando os seus representantes desaparecerem*. Assim sendo, o *etnocídio* pode então apresentar duas formas: *por destruição física dos membros de uma FES (genocídio)*, ou *pela deslocação completa de uma FES devida a causas diversas (variações geoclimáticas, emigração dos seus membros, etc.)*. A história fornece-nos muitos exemplos de etnocídio por genocídio. No primeiro caso, a já citada destruição dos *Ameríndios*, no segundo, as transferências de comunidades camponesas para as zonas urbanas.

ao secundário, este traduz-se na adopção de elementos culturais exteriores sem qualquer interferência nas estruturas da Cultura em causa. Trata-se, por conseguinte, de uma influência superficial que apenas poderá ser apreendida através da leitura de hábitos culturais e tecnológicos.

Articulando o exposto quanto à Aculturação com as reacções dos grupos minoritários – que é o que aqui mais nos interessa – podemos agora entender melhor que é, precisamente, através do processo aculturativo que a minoria demonstra aceitação e adopção da Cultura e do estilo de vida socialmente dominantes. Só que, em sociedade, as coisas nunca são tão simples quanto à primeira vista podem parecer. Assim, a Aculturação é, na prática, muito difícil de conseguir pois os indivíduos sentem-se, de certo modo, encurralados entre um mundo de crenças, valores e estilos de vida que lhes é familiar desde o berço, e só muito lentamente vão deixando, e outro bastante diferente daquele – em muitos casos talvez mesmo bem menos compensador, em termos psicológicos, devido ao choque cultural que a adopção de novos elementos quase sempre implica – mas o único capaz de lhes proporcionar uma verdadeira integração no grupo dominador, com todos os benefícios daí resultantes.

Desta luta constante para conseguir, no curto espaço de tempo de vida de uma geração, a crescente desculturação das suas Culturas e a enculturação exógena na nova Cultura de adopção de molde a disso poder tirar, ainda, o proveito à partida pretendido, resulta apenas em muitos casos (talvez mesmo a maioria), que o grupo minoritário se continue a manter à margem da sociedade global (ou maior, no sentido jurídico do termo), para onde deseja desesperadamente entrar (até por uma questão de melhorar as suas quase sempre deficitárias condições de sobrevivência), mas agora com a agravante de também permanecer, de certo modo, à margem da sua própria Cultura de origem que ainda não foi capaz de abandonar. Estamos, assim, perante um novo fenómeno que pouco ou nada tem a ver com os objectivos visados pela minoria. É a *marginalidade cultural* que surge, com as pesadas consequências sociais de todos sobejamente conhecidas. O judeu, que vive geralmente à margem da sua própria Cultura – a hebraica – que já não pratica na íntegra, mas também permanece um marginal em relação à da sociedade que escolheu para viver, constitui um esclarecedor exemplo.

Existem, porém, outros casos em que, numa tentativa para ser aceite pelo grupo dominante, em membro de uma minoria recorre a alguns engenhosos artifícios como, por exemplo, trocar de nome por outro que não seja desfavoravelmente conotado com as suas origens (conhecem-se judeus e polacos que o fizeram) ou mesmo tentar mudar a sua aparência física (muitos negros alisam

os cabelos e alguns tentam, mesmo, clarear o tom da pele com êxito – o cantor norte-americano Michael Jackson é o caso mais gritante e recente).

6. AUTO-SEGREGAÇÃO

Esta é a outra forma corrente de os membros das minorias reagirem à dominância e à discriminação do grupo social mais poderoso: isolam-se, voluntariamente, do resto da sociedade, o que lhes permite manter os seus costumes, crenças e valores tradicionais, bem como as suas infra-estruturas próprias.

Cite-se, a título de exemplo, o facto de muitos índios, uma vez confinados nas já referidas reservas (onde servem de objecto de estudo para estudantes de Antropologia em férias, pois constituem um autêntico zoo humano), terem preferido ali ficar, ao invés de tentarem entrar na complexa e moderna sociedade americana, com todas as benesses que isso lhes poderia trazer caso tivessem êxito, precisamente por haverem reconhecido a tempo que só deste modo conseguiriam preservar o seu idioma e as tradições herdadas dos respectivos antepassados, ou seja, a sua identidade cultural, poderoso elemento aglutinador dos povos.

7. SEPARATISMO

Atitude através da qual uma minoria estabelece uma nova sociedade separada das restantes, o que consegue, regra geral, recorrendo à criação de fronteiras.

O Canadá é o país ideal para se analisar e estudar esta questão. Com duas populações originárias de diferentes países europeus – França e Grã-Bretanha – coexistindo no seu território nacional, o problema foi resolvido pela sua efectiva separação no espaço geográfico: enquanto a franco-canadense se concentra na região de Quebeque, a anglo-canadense predomina em quase todas as outras províncias. E tão intensa é, na realidade, tal separação que, em anos recentes, muitos franco-canadenses defenderam a hipótese do Quebeque, se tornar uma Nação independente (recorde-se o ocorrido nas últimas eleições).

8. CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

Mas uma minoria pode também defender-se da discriminação social a que é votada tentando provocar mudanças na sociedade dominante. Para isso, recorre à criação de organizações dedicadas à defesa dos seus objectivos específicos. Tais organizações representarão as suas aspirações, tentarão obter apoio público para a sua causa e trabalharão no sentido de conseguir a publicação de legislação que defenda os seus pontos de visita.

São exemplos: a Associação Nacional pelo Progresso das Pessoas de Cor (NAACP) – que tem desempenhado um importante papel como força de pressão visando uma legislação favorável à sua causa – e a Liga de Antidifamação de B'nai B'rith, empenhada na protecção dos judeus e no apoio aos seus direitos.

Não existem, contudo, só práticas discriminatórias e consequentes reacções no Contacto de Culturas entre grupos minoritários e grupos dominantes, no seio da sociedade global.

O estudo sociológico e antropológico desta realidade social demonstrou, claramente, aos investigadores nele envolvidos que, por vezes, também é possível às minorias integrarem-se como membros de pleno direito na sociedade maior. Neste caso, as práticas utilizadas são, ainda de acordo com o mesmo autor, as seguintes: Assimilação, Amalgamação, Pluralismo Cultural e Integração (COHEN; p. 145).

Eis o seu significado:

9. ASSIMILAÇÃO

Trata-se de um conceito polémico em Ciências Sociais, devido às suas semelhanças práticas com a Aculturação, pelo que merece, tal como fizemos com esta, uma explicação mais cuidada visando a sua melhor compreensão.

Derivada do termo latino *adsimilatio*, *assimilatio*, que significa, literalmente, tornar-se *semelhante*, a noção de Assimilação Social surge por analogia com o processo orgânico da assimilação biológica (operação que consiste na transformação, pelos seres vivos, das matérias absorvidas na própria substância). Assim e segundo o Dicionário de Ciências Sociais de Alain Birou, *Fala-se de assimilação social para definir o processo segundo o qual indivíduos ou grupos, pertencendo a culturas ou a meios diferentes, se transformam num*

todo homogéneo. A assimilação dá a ideia de uma absorção por um conjunto cultural mais forte ou mais vasto de elementos heterogéneos (grupos estranhos ou marginais, imigrantes), que nele entram com a sua cultura, o seu modo de vida, os quais desaparecem ou se integram através desse processo (pp. 37-38).

Alguns autores defendem, por sua vez, que a Aculturação e a Assimilação constituem aspectos diferentes do mesmo processo, chegando um deles – Willems – a propor que, para maior facilidade de entendimento, se utilize o primeiro termo para qualificar as mudanças operadas na esfera do cultural, deixando para o segundo as alterações operadas na esfera social.

A verdade, porém, é que não é propriamente fácil distinguir, à primeira vista, entre estes dois tipos de mudanças, muito menos o sendo, como é lógico, averiguar com exactidão onde começa e acaba cada uma delas.

Algo existe, no entanto, capaz de as individualizar: se compararmos o afirmado quanto à Aculturação com a definição de Assimilação como prática inclusora de minorias na sociedade, proposta por Cohen: *Fusão de duas culturas diferentes (geralmente por casamento) numa única cultura, contendo características comuns a ambas* (p. 145).

Esse algo é, afinal, a violência que oportunamente salientámos como inerente a todo o processo aculturativo (entendido este no sentido antropológico), em oposição à ausência da mesma no processo assimilativo. O casamento foi, com efeito, utilizado desde sempre como forma de aliança ente famílias e clãs^(*), visando a manutenção da paz social entre os envolvidos no contrato – pessoas e até nações – e suas parentelas. Demonstram-no, cabalmente, os casamentos de jovens príncipes – quantas vezes ainda crianças – que nunca se haviam sequer visto, negociados entre as famílias reais europeias que dominavam nos diferentes países e cuja finalidade visava, apenas, uma garantia de paz em tempos difíceis de grande agitação e insegurança que permitisse as consequentes trocas comerciais indispensáveis à sobrevivência nacional.

Através da Assimilação, as Culturas tendem a misturar-se e a perder as respectivas identidades individualizadoras, acabando os membros das minorias assimiladas por se integrar na sociedade como novos participantes na sua dinâmica, ao contrário do que acontece com os grupos minoritários sujeitos ao processo aculturativo apenas e que, como oportunamente referimos, na maioria das vezes ficam situados numa incómoda posição de indefinição entre o seu

(*) Congregação de indivíduos oriundos unilinearmente (por oposição à etnia, que obedece a uma descendência bilateral) de um antepassado comum (mítico ou animal totémico) e possuindo o mesmo patronímico (clã do porco espinho, por ex.).

mundo tradicional e aquele para onde pretendem entrar, mas não conseguem por não serem ainda aceites.

O mulato brasileiro constitui, quanto a nós, um bom exemplo de assimilação de duas Culturas tão diferenciadas quanto a negra (dividida nas subculturas banta e sudanesa), e a branca europeia portuguesa. Como escrevia Josué Montello na maravilhosa obra que é os seus **TAMBORES DE S. LUÍS** (MELO, p. 2):

Em menos tempo do que se pensa, está saindo um tipo novo, bem brasileiro, que não é mais preto, nem também é branco, e que vai mandar aqui como hoje mandam os senhores.

10. AMALGAMAÇÃO

Prática de inclusão de minorias que contempla, apenas, a parte rática do Contacto de Culturas. Assim, devido a casamentos realizados entre grupos que apresentam, características físicas muito diferenciadas, surge um novo tipo de indivíduos apresentando traços físicos singulares.

O fenotipo ⁽⁷⁾ de muitos habitantes do Havai revela, por exemplo, que eles possuem, na sua composição genética, influências de ancestrais Filipinos, Caucasianos e Orientais, misturadas com outras claramente herdadas dos nativos locais. Isto resulta de um traço cultural ali implantado, ao que parece, desde tempos remotos: a liberdade de realizar casamentos interétnicos sem qualquer problema, dando assim origem a novos genotipos ⁽⁸⁾.

Claro que o exemplo mencionado para a Assimilação – essa bela obra criada pelo português que é o mulato do Brasil – também serve para ilustrar a Amalgamação, dado que ambas fazem abordagens diferentes da mesma realidade: a primeira observando-a do ponto de vista cultural apenas, a segunda cingindo-se, exclusivamente, às características físicas.

(7) Um organismo – ou qualquer das suas partes – cuja forma se presume que resulte da conjugação de material genético herdado e de forças externas tais como o ambiente (Mischa Titiev).

(8) Um organismo em relação ao qual se julga que a sua forma ou qualquer das suas partes – resulta apenas da actividade do seu material genético ou hereditário intrínseco (Mischa Titiev).

11. PLURALISMO CULTURAL

Trata-se de uma forma de Acomodação (¹) na qual diferentes grupos raciais ou étnicos convivem, embora mantendo os seus próprios costumes individualizados, ao mesmo tempo que aceitam o estilo de vida dos membros dos outros agrupamentos sociais como adequado ao tipo de sociedade em que vivem.

A Suíça é, normalmente, apontada pelos estudiosos deste fenómeno social como sendo o exemplo ideal do mesmo – não existe aqui um idioma nacional e os diversos grupos religiosos podem conviver em relativa paz e harmonia.

12. INTEGRAÇÃO

Termo relativamente recente, de acordo com o já referido Dicionário de Alain Birou, derivado da raíz latina *tag* (tocar), donde deriva também *integer, intactus*. *Integrare* significa, literalmente, renovar ou tornar inteiro. Foi deste sentido primitivo que nasceu o termo matemático «integrar». Devido a uma tendência natural do espírito humano que gosta de se apoiar nos esquemas da vida para falar das realidades sociológicas, a Integração, no domínio das Ciências Sociais, será frequentemente tomada como a adaptação das partes ao todo, sendo as primeiras os membros ou os microgrupos e o segundo a sociedade global. Deste modo, a Integração Social adquire uma dimensão organicista que satisfaz a necessidade de explicar vitalmente as sociedades, e uma dimensão matemática, em grande parte adequada à primeira – a Integração, tanto matemática como sociologicamente, será a acção de trazer à unidade os factores diferenciados e diferenciais.

Podemos, assim, definir a integração como sendo o arranjo social pelo qual tanto os grupos dominantes como as minorias convivem em harmonia. Deste modo, para que uma sociedade possa ser considerada como realmente integrada, todos os seus grupos componentes deverão ter igual acesso às instituições religiosas, educacionais, políticas, jurídicas e económicas.

Entendida a dinâmica minoria/sociedade maior ou global numa perspectiva diacrónica, cabe agora esclarecer o verdadeiro significado do termo «minoría», propositadamente deixado para segundo lugar por nos parecer a metodologia mais correcta neste caso.

De acordo com Pierre George^(*), o referido termo designa: *Grupos humanos que se encontram «marginalizados» em posição de inferioridade numérica – salvo excepção – e ao mesmo tempo política, social ou económica, até mesmo cultural.*

Esta palavra aparece frequentemente adjectivada, precisando-se assim a sua relação com o ambiente que rodeia o grupo minoritário de que resulta a sua identificação como minoria étnica, linguística ou religiosa.

Convém esclarecer ainda que, na prática, o simples facto de se pertencer a uma minoria implica que se seja, também, jurídica ou sociologicamente menor, factor só por si capaz, como é lógico, de provocar descontentamentos profundos que, acumulados ao longo de anos e anos sem perspectivas de solução, acabam por desencadear conflitos generalizados com as conseqüências de todos conhecidas. Trata-se, por conseguinte, de *Uma realidade que é, simultaneamente, de ordem quantitativa e diferencial e de uma condição de dependência ou que é sentida como tal* (Idem; Ibidem).

A época que vivemos tem-se revelado, sobretudo nos últimos três decénios – as guerras étnicas no corno de África, por exemplo, duram há mais de trinta anos – de grande agitação devido à recusa desta humilhante situação de inferioridade face aos restantes grupos sociais dominantes, o que, para além de constituir um poderoso factor de instabilidade para a segurança interna dos países onde surgem estes movimentos (e não só) contraria, fortemente, a tendência generalizada para a criação de grandes unidades – únicas capazes de satisfazer as exigências técnicas e económicas próprias das sociedades modernas de tipo ocidental – bem como para a uniformização da vida cultural que estas pretendem atingir através da planetarização da informação.

Se tivermos em conta uma verdade de há muito reconhecida e proclamada pelos Antropólogos de que não existe qualquer razão plausível para se considerar a Cultura de um povo – seja ela de que tipo for – inferior a outra por muito evoluída que esta se apresente à nossa observação (facto que a ciência antropológica designa por Relativismo Cultural) – facilmente concluiremos

(*) Do ponto de vista sociológico, a Acomodação (termo derivado do latim *accommodare* que significa: apropriar, adaptar, proporcionar, conformar) é o processo, consciente ou não, que consiste na modificação das formas de relações entre pessoas ou grupos com o fim de evitar, de diminuir ou de suprimir as tensões e os conflitos. A acomodação social procura, pois, provocar um ajustamento recíproco e uma coexistência social pacífica. Ao nível dos grupos ela implica uma modificação do seu papel social, do seu estatuto ou *Status* e, por vezes, das suas organizações, função e estrutura, para se adaptarem as necessidades de uma coexistência com outros grupos ou de uma integração na sociedade global em que estão inseridos. Neste sentido, a acomodação implica um desejo de tolerância para aceitar que subsistam, em conjunto, sistemas culturais diferentes (BIROU; pp. 21-22).

que milhões de pessoas vivem ainda, à beira a viragem do século que mais avanços tecnológicos trouxe à humanidade, numa situação de injustiça social tão profunda quanto intolerável, só por que a sua maneira de estar no mundo se diferencia dos padrões dominantes na sociedade que os recusa. Isto dá-lhes, decerto, todo o direito de lutar para não serem espezinhados naquilo que qualquer povo tem de mais sagrado – as suas crenças, a sua língua, os seus valores próprios – numa palavra: a *herança* deixada pelos respectivos antepassados, e que é, quer se queira ou não, o esteio de toda a Cultura. Tal realidade só será, no entanto, compreendida a tempo de se evitar piores males, se os grupos sociais maioritários dominantes souberem desembaraçar-se dos falsos estereótipos⁽¹⁰⁾ com que o seu exagerado etnocentrismo⁽¹¹⁾ os faz divisar o «outro», o «diferente», o «exótico», única via para que os direitos destes à sua especificidade cultural, jurídica, étnica, linguística e religiosa, sejam finalmente reconhecidos, desaparecendo assim o *Leitmotiv* de tanta agitação, tão perniciosa para o futuro da humanidade.

Mas não podemos entender, verdadeiramente, o conceito de «minorias» se não dedicarmos ainda algumas palavras à explicação da sua génese. Esta apresenta-se bastante diversificada – as migrações constituem uma das suas principais causas – mas pode ser apreciada, para o fim aqui em vista, sob três aspectos fundamentais (*Idem*; p. 6):

- O da constituição de minorias históricas – as que se formaram ao mesmo tempo que o Estado, quer através da agregação de territórios de há muito ocupados por populações individualizadas pelo seu património etnocultural (a Europa fornece os melhores exemplos, mas também é possível encontrá-los na Ásia – caso do antigo império turco – e na Índia), quer devido à introdução, no decurso da formação do Estado, de elementos heterogéneos refratários à fusão numa colectividade única,

(10) Juízo simplificador, não verificado e bastas vezes errado com que julgamos acontecimentos, pessoas e/ou grupos sociais. Ex.: os Italianos gostam de música; os Indianos (também os negros) são preguiçosos.

(11) Palavra de origem grega que significa, literalmente: raça, povo, nação, o etnocentrismo é o comportamento social e a atitude afectiva que leva a privilegiar e sobrestimar o grupo racial ou étnico a que se pertence. Uma mentalidade etnocêntrica tende a depreciar as culturas, as civilizações diferentes, julgando-as de modo pejorativo por comparação com os usos e costumes do seu próprio grupo de pertença, os quais são considerados normais e servem de critérios de apreciação. O etnocentrismo leva a estereótipos, a imagens *a priori*, a preconceitos sobre os outros povos, ao racismo e à xenofobia. É uma autêntica miopia cultural que devemos combater a todo o custo pois constitui um dos maiores factores (senão mesmo o maior) de incompreensão e de conflito que afectam a sociedade contemporânea.

ficando muitas vezes reduzidos, por efeitos de relação numérica ou de dominação, a uma situação política, social e económica de dependência (América do Norte – subpopulações negra e hispanófono dos Estados Unidos e francófono do Canadá). É com este tipo de minorias (históricas) que os Governos dos grandes Estados têm, hoje, de se confrontar.

- O dos movimentos criadores de novos e sucessivos isolamentos minoritários: *êxodos*, que terminam, com frequência, na formação de diásporas ⁽¹²⁾ e de que os mais recentes foram os ocorridos no recém-conflito bósnio podendo, no entanto, citar-se muitos outros, como os dos refugiados afegãos ou dos do Sudeste asiático (diáspora chinesa consequente aos massacres dos séculos XVI, XVII e XVIII); o dos judeus (a diáspora judia é, tanto quanto se consegue saber, pois a história da China é mal conhecida, a mais antiga – data dos tempos imediatamente posteriores à proto-história do Oriente mediterrânico, tendo-se estendido então da Babilónia ao Magrebe e às penínsulas europeias do Mediterrâneo); o dos arménios (a diáspora arménia remonta também à antiguidade – no século V já existia uma importante colónia em Bizâncio); o dos libaneses (mais recente, pois estes só começaram a debandar do seu país de origem antes da I Guerra Mundial, a diáspora libanesa é pouco numerosa mas muito dispersa, estendendo-se por vários continentes); e *migrações* provocadas por falta de trabalho nos locais de origem, que arrastam consigo, mais tarde ou mais cedo, um vasto cortejo de migrações familiares (diáspora chinesa posterior ao fim do século XIX, constituída por milhares de pessoas que atravessaram os oceanos em grandes levas à procura de trabalho nas colónias europeias do Oceano Índico e da África do Sul, ou de comerciantes tentando implantar-se no continente americano), ou então *migrações forçadas*, como é o caso da minoria negra dos Estados Unidos da América do Norte resultante das conhecidas práticas escravagistas que se seguiram ao período áureo dos descobrimentos, devido à necessidade de se obter mão-de-obra barata e eficaz para desenvolver as novas terras encontradas pelos navegadores de quinhentos.

⁽¹²⁾ Este termo tem uma origem histórica de cerca de três mil anos, tantos quantos os sucessivos êxodos do povo judeu que têm alimentado a sua dispersão pelo mundo. É este, efectivamente, o significado da palavra diáspora – dispersão dos judeus fora da Palestina – hoje no entanto generalizada, a fenómenos semelhantes. Assim, tanto é possível referir-se a diáspora judia, como a chinesa, a arménia ou a libanesa.

– E, finalmente, o impacto sobre o espaço resultante da constituição e posterior conservação, durante períodos mais ou menos longos, de *regionalismos* – vulgarizaram-se, nos nossos dias, as reivindicações visando o reconhecimento de populações regionais com base em particularidades de ordem linguística, cultural ou confessional, decorrentes, muitas vezes, de uma longa história, e que só terminam com a obtenção de um estatuto próprio que lhes garanta autonomia interna no quadro de um espaço cultural cujos limites geográficos ficam, no entanto, quase sempre por definir (Córsega, em França, País Basco, na Espanha, várias regiões do Mezzogiorno – Sicília e Sardenha sobretudo – em Itália, Ulster, na Irlanda); de *guetos urbanos* – nas cidades, o fenómeno minoritário confunde-se com a concentração «insular», habitualmente designada por «gueto», termo derivado do agrupamento geográfico imposto às comunidades judias da Europa Central durante a Idade Média, homólogo dos *mellahs* e *haras* da África do Norte e do Médio Oriente (*Chinatown*, da Ásia de Sudeste, nas cidades costeiras ocidentais da América do Norte constitui o modelo universal, mas encontramos-os também em todas as grandes urbes do país (e não só), sobretudo os resultantes do impacto das diásporas mediterrânicas, libanesas ou judias). A imagem do gueto é inseparável da de uma profunda segregação social; ele não é, somente, um isolamento de estrangeiros, mas também uma concentração populacional privada do acesso à totalidade das formas e dos benefícios da vida urbana; ele é «marginal» e não apenas «original»; e de *territórios minoritários* – apenas se consideram como tal os espaços geográficos ocupados por grupos etnoculturais específicos aquando do seu povoamento original [a *Europa das Regiões*, hoje tão falada, oferece uma extensa gama de casos – a escala de ligação espaço/identidade cultural é muito variável, de acordo com as modalidades de imbricação das Culturas – os quais vão desde os territórios ocupados por entidades politicamente integradas numa ou em várias comunidades nacionais (casos da Catalunha, do País Basco e da Bretanha, esta dividida no plano linguístico), até unidades mais concentradas, como a Valónia ou o Vale d'Aosta; à escala americana, a já citada província do Quebeque estende-se por uma superfície de 1 540 000 km², enquanto o espaço histórico da minoria de origem hispânica atinge quase os 2 milhões].

Vejamos, a propósito e para um melhor entendimento, alguns exemplos de minorias formadas (ou ressurgidas) nos últimos tempos, algumas das quais se

encontram (ou estiveram) envolvidas em destruidoras e injustas guerras cuja origem reside, quase sempre, apenas na inevitável «diferença», qualificadora mas também separadora dos agrupamentos humanos.

Os recentes acontecimentos da política internacional mostram bem que o fenómeno minoritário tanto pode resultar do ressurgimento, sob a forma de nacionalismos ferozmente defendidos pela força das armas, de velhos sentimentos de identidade étnica, religiosa, comunitária ou linguística aparentemente adormecidos, como de circunstâncias políticas que, de um momento para o outro, transformam a até então maioria em autêntica minoria.

Neste último caso enquadra-se Orania, o novo enclave étnico da África do Sul, para onde fugiram, em 1991, os últimos «revoltados brancos» da era do *Apartheid*, e onde vivem entregues a um duro trabalho, depois de haverem colocado uma placa indicadora de «propriedade estritamente privada» nos portões de entrada, hasteado a bandeira da República *Boer* do Transval (século XVIII) e erguido, para velar por eles, uma estátua com a figura de Hendrik Verwoerd, criador do *Apartheid*, de dimensões tão reduzidas que Mandela, em recente visita e decerto pensando nas terríveis consequências que tão «brilhante» concepção de convivência teve para milhões de conterrâneos seus, exclamou ao vê-la: *Fizeram-na muito pequena!* (Expresso de 19 de Agosto de 1995).

Tal atitude isolacionista acabou, porém, na prática, por colocar no seu devido lugar – isto é, como minoria efectivamente assumida – o conjunto (ou parte dele) dos habitantes de origem europeia deste país que até há pouco se afirmavam como maioria face à restante população negróide, muito mais numerosa no entanto. Mas também muito mais empobrecida (sob todos os pontos de vista), explorada e marginalizada perante uma lei injusta e incompreensível face às recomendações da UNESCO⁽¹⁾ posteriores a 1945 que

(1) A injusta atitude de intolerância e desrespeito para com o *outro* ao longo dos tempos e a inadequada utilização do termo *raça* levou a UNESCO, preocupada em instaurar uma política de verdadeira igualdade de direitos entre os homens, à averiguação dos mitos raciais politicamente relevantes que, de uma ou outra maneira, representassem na prática social formas de comportamento discriminatório de origem racial (e/ou étnica), tendo sido identificados quatro: o mito judaico (de motivação prioritariamente religiosa); o negro (base económica sobretudo); o dos mestiços (talvez o mais cruel, por ser o único, ao que tudo indica, baseado exclusivamente na cor); e o da raça ariana ou nórdica (também baseado no tom da pele mas tendo começado por assumir a forma de um racismo de classe, que ainda apresentava quando Gobineau – 1853 – lhe deu a importância moderna que depois deteve no seu *Essai sur l'inegalité de races humaines*).

A importância que a questão racial assumiu no mundo moderno foi, com efeito, de tal ordem, que encontrou reflexo no preâmbulo do *Acto Constitutivo* da UNESCO (1945), no qual não só se considera o racismo entre as pragas, sociais que esta deve combater, como ainda se afirma que a guerra nessa data

permitia a discriminação e a exclusão social em nome de preconceitos de tipo racial ou étnico já ultrapassados.

Mas também um simples acordo político pode provocar o surgimento de minorias (ou agravar os problemas destas) onde antes as populações viviam em relativa paz social dentro das respectivas fronteiras apesar da sua diversidade étnica. Foi isto que o Tratado de Trianon trouxe à Hungria, ao amputar três quartos da sua superfície e dois terços da correspondente população. Em consequência, criou-se um Estado perfeitamente homogéneo (devido, sobretudo, à sua homogeneidade étnica) no interior dos seus limites geográfico-políticos mas, em contrapartida, um em cada quatro magiares vive agora no exterior. Cerca de 3,8 milhões de antigos cidadãos húngaros foram, deste modo, forçados a ficar retidos nos quatro países fronteiriços – Roménia, Checoslováquia, Jugoslávia e Ucrânia – ao mesmo tempo que se assiste, por todo o lado, ao desagregar das antigas Federações aglutinadoras, substituídas pelo ressurgimento de velhos nacionalismos que de há muito pareciam olvidados (amortecidos durante os regimes comunistas que ali se instalaram entre 1945/1948, despertaram com o início da Perestroika e a conseqüente democratização dos regimes locais).

Tudo isto, aliado ainda a um invejável (para a região) desenvolvimento económico gerador de rancores e invejas por parte dos vizinhos mais desfavorecidos contribui, como não poderia deixar de ser, para que a situação nesta zona do Globo se tenha tornado verdadeiramente explosiva.

Observada esta nova realidade minoritária na generalidade, conclui-se ser a minoria retida em território romeno a que se encontra em situação mais

terminada se tornou possível apenas *Pela negação do ideal democrático, da dignidade, da igualdade e do respeito pela pessoa humana e pela vontade de lhe substituir, explorando a ignorância e o preconceito, o dogma da desigualdade das raças e dos homens*. Três anos mais tarde (1948), em resposta a uma solicitação do Conselho Económico e Social da ONU no sentido de *Propor e recomendar a adopção geral de um programa de difusão de factos científicos destinado a fazer desaparecer o que se convencionou designar por «preconceitos de raça»*, o que foi posto em prática no ano seguinte, ao resolver: *investigar e difundir Os dados científicos pertinentes às questões raciais e preparar Uma campanha educacional baseada nesses dados* (MOREIRA, 1961, p. 88). E é assim que vemos reconhecida, na Proclamação da UNESCO de 18 de Julho de 1950 – na qual apenas se pretendeu estabelecer as bases da igualdade de facto entre as raças, dado que a igualdade propriamente dita já havia sido reconhecida na Declaração Universal dos Direitos do Homem – que, a humanidade é uma e que todos os homens pertencem à mesma espécie (*Homo sapiens*), sendo também geralmente admitido que provêm da mesma origem e que as diferenças existentes entre os diversos grupos humanos são devidas ao jogo dos factores evolutivos de diferenciação, tais como a modificação na situação respectiva das partículas materiais que determinam a hereditariedade (genes), a mudança de estrutura dessas mesmas partículas, a hibridação e a selecção natural.

preocupante, devido não só ao seu maior número – mais ou menos 2 milhões de pessoas instaladas numa zona estratégica de primeira importância (a Transilvânia, no centro do país) – como também à existência de um profundo sentimento antimagiar em toda a população romena. É aqui, com efeito, que os seus direitos são menos respeitados – o que não admira num país ultranacionalista como é a Roménia – e onde os problemas étnicos são, ainda, agravados por um antagonismo de feição religiosa (os romenos são, como se sabe, católicos).

Ora, isto pode transformar-se num poderoso instrumento de coesão para o Governo do país, que enfrenta uma situação económica difícil e possui um precário assento político, facto que envolve, sem dúvida, um certo grau de perigosidade mas que lhe poderá ser facilmente assegurado pelo apoio do Exército, este também imbuído de forte consciência nacionalista.

Situação diferente vivem, no entanto, as restantes três minorias.

Não conhecendo problemas de índole religiosa como a anterior – a religião dominante na Eslováquia é a católica – a minoria de cerca de 600 mil pessoas que vive na franja Sul da Checoslováquia gozava de uma situação aceitável, com os respectivos direitos culturais respeitados e uma representação no seio das instituições conforme à sua importância numérica.

Tão invejável situação poderá, no entanto, deteriorar-se rapidamente, sobretudo após a secessão da República Eslovaca, uma vez que os seus habitantes – eslovacos – são considerados mais nacionalistas que os checos. Assim e a despeito de pertencerem à mesma comunidade religiosa, os primeiros poderão mostrar-se mais hostis para com os magiares, até porque estes, constituindo um povo mais rural, serão menos atingidos pelo marasmo económico derivado da deterioração económica sempre previsível em caso de secessão (domínio da indústria, sobretudo).

A terceira minoria húngara é, em termos numéricos, a da Jugoslávia. São cerca de 450 mil pessoas vivendo em Voïdovine, num regime muito mais liberal do que as da Roménia, e as tensões não eram visíveis até 1990, altura em que o ressurgimento da Federação Jugoslava fez despertar os antigos e amordaçados «demónios» nacionalistas. Desde então, alguns dirigentes locais, receosos de se tornarem num grupo minoritário particularmente vigiado numa Federação reduzida à sua componente sérvia, e aproveitando-se da proximidade da mãe-pátria, têm reclamado a sua reintegração, o que é inaceitável para Belgrado.

E, para finalizar o leque das minorias de origem magiar no estrangeiro resultantes do referido Tratado de Trianon, citemos a menos numerosa: mais ou menos 200 mil pessoas instaladas na Ucrânia, que tiveram de enfrentar, durante

o regime soviético, um forte desejo de assimilação e russificação por parte do poder central, embora a situação tenha melhorado com a introdução da Perestroïka. Os seus representantes receberam apoio do Rukh e, em Julho de 1991, o Parlamento ucraniano votou uma declaração garantindo igualdade de direitos políticos, económicos, sociais e culturais para todos os cidadãos.

Esta unidade é, no entanto, mais aparente que real, pois quebra-se sempre que a questão da autonomia é colocada em termos específicos para os húngaros (desenvolvem-se, então, campanhas antimagiare e os seus monumentos são atingidos), levando-os a procurar o apoio de outra minoria local – os Ruthênes – para, deste modo, fortalecerem as suas posições estratégicas no terreno.

Vejam, ainda, a actual situação na ex-Jugoslávia de Tito. Desaparecido o ditador (que apesar de tudo lhe garantiu, enquanto detentor do poder político, uma unidade que, embora também mais aparente que real, lhe permitiu sobreviver durante algum tempo e sem grandes problemas, como Estado), a nova geografia do país está a ser desenhada, pura e simplesmente, de acordo com os padrões de pureza étnica, difíceis de entender neste final de século, tanto mais que acontecem cinquenta anos após a divulgação das já referidas Proclamação da UNESCO e Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Em meados de Agosto último, com efeito, um alto funcionário da ONU afirmou que a «limpeza étnica» prosseguia, naquele território, *Com uma eficácia repugnante, constituindo o principal foco de tensão capaz de fazer alastrar a guerra.*

Na realidade, cerca de 120 mil refugiados da Krajina, reconquistada duas semanas antes, atravessaram a Bósnia até atingir terras da Nova Federação da Jugoslávia, que agrupava a Sérvia e o Montenegro. Belgrado tenta instalá-los em Voïvodine e no Kosovo, regiões onde a população era albanesa e muçulmana em 1990, procurando assim aliviar as pressões, mas vê-se confrontada com os ultranacionalistas de Tirana e com os separatistas muçulmanos, que interpretam tal tentativa como fazendo parte de um plano de «recolonização».

Estes refugiados têm provocado grandes problemas nos seus contactos com as minorias não sérvias (croatas e muçulmanas, sobretudo), o que provocou o êxodo de milhares de pessoas vítimas de ameaças, crimes e agressões, as quais vão engrossar as levas dos expulsos pelos sérvios-bósnios da região de Banja Luka.

As novas vítimas desta autêntica limpeza étnica seguem em autocarros até às margens do rio Sava (fronteira da Bósnia com a Croácia), onde aguardam, em precárias condições, os barcos que, por elevado preço, as conduzirão à outra margem.

Mas as coisas não ficam por aqui, neste constante «refabricar» de minorias em território europeu, pois as acções militares então em curso no extremo Sul da Herzegovina (arredores de Trebinje e Dubrovnik) e na Bósnia Ocidental (à volta de Donij e Vakuf) ameaçavam, por sua vez, gerar novas fugas de populações perseguidas. Além disso, as hipóteses de ver atribuir a autonomia dos albaneses da Macedónia e do Kosovo, criando assim um Estado autónomo que se federaria com a vizinha Albânia, facto por muitos desejado e defendido com o argumento sempre forte de que já existem precedentes – os croatas da Bósnia federaram-se com a Croácia e prevê-se para breve a reunião dos sérvios-bósnios à Sérvia – parece que nunca passará disso mesmo – uma simples e desejada hipótese – pois os seus defensores têm plena consciência de que Belgrado nunca concordará com ela por causa do mosteiro de Pec, no Kosovo, sagrado para os sérvios, que o consideram como berço nacional/religioso. O facto de Milosevic o ter escolhido para lançar a sua cruzada a favor da grande Sérvia (1989) demonstra, aliás, a enorme importância que detém para este povo.

Mas deixemos a Europa, onde muitos mais exemplos poderiam ser dados se o tempo e as dimensões deste trabalho o permitissem, e passemos ao continente africano, para apreciar as consequências das guerras étnicas no chamado Corno de África povoado, como veremos, por uma variedade imensa de grupos étnicos – outras tantas minorias, portanto – cuja convivência a intolerância dos menos esclarecidos e circunstâncias políticas várias acabaram por tornar impossível.

Embora durem, como atrás salientámos, há mais de 30 anos, a situação agravou-se em 1991 (e é sobre este período que vamos incidir a nossa análise), com a fuga inesperada do Presidente Mengistu Hailé Mariam, ocorrida alguns meses apenas após o abandono do Mogadíscio pelo General Mohamed Syad Barré e seus seguidores. Esta fuga abriu um período de grandes esperanças mas também de não menores incertezas e perigos reais. Destes, os de maior gravidade eram, indiscutivelmente, para além da fome, a maior ameaça de uma guerra étnica generalizada com a consequente balcanização de toda a região.

Tais acontecimentos resultaram no fim similar de duas ditaduras – Somália e Etiópia – e na divisão dos respectivos territórios em dois Estados cada: no primeiro caso, o Movimento Nacional constituído pelos Issaks, proclamou a independência do Somaliland, a Norte (18 de Maio de 1991), localizando a capital em Hargeisa (85% destruída), e após algumas escaramuças com duas outras etnias – Issas e Gadaboursis – a situação estabilizou-se embora por pouco tempo, pois em Junho de 1992 recomeçaram os combates entre dois

subelãs (Haber Awal e Haber Yonis) pelo domínio do porto de Berbera. No Sul, a situação ainda se torna mais grave devido às encarniçadas lutas entre o Congresso Somali Unificado (hawiyé), o Movimento Patriótico Somaliano (ogaden) e a Frente de Salvação Somaliana (mijertin) pelo controlo da capital (Mogadíscio), mas também de outras localidades como Baïdoa, Galcaïo e Kisimayo. Aliás, as lutas não paravam na própria capital, sobretudo no seio do Congresso Somaliano Unificado, entre partidários do Presidente interino Ali Mahdí Mohamed e os do General Mohamed Farah Ayliid.

Com mais de 50 mil mortos (números de 1992), resultantes de lutas clánicas e dizimados pela penúria e pela consequente fome, a antiga Somália caíu no fundo de um precipício de que não poderá sair sem auxílio do exterior. Dada a actual situação económica da maioria dos países africanos dificilmente este chegará, uma vez que a Comunidade Internacional pouco ou nada pode fazer nesta parte do Globo.

No segundo caso, a República popular e democrática da Etiópia desmoronou-se como um baralho de cartas após a queda de Mengistu, arrastando o seu poderoso Exército, embora nada a fizesse prever então (inícios de 1990), apesar do abandono dos soviéticos, dado que aquele ditador dispunha do maior Exército da África Subsahariana e sabia apresentar-se habilmente como o único defensor da unidade nacional. Daqui resultou a também divisão em dois Estados: Eritreia, a Norte, com a capital em Asmara, e Etiópia, a Sul, com capital em Addis Abeba.

Dois destinos semelhantes para estas duas grandes nações vizinhas, mas desenvolvimentos posteriores bem diferentes. Com efeito, na Etiópia, a escassez de tudo tornou-se uma realidade, com as tristes imagens de fome e inanição veiculadas pelas televisões de todo o mundo, mas as guerras étnicas foram evitadas, ao contrário do que sucedeu na Somália, que rapidamente se viu mergulhada numa guerra de origem étnica generalizada a todo o país, para além de também se defrontar com carências muito semelhantes às da Etiópia. Aqui já se previa, contudo, desde Janeiro de 1991, que os combates na capital conduziriam, inevitavelmente, o país a uma guerra entre clãs e à separação das antigas colónias britânica e italiana, as quais se haviam unido por ocasião da independência (1961).

No centro de todo este embróglio está, como facilmente se deduz do exposto, algo quase tão antigo quanto a humanidade – as terríveis mas inevitáveis lutas clánicas, aparentemente desaparecidas sempre que, como já acentuámos, surge um ditador capaz de, escorado na forma e afogando o normal sentir dos povos em nome de um nacionalismo de feição ocidental que

tenta unificar o que, na realidade, o tempo demonstrou não ser unificável, senão ficticiamente e por curto período, lutas essas que, os factos o demonstram, acabam ressurgindo um dia. Os homens não são eternos e com o desaparecimento desse elemento unificador desmorona-se o edifício construído, por mais sólido que pareça.

Basta um simples olhar sobre a realidade sócio-política da Eritreia e da Etiópia para se verificar que assim é.

No primeiro caso, a população divide-se principalmente em cristãos e muçulmanos (proporções mais ou menos iguais), que são forçados a coexistir com pelo menos oito outras etnias que falam dialectos tão diferentes quanto o tigrínia, o afar, o árabe, o tigré, o agaw, etc.

No segundo caso, coabitam igualmente muçulmanos e cristãos em proporção idêntica (45% cada), mas também numerosas outras etnias que falam, entre outros, dialectos como o oromo, o tigrínia, o amaharique, o somali, o afar, o gurage, o harari, o agaw, para além das línguas omóticas e nilo-saharianas dos confins quenianos e sudaneses.

A toda esta *diferença*, só por si justificadora de conflitos, há ainda a acrescentar as deficitárias condições em que vive a maioria desta gente (se não toda) – a Etiópia é, não o esqueçamos, uma das mais pobres regiões do mundo, com um rendimento *per capita* e por ano de 110 dólares, um défice estrutural anual mínimo de 400 mil toneladas de cereais e uma baixa contínua do valor das exportações (devido, sobretudo, à queda do preço corrente do café).

Todas as condições pareciam pois, reunidas para a eclosão de uma guerra interétnica generalizada visando dois objectivos possíveis: tentar assegurar o domínio sobre o vizinho, ou mesmo obter a própria independência.

Efectivamente, a FLO – (ou OLF) – Frente de Libertação Oromo – tentou impor uma verdadeira ditadura étnico-religiosa no Hararghe, eliminando por tortura e assassinato outras organizações oromo (sobretudo a União Democrática do Povo Oromo), como é o caso das minorias cristã e amhara (os Amhara pertencem à igreja *twahedo* da Etiópia, sendo portanto cristãos. Os Oromo daqui são, normalmente, muçulmanos, embora muitos tenham sido cristianizados noutras regiões como Shewa, Gojam e Gondar).

Em breve a estrada que liga Addis Abeba a Harar, até então relativamente segura, torna-se bastante perigosa pois a FLO, numa tentativa de isolar a região das intervenções da FDRPE, que ali organizava verdadeiras operações de manutenção da ordem com elementos muito aguerridos mas deslocados para uma zona desconhecida habitada por populações diferentes (o que tem grande significado neste tipo de Culturas), obrigava os camponeses a sabotar pistas,

estradas, linhas telefónicas e eléctricas, para além de os compelir ainda a reabastecer os seus bandos armados os quais, por sua vez, se entregavam a múltiplas exacções.

A situação torna-se particularmente grave ao fim de algum tempo quando a FLO, aliada à FILO (ou IFLO) – Frente Islâmica de Libertação Oromo – e à OTPA (ou AAPO) – Organização de todas as Populações Amhara – resolveram boicotar as eleições de 21 de Junho de 1992, que tiveram de ser adiadas como nas regiões afari e somali, tendo ainda retirado os seus elementos do Governo (4 Ministros) e do Conselho dos Representantes (12).

Tal ruptura entre as duas Frentes que, com a FPLE haviam participado na Conferência de Londres, o que significa que faziam parte dos três grandes vencedores do regime de Mengistu, ameaça com efeito a estabilidade da região e a unidade do país.

Com milhares de armas em circulação – aqui um homem não o será verdadeiramente se não possuir uma arma de fogo e não a souber utilizar – os combates corriam o risco de se estender ao território somali e a «guerra dos clãs» prolongar-se-ia por Ogaden, abarcando todo o Sudeste da Etiópia. Bastaria que a FLO relançasse com sucesso a sua antiga reivindicação de uma Oromia independente, para que o país corresse sérios riscos de balcanização (os Oromo constituem mais de um terço dos 47 milhões de habitantes da nova Etiópia, enquanto a minoria tigré não ultrapassa os 3,5 milhões).

Deste modo, eram enormes os riscos de uma generalização das lutas étnicas na África Oriental e enfrentá-los não parecia então tarefa fácil, com os três chefes de Estado conduzindo políticas diferentes nesse sentido. Assim, na Eritreia, o muito dirigista Presidente Issayas Aféworki que conseguiu uma esmagadora votação favorável à independência do seu território tradicional, nunca aceitou excluir dele Assab e as margens do Mar Vermelho, habitualmente percorridas pelos Afar (estes deslocam-se desde Rahita, na fronteira Norte de Djibouti, até Zula, ao Sul de Massawa, mas na estação seca voltam a subir os altos planaltos da Etiópia até Awash, o que significa que não respeitarão a nova linha divisória dos territórios eritreu e etíope, demonstrando uma vez mais que o conceito ocidental de «fronteira» nada representa para povos habituados a conviver sem qualquer limite territorial, à semelhança dos seus ancestrais). Alterar esta milenária transumância pela simples passagem de uma linha fronteiriça fictícia que só existe no querer político e nos mapas, pode significar a prática de mais um sempre tão criticado etnocídio das Culturas locais, pois ela é necessária à sobrevivência das respectivas populações, cultural e socialmente agrupadas e individualizadas.

Por outro lado, esta região é considerada pelos Antropólogos como sendo, de certo modo, o berço da humanidade, pois foi aqui que, pela primeira vez, foram encontradas as provas da passagem dos *Australopithecus* pela Terra há 3,2/3,5 milhões de anos, com a descoberta de Lucy, o esqueleto que, também pela vez primeira, apresentava características de bipedismo. A «estrela» dos *Australopithecus*, como é conhecida, que se inclui no grupo dos «gráceis» dadas as suas reduzidas dimensões, foi classificada no subgrupo dos *afarensis*, designação que, a partir de então, passou a englobar todos os posteriores achados fósseis da Etiópia, contrapondo-se aos encontrados noutras regiões africanas, os quais se tornaram conhecidos como *africanus*. E embora descobertas mais recentes (1994) tenham demonstrado que os «macacos» bípedes já andavam pelos arredores do lago Turkana, no Quénia, há pelo menos 4,2 milhões de anos – *Australopithecus anamensis*, muito provavelmente os avós de Lucy – isso em nada diminui a importância antropológica da região no enquadramento mundial para um ser como o humano cuja maior preocupação, ao longo dos séculos, sempre foi a de encontrar os seus «elos perdidos» (há mesmo quem afirme ser esta a principal característica que o distingue dos restantes animais superiores), além de provar a antiguidade e consequente solidez das Culturas nelas desenvolvidas.

Não é, por conseguinte, com uma simples linha divisória imaginária e traçada num qualquer papel por alguns responsáveis políticos, que se vai conseguir alterar hábitos tão enraizados quanto os destes povos.

No novo Estado da Etiópia, singrando pela primeira vez uma via democrática, o Presidente Méléns Zénawi tudo fez para manter a ordem e evitar o conflito pelo menos entre as três etnias residentes principais – tigré, oromo e amhara. Aqui, o grande problema residia em saber se seria possível manter a unidade do país através de uma difícil concertação entre aqueles povos e os seus representantes, ou se haveria outra vez alianças de dois contra um pela força.

Na realidade, a minoria tigré, na chefia do Governo Provisório, desempenhava um papel de coordenação geral para o qual não se encontrava preparada (há um século que não tinha acesso ao poder). Pouco apreciada pelas restantes etnias, romperam com a maior organização oromo e mantinham relações difíceis com os Amhara.

A minoria oromo, por seu lado, sentiu-se injustamente excluída de responsabilidades na moderna Etiópia, apesar de fornecer numerosos quadros médios e ser aliada dos Amhara (a sua participação no Governo Provisório foi interrompida, como vimos).

E qual o papel da minoria amhara, que governou o país durante mais de

um século, em todo este embróglio etnopolítico? Pois desempenhava o subtil e importante (face às circunstância) papel de báscula entre as duas anteriores, o que lhe permitiria tornar-se no árbitro da situação se tal fosse necessário. Isto porque, constituindo embora o essencial da *intelligentsia* e da Administração do país – o que os torna insubstituíveis – estavam, no entanto, a pagar a sua fidelidade a Mengistu e a recusa à independência da Eritreia quando ainda detentores do poder. Alguns Amhara pensavam que bastaria esperar que «caísse os dentes em Addis Abeba aos Tigré», os quais retornariam então para as suas montanhas, onde poderiam ser tentados a fazer alianças com os Eritreus (pertencem à mesma língua) e combater em conjunto com eles.

Assim, reaparece um novo Estado sucessor do antigo Reino de Axum, a Norte, enquanto renasce a Sul um novo poder dirigido pelos Amhara aliados aos Oromo, em substituição do Reino Shewa e das suas extensões. A Etiópia vê-se, uma vez mais, dividida, facto que não acontecia desde a unificação do imperador Ménelik em 1889, o qual trouxe consigo as conquistas que havia feito para o seu Reino de Shewa.

Entretanto, na República de Djibouti, o Presidente Hassan Gouled Aptidon esforça-se ao máximo para manter a coabitação de outros dois grupos minoritários – os Somali e os Afar – e acaba por aceitar um certo multipartidarismo e uma democratização das instituições (quatro partidos foram legalizados para as eleições legislativas de Dezembro de 1993, apesar da fraca participação dos Afar nos distritos de Tadjourah e de Obock).

Idalina Correia de Melo

BIBLIOGRAFIA

- AKOUN, André – Dicionário de Antropologia, Lisboa, Ed. Verbo, 1983, 610 p.
- BARUA, Pradeep P. – Ethnic Conflict in the Military of Developing Nations: A Comparativ Analysis of India and Nigeria, In «Armed Forces & Society/ /Fall», 1992, pp. 123-137.
- BIROU, A – Dicionário das Ciências Sociais, 3.ª Edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1977, 454 p..
- BLASCHKE, Jochen – Ethnicity and Migration Science and Policies Faced with an International Problem. Comunicação apresentada no Intercongress Meeting, «Migration Trends in the 90's: Old Themes, New Issues», of the Research Committee for Sociology Association, Lisbon, April 6-8, 1992.
- CAZENEUVE, Jean – Victoroff, David – Dicionário de Sociologia, Lisboa, Ed. Verbo, 1982, 583 p..
- COHEN, Bruce – Sociologia Geral, S. Paulo, MacGraw-Hill do Brasil, 1980, 186 p..
- CONNOR, Walker – Ethnonationalism, The Quest for Understanding, New Jersey, Princeton University Press, 1994, 234 p..
- CRUZ, Braga da – Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual, Alguns Resultados de Um Inquérito, Nação e Defesa, n.º 49, Janeiro-Março de 1989, pp. 13-32.
- DEFARGES, Philippe Moreau – Europe du Sud-Est, Le Retour des Questions Balkaniques, (Les bouleversements du paysage européen), Paris, Cahiers Français, n.º 257, pp. 33-38.
- Incertitudes européennes et paradoxes de l'État-nation, (Les bouleversements du paysage européen), Idem, pp. 42-46.
- DELANNOI, Gil Taguzefe – Pierre-André (direcção), Théories du Nationalisme, (Nation, Nationalité, Ethnicité), Paris, Éditions Kimé, 1991, 324 p..
- Enciclopédia Visual Temática (Larousse), Lisboa, Beta, Projectos Editoriais, Lda. 1995, 1355 p..
- FAFE, José Fernandes – Reflexões Sobre a «Crise da Identidade Nacional», In Revista «Prelo», n.º 2, Jan-Mar., 1984, pp. 5-10.
- GABANYI, Anelli Ute – Moldova Between Russia, Romania and the Ukraine. In «Aussenpolitik», I, 1993, pp. 98-107.
- GENTELLE, Pierre – Afghanistan: Russes et Asiatiques Dans le Piège. Paris, C.N.R.S., Civilizations Orientales, 1980, pp. 57-85.

- GEORGE, Pierre – Géopolitique des Minorités, Paris, Presses Universitaires de France, 1984, 127 p..
- HUNTINGTON, Samuel P. – The Clash of Civilizations? In «Foreign Affairs», New York, Summer, 1993, pp. 22-49-
- JACOB, Pierre – Guerres Ethniques Dans le Corne de l'Afrique: l'Étiopie Au Bord Du Gouffre, In Défense Nationale, Paris, 1992, pp. 109-120.
- LINARES, M.^a Ángeles Cano – El Complicado Mosaico Yugoslavo, In «Ejército», Madrid, Servicio de Publicaciones del Estado Mayor del Ejército, pp. 16-26.
- LOURENÇO, Eduardo – Crise de Identidade ou Ressaca Imperial?, In Revista «Prelo», n.º 1, Out.-Dez., 1983, pp. 17-22.
- Identidade e Memória. O Caso Português, In Nós e a Europa ou as Duas Razões, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2.^a Edição, 1988, pp. 9-15
- MANDELBAUM, Michael – Coup de Grace: The End of the Soviet Union, In «Foreign Affairs», New York, pp. 165-183.
- MOREIRA, Adriano – Política Ultramarina, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais (Junta de Investigações do Ultramar), Col. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 4.^a Edição, n.º 1, 1961, 359 p..
- A Marcha Para A Unidade Do Mundo: Internacionalismo e Nacionalismo, In Estudos Políticos e Sociais (separata), Lisboa, Vol. VII, n.º 4, 1969, 3-14 p..
- Política Internacional das Minorias e Comunidades, In Idem, Vol. XI, n.ºs 3-4, 1993, pp. 5-24.
- MOREIRA, C. Diogo – A Questão Actual da Etnicidade, In Boletim n.º 17 (separata), Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1990, pp. 5-13, (Comunicação).
- O Fenómeno Étnico e as Relações Interculturais, In Boletim n.º 19 (separata), Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1992.
- Cultura, Especificidade e Universalidade, In Boletim n.º 20 (separata), Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1993.
- Europa e Cultura Europeia, In Boletim n.º 21, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1994.
- MORENTE, Federico Quintero – La Guerra En Yugoslavia. la Desintegración de Un Estado, In «Ejército», Madrid, Servicio de Publicaciones del Estado Mayor del Ejército, 1993, (Enero), pp. 60-66.
- MOUTINHO, Mário – Introdução à Etnologia, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, n.º 17, 1980, 154 p..
- NOGUEIRA, Joaquim Fernando – A Política de Defesa Nacional, Lisboa,

- Ministério da Defesa Nacional, 1995, 286 p..
- QUEIROZ, Magalhães – O Carácter Multidisciplinar Da Defesa Nacional e a Articulação Interministerial, In «Nação e Defesa», Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, n.º 71, Julho-Setembro de 1995, pp. 47-78.
 - ROGERS, Rosemarie – The Global Refugee Situation: Challenges In the 1990's an US Responses. Comunicação Apresentada no Intercongress Meeting, «Migration Trends im the 90's: Old Themes, New Issues», of the Research Commitee for Sociology Association, Lisbon, April 6-8, 1992.
 - SMITH, Anthony D. – National Identity, Reno, University of Nevada Press, 1986, 227 p..
 - The Ethnic Origins of Nations, Oxford UK & Cambridge USA, Elackwell, 1991, 312 p.
 - STEWART, Alastair – Migrants, Minorities and Security, in Europe, In «Conflict Studies», London, Research Institute for the Study of Conflict and Terrorism, n.º 252, June, 1992, pp. 1-33.

EDUCAÇÃO NACIONAL E DEFESA NACIONAL

Algumas reflexões

O presente artigo corresponde a um trabalho monográfico individual elaborado pelo autor, na qualidade de auditor do Curso de Defesa Nacional (CDN/95) e seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

- Os conceitos de educação e defesa e sua qualidade;
- Fundamentos de uma educação nacional na Lei de Bases do Sistema Educativo;
- O problema da educação nacional na cultura portuguesa contemporânea;
- Níveis e formas de educação e de defesa nacional;
- Alguns problemas particulares na relação entre uma educação nacional e uma defesa nacional;
- A escola cultural pode ser aquela de que a Pátria precisa e até aquela de que a Europa precisa.

EDUCAÇÃO NACIONAL E DEFESA NACIONAL

Algumas Reflexões

1. OS CONCEITOS E SUA ACTUALIDADE

Convirá começar por estabelecer os conceitos fundamentais constitutivos do tema: *educação nacional e defesa nacional*. Trata-se de conceitos qualificados. Com efeito, em ambos os casos é utilizado o qualificativo *nacional*. Assim, não bastará pormos à vista o que sejam a educação e a defesa, pois teremos de tornar evidente o que seja uma educação *nacional* e uma defesa *nacional*.

Na sua máxima generalidade, a educação é o processo de aperfeiçoamento do ser humano enquanto tal. Píndaro aconselha a cada homem: *sê quem és*. Ou seja: consegue vir a ser aquele que podes ser e tens em ti para ser; sê em acto aquele que és em potência. A educação é exactamente o percurso que conduz do primeiro ao segundo. Esse percurso é um processo de aperfeiçoamento. No seu cumprimento o homem melhora, realiza as suas potencialidades.

Há quem tenha deste processo uma ideia restrita: apenas as acções educativas realizadas em contextos institucionais formais delinham realmente a educação. O contexto privilegiado é, normalmente, a escola. Assim, chegam a identificar a educação com a educação *escolar*.

Há, por outro lado, os que entendem que toda a acção aperfeiçoadora do homem é veridicamente uma acção educativa. E como acabam por constatar que tais acções são, no fundo, a própria experiência vital, chegam a pensar que o contexto educativo é, na sua máxima amplitude, a própria vida: a vida como escola, de que falou Coménio⁽¹⁾. Identificam, pois, a educação com a educação *vital*.

(¹) As duas obras de Coménio, traduzidas em português, em que essa posição é claramente apresentada, são a *Didáctica Magna* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966) e a *Pampaedia (Educação Universal)*. (Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971). A tradução é, em ambos os casos, do Professor Joaquim Ferreira Gomes.

O mesmo fenómeno acontece com o conceito de defesa. Na sua máxima generalidade, a defesa é, para um grupo humano individualizado, a preservação do seu ser e da sua identidade. Espinosa, na sua *Ética* ⁽²⁾, expõe num dos seus princípios a ideia básica de defesa: *todo o ser visa preservar o seu ser*. As formas que pode assumir esta preservação e os meios mobilizados para o efeito podem ser diversos. Todavia, também aqui aparecem os que têm uma ideia restrita de defesa, entendendo por esta a defesa militar e pelos meios apropriados a garanti-la os meios militares.

O tema deste trabalho pretende relacionar a educação e a defesa, em ambos os casos no respectivo âmbito nacional. É importante definir se se assume à partida uma visão restrita ou lata dos conceitos. Neste sentido, direi que assumo uma visão lata.

Que ideia quero exprimir quando qualifico um e outro conceitos de *nacional*? Passo a explicar ⁽³⁾.

Jose Ortega y Gasset definiu o homem como sendo indissociável da sua circunstância. Disse assim: *yo soy yo y mi circunstancia*. Na mesma linha de pensamento construiu Martin Heidegger a sua filosofia, desde logo em *Sein und Zeit* (O Ser e o Tempo), de 1927, com base no conceito de Da-Sein (ser-aí) ⁽⁴⁾. Pela minha parte, a construção do curso de Filosofia da Educação, que me cumpriu ministrar na Universidade de Évora desde 1978, conduziu-me à ideia do homem (e do educando) como *ser situado*, sendo sua condição a situacionalidade radical.

É neste ponto que aparece a nacionalidade como âmbito de particular relevância na vida do homem. O conceito de nacionalidade não é fácil de determinar. No seu núcleo duro está, sem dúvida, a ideia de uma origem étnica comum. Está também a ideia de uma história comum, com vinculação às mesmas tradições e assunção das mesmas fidelidades essenciais. A Nação tem uma identidade e uma biografia únicas. Pode integrar no seu seio, e assimilar componentes distintas da do seu núcleo original. Mas este constituirá sempre a sua matriz. É esta realidade que o Estado-Nação exprimirá politicamente. O Estado pode aglutinar politicamente mais do que uma Nação, mas tem-se

⁽²⁾ Espinosa (1960, 1962, 1965). *Ética*. 3 volumes. Coimbra: Atlântida.

⁽³⁾ Lemos em Ricardo Nassif, *Teoría de la Educación. Problemática pedagógica contemporánea* (Madrid, Cincel-Kapelusz, 1984, 3.ª reimp., p. 121): «La idea de *educación nacional* no nació en el siglo XX. Se ha recurrido a ella cuando algunos países han sufrido crisis profundas y asistido a derrumbe de valores que parecían inmutables. Un ejemplo es el de Fichte, que, a principios del siglo pasado, con sus célebres *Discursos a la nación alemana*, intentó sacudir el «alma nacional» para remontar la catástrofe dejada por las guerras napoleónicas».

⁽⁴⁾ Heidegger, Martin (1972). *L'Être et le temps*. Paris: Éditions Gallimard.

mostrado praticamente impossível dissolver no seu seio as fronteiras das nacionalidades, que resistem a condições adversas por longuíssimos períodos e renascem das cinzas com vigor.

Compreende-se, assim, a importância do âmbito nacional para a defesa e a educação. É evidente que toda a Nação tem o problema intrínseco da sua defesa, esteja ou não organizada politicamente em Estado-Nação. A defesa é-lhe, digamos, consubstancial. É de igual modo evidente que toda a Nação tem de cuidar da educação da população humana que a constitui. Tal cuidado é mesmo essencial à sua defesa e faz, certamente, parte dela. A transmissão da história comum, a vinculação às tradições e fidelidades comuns, fazem-se através da educação, formal e informal.

Existem âmbitos mais estreitos e mais largos que o nacional, mas seria delirante irrealismo ignorar o peso imenso deste na vida dos homens, em tudo o que toca à defesa e à educação.

É esta uma questão interessante para a Europa actual, envolvida num processo complexo de integração dos Estados e Nações que a compõem.

Começa por merecer atenção o facto de a questão das nacionalidades europeias ter eclodido nos últimos anos em dois sentidos opostos: por um lado, na Europa de leste os Estados constituídos fragmentaram-se pela linha de ruptura das nacionalidade; por outro lado, na Europa de oeste o Tratado de Maastricht abre as portas à constituição de uma Federação dos Estados integrados na União Europeia, com inevitável diminuição da soberania dos Estados e diluição das especificidades nacionais. Quer dizer: uma Europa reorganiza-se em função do princípio nacional; a outra pretende organizar-se em função do princípio supranacional. A primeira Europa orienta-se para o revigoramento da nacionalidade; a segunda, para o seu enfraquecimento.

No caso português, poderemos perguntar se ainda faz sentido falar em educação nacional e em defesa nacional. Sendo conhecido o apego das populações à sua cultura e à sua educação, o Tratado de Roma não contempla a área dos sistemas educativos. O Tratado de Maastrich já o faz, mas a União Europeia continua a não definir uma política de educação, deixando a competência aos Estados para o efeito. Isso não obsta a que o Conselho da Europa vá avançando no sentido da homogeneização possível dos sistemas educativos dos Estados nele representados e que os Estados da União se vejam sujeitos a pressões que visam a adopção e a prática de políticas educativas comuns, a todos os níveis dos respectivos sistemas. Também a XXII Direcção-Geral da Comissão Europeia vem ampliando e intensificando os seus esforços no mesmo sentido. A OCDE e a UNESCO convergem, neste ponto, com a União

Europeia, executando uma estratégia de coordenação que também é de uniformização e em que os Estados económica e politicamente mais fortes têm alguma possibilidade de impor os seus padrões teleológicos e organizacionais. O que dizemos sobre a educação poderemos dizer sobre a defesa, neste caso no quadro da UEO e, evidentemente, da NATO. Ponderados todos estes condicionalismos, e muitos outros por agora deixados omissos, considero que continua a fazer sentido falar de educação nacional e de defesa nacional. Os Estados mais poderosos e influentes é o que fazem e é o que continuarão a fazer, pelo que será bom, nesta matéria, seguir o seu exemplo.

2. FUNDAMENTOS DE UMA EDUCAÇÃO NACIONAL NA LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (LBSE)

A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), é o referencial jurídico-político fundamental da educação portuguesa. Sem pretender analisá-la exaustivamente, relativamente à ideia e ao empenho posto na prossecução de um projecto educacional *nacional* – na linha traçada pela primeira vez, no Portugal moderno, pelo romântico Almeida Garrett –, valerá a pena pôr em evidência alguns dos seus comandos mais relevantes.

Em primeiro lugar, a Lei define o âmbito do sistema educativo: «O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português – continente e regiões autónomas –, mas deve ter uma expressão suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa» (artigo 1.º, n.º 4). Esta referência à totalidade do território nacional e também à totalidade tendencial das comunidades de portugueses parece não deixar dúvidas sobre a assunção, pelo Estado Português, da responsabilidade de promover e organizar a educação nacional dos portugueses.

No tocante aos princípios organizativos do sistema educativo, a LBSE [artigo 3.º, alínea a)] determina que ele contribua para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do mundo. Este é o princípio colocado à cabeça de um conjunto de 11 princípios, pelo que será de interpretá-lo como um compromisso solene com a comunidade relativamente

a uma orientação *nacional* de toda a educação, devendo ser lidos à sua luz os restantes 10 princípios.

Quanto aos objectivos definidos para os diversos graus de ensino, encontramos sempre referências a este compromisso. Em relação ao ensino básico, é declarado que este ensino deve assegurar uma formação geral *comum* a todos os portugueses [artigo 7.º, alínea a)] e que deve fomentar a consciência nacional, aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional [artigo 7.º, alínea f)] – o que corresponde, como se sabe, à mais lídima tradição portuguesa –, competindo-lhe ainda desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas [artigo 7.º, alínea g)]. No concernente ao ensino secundário, é um dos seus objectivos formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanente da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional [artigo 9.º, alínea d)]. Também em relação ao ensino superior a Lei de Bases reafirma o seu compromisso, ao determinar que é objectivo deste ensino estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais [artigo 11.º, alínea f)], bem como continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural [artigo 11.º, alínea g)].

Vê-se, por conseguinte, que a preocupação com o carácter nacional da educação portuguesa está presente na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Não se descortina, portanto, suporte jurídico-político para os que entendam dever a educação portuguesa organizar-se, neste momento do processo de integração europeia, no abandono da perspectiva nacional.

3. O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL NA CULTURA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Foi Almeida Garrett o primeiro grande defensor, na cultura portuguesa contemporânea, de uma educação lidimamente nacional. Tal posição, que veio tornar-se paradigmática para o futuro, inscrevia-se no ideário romântico de que foi, com Herculano, o introdutor entre nós. A mesma concepção de uma educação enraizada no solo pátrio e na história nacional foi assumida pelo grande historiador e romancista. A ideia de escola primária superior – poste-

riormente acolhida por Adolfo Coelho, pela reforma do ensino primário da República, em 1911, e por Leonardo Coimbra, quando Ministro da Instrução Pública em 1919 – foi originalmente apresentada por Herculano no Parlamento. Essa ideia era central no quadro do projecto educativo nacional do emérito cidadão.

A propaganda republicana, crescentemente vigorosa desde as Conferências do Casino, em 1870, duas décadas depois super-activada com o Ultimatum, fez da instrução popular o seu eixo principal. José Pereira de Sampaio (Bruno), no seu livro *Os Modernos Publicistas Portugueses* ⁽⁵⁾, dedica um vasto espaço a traçar o quadro dos numerosos intelectuais e políticos republicanos que elaboraram o ideário pedagógico da futura República, em textos tanto teóricos como práticos. A perspectiva em que esse notável esforço se desenvolveu foi eminentemente nacional, assentando o programa na cultura do povo português e destinando-se à instrução e ilustração do povo português.

É nesta linha de rumo que tem de se compreender o movimento da Renascença Portuguesa – onde pontificaram homens como Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra, entre outros –, no qual desempenharam um papel fundamental as revistas *A Águia* e *Vida Portuguesa*, as Universidades Populares e as numerosas obras publicadas. Fernando Pessoa, que veio a criar com Mário de Sá-Carneiro, em 1915, em Lisboa, a revista *Orpheu* (no fundo, um movimento cultural e literário com importantes afinidades profundas com a Renascença Portuguesa...), publicou n'*A Águia*, em 1912, dois importantes ensaios de poderosa orientação nacional, sobre a nova poesia portuguesa (implícita está nesses textos, de igual modo, uma nova educação portuguesa...).

O grande teorizador explícito de uma educação mergulhada no psiquismo nacional e na cultura portuguesa foi Teixeira de Pascoaes. A sua obra directamente dedicada à questão da educação foi *Arte de Ser Português*, de 1915 ⁽⁶⁾. Contudo, é um facto que o conjunto de textos por ele escritos na década situada entre 1910 e 1920 sobre o saudosismo, hoje reunidos no livro *A Saudade e o Saudosismo*, têm no cerne o problema da educação nacional ⁽⁷⁾. Há hoje estudos fundamentados sobre o pensamento pedagógico e o projecto

⁽⁵⁾ Bruno, Sampaio (1906). *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto: Livraria Chardron.

⁽⁶⁾ Teixeira de Pascoaes (1915). *Arte de Ser Português*. Porto: Renascença Portuguesa. Há edições recentes: de Roger Delraux; da editora Assírio e Alvim.

⁽⁷⁾ Teixeira de Pascoaes (1988). *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*. Compilação de Pinharanda Gomes. Lisboa: Assírio e Alvim.

educativo de Pascoaes, como os há igualmente de Pessoa. A orientação nacional é inequívoca em ambos (*).

João de Barros e João de Deus Ramos são figuras do políptico republicano cujo tema é a educação. Na obra do primeiro, como na do segundo, o vínculo à defesa e promoção da nacionalidade é mais forte. Foram os dois os elaboradores do primeiro projecto de reforma do ensino primário da República, que António José de Almeida, com quem se incompatibilizaram, haveria de desfigurar e recusar. João de Barros é um pedagogo republicano que identifica educação nacional com educação republicana. Uma educação nacional é para ele, inquestionavelmente, a única a promover em prol do povo português (°).

Leonardo Coimbra, que foi Ministro da Instrução Pública por duas vezes (10), apresentou uma comunicação ao Congresso da Esquerda Democrática, em 30 de Abril de 1926, que publicou em livro sob o título *O Problema da Educação Nacional* (11). Nela expõe a sua concepção da educação nacional e o plano geral da respectiva organização. O que nele será típico, dentro do conjunto de pedagogos que vimos referindo, é a articulação do âmbito

(* Relativamente a Pascoaes, referirei os seguintes:

Patrício, Manuel (1983). *Figuras da Pedagogia Portuguesa Contemporânea – II. Teixeira de Pascoaes*. Évora: Universidade de Évora.

Idem (1991). *Sentido axiológico e educativo do messianismo de Teixeira de Pascoaes. De como a cultura portuguesa é o âmbito axiológico apropriado para a educação dos portugueses*. Évora: Universidade de Évora.

Casulo, José Carlos de Oliveira (1995). Dissertação de doutoramento.

Barros-Dias, José Manuel de (1995). Dissertação de doutoramento.

Relativamente a Fernando Pessoa, é de referir:

Fidalgo, Maria da Conceição (1995). Dissertação de doutoramento.

Nós próprios temos, desde há vários anos, em adiantado estado de elaboração, um estudo que talvez venha a intitular-se *O messianismo pedagógico de Fernando Pessoa*. Esperamos poder publicá-lo em prazo razoável.

(°) Barros, João (1916). *Educação republicana*.

Idem (s.d.). *Educação e Democracia*.

Sobre João de Barros e as suas concepções pedagógicas:

Fernando, Rogério (s.d.). *João de Barros – Educador Republicano*. Lisboa: Livros Horizonte.

Patrício, Manuel (1984). «João de Barros», in *Figuras da Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Évora: Universidade de Évora.

(10) Foi Ministro da Instrução Pública, por cerca de 3 meses, em 1919 e, por cerca de 1 mês, entre Dezembro de 1922 e Janeiro de 1923.

(11) Coimbra, Leonardo (1926). *O Problema da Educação Nacional*. Porto: Edição de Marânus.

Sobre Leonardo Coimbra:

Patrício, Manuel Ferreira (1992). *A Pedagogia de Leonardo Coimbra. Teoria e Prática*. Porto: Porto Editora.

nacional com o humano, o que confere uma marca de universalidade à sua concepção educativa.

No vasto quadro que venho delineando têm ainda lugar outras importantes figuras da cultura portuguesa contemporânea, de que salientarei: Almada-Negreiros, Álvaro Ribeiro, Eduardo Lourenço e António Quadros⁽¹²⁾. Portugal é o fulcro do pensamento pedagógico e cultural destes homens. Com uma diferente visão do que deve ser a relação de Portugal com os outros e com o mundo, todos são cultores da identidade portuguesa e consideram que a educação a deve revivificar permanentemente e perpetuar.

Recentemente, surgiu na cena pedagógica portuguesa um movimento extremamente valorizador da cultura em geral e da cultura portuguesa em particular. Trata-se do Movimento Escola Cultural⁽¹³⁾. O sujeito educativo é visto como sujeito cultural. É visto também como sujeito-em-situação e, portanto, como envolvido totalmente por uma cultura, que é verdadeiramente a sua cultura de pertença. Essa cultura é, para o educando português, a cultura portuguesa, cujo horizonte é, portanto, incontornável para o sujeito educativo português. O horizonte universal humano é devidamente tido em conta. Ele é o horizonte necessariamente envolvente de todos os horizontes particulares.

(12) As concepções pedagógicas de Almada-Negreiros encontram-se expostas fundamentalmente em *Sudoeste* (n.º 1, Junho de 1935; n.º 2, Outubro de 1935; n.º 3, Novembro de 1935). As edições da obra de Almada da Editorial Estampa e da Imprensa Nacional-Casa da Moeda incluem esses textos. Há edição facsimilada recente de *Sudoeste*. Lisboa: Contexto Editora.

De Álvaro Ribeiro são de mencionar as seguintes obras principais: *O Problema da Filosofia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1943; *Escola Formal. Tópicos de Pedagogia*. Lisboa: Guimarães & Companhia Editores, 1958; *Estudos Gerais*. Lisboa: Guimarães & Companhia. Editores, 1961; *Liceu Aristotélico. Lógica e Psicologia*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural, 1962.

De Eduardo Lourenço mencione-se: *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978; *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

De António Quadros mencione-se apenas: *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

(13) Sobre este movimento existe já bastante bibliografia. Destacarei os seguintes títulos:

Patrício, Manuel Ferreira (1988). «A Escola Cultural: sua natureza, fins, meios e organização geral». In: *Documentos Preparatórios - I*, Comissão de Reforma do Sistema Educativo. Lisboa: Ministério da Educação, Gabinete de Estudos e Planeamento.

Idem (1990). *A Escola Cultural. Horizonte Decisivo da Reforma Educativa*. Lisboa: Texto Editora.

AAVV (org. de Patrício, Manuel Ferreira). (1991). *Educação Pluridimensional e Escola Cultural*. Actas do I Congresso da Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural - AEPEC Évora: AEPEC.

AEPEC (1990-1995). *Boletim AEPEC*. n.º 1 a 19.

AEPEC (1990-1995). *Revista ESCOLA CULTURAL*. 3 números.

Todavia, sendo composto desses horizontes, não os dissolve, antes se alimenta deles. A esta luz, ser português é a nossa maneira de contribuirmos para a universalidade do homem. Não temos, pois, que renunciar a nós próprios. Temos, pelo contrário, de cultivar quem somos.

4. NÍVEIS E FORMAS DE EDUCAÇÃO E DE DEFESA NACIONAL

Consideraremos aqui a educação nacional escolar e apenas esta. Deste modo, os níveis de educação nacional correspondem aos do próprio sistema educativo. Ora este compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. Estes são, por conseguinte, os níveis a ter em conta. Refira-se que a educação escolar compreende os ensinamentos básico, secundário e superior e que a educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e se realiza num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal (artigo 4.º da LBSE).

Em todos os níveis se põe o problema da articulação da educação com a defesa nacional. Em nível nenhum se pode tal problema descurar.

A questão dos níveis também se pode pôr em termos qualitativos. Diríamos, sob este aspecto, que a educação nacional, articulada com a defesa nacional, se pode fazer a nível de superfície ou a nível de profundidade. Dado que a principal linha de defesa nacional será sempre a que se encontra alojada na consciência, não parece que uma educação nacional superficial seja apropriada ao objectivo em causa. Logo, uma autêntica educação nacional deve encontrar-se rigorosamente estruturada, ser de qualidade e dirigir-se às profundidades da consciência do sujeito educativo.

Vejamus quanto às formas de defesa nacional. O que é corrente é entender a defesa nacional como tendo exclusivamente a forma militar. É um erro grosseiro, que nem a análise nem a história sustentam. Sem minimizar a importância da forma militar da defesa, é evidente que há outras, por vezes condicionadas pela militar e outras vezes condicionantes dela: a económica, a social, a política, a psicológica, a educativa. Uma nação pode cair por via económica, servindo o aparelho militar adversário apenas para ocupar o espaço deixado vazio ou dar o golpe de misericórdia. Pode cair ainda por enfraquecimento ou decomposição política, por debilidade psicológica, por esvaziamento ou asfixia cultural. Esta inclui, implicitamente, a decadência educativa.

Com as formas de defesa nacional se relacionam os respectivos níveis. Podemos considerar a existência de três níveis: baixo, médio e alto. Estes níveis são uma espécie de tónus vital, representando como que graus de vitalidade da defesa nacional. Podem ser, obviamente, variáveis consoante as formas. Assim, pode acontecer, por exemplo, que a forma militar seja de nível alto e a forma psicológica, ou cultural, de nível baixo. Ou o contrário. Ou podem acontecer outras combinações. Uma nação que venda saúde será forte em todas as formas. A análise das circunstâncias históricas põe à vista esta variabilidade.

5. ALGUNS PROBLEMAS PARTICULARES

Procurei estabelecer um quadro analítico geral do problema da relação entre uma educação nacional e uma defesa nacional. Em complemento das reflexões realizadas, parece-me conveniente chamar a atenção para alguns problemas particulares que se nos põem hoje.

O primeiro é o problema da rede escolar. Vimos qual é a estrutura actual do sistema educativo português. Na base, a educação pré-escolar. Depois, o ensino básico de 9 anos, organizado em três ciclos: 1.º (o antigo ensino primário), 2.º (o antigo ensino preparatório) e 3.º (o antigo ensino unificado). A seguir ao ensino básico, o ensino secundário (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade). Finalmente, o ensino superior (universitário e politécnico). Em todos os casos, coexistem as modalidades pública e privada. A rede que existe é fruto de muita casuística e muito interesse cruzado. Está cheia de brechas e outras deficiências. Ora uma educação governada por uma teleonomia nacionalizadora, ordenada para a promoção e reforço da identidade nacional – e, desse modo, articulada organicamente com uma correcta política de defesa nacional –, deve disseminar completa e harmoniosamente por todo o território nacional e por toda a comunidade nacional o seu benéfico influxo. O que tem de ser suportado por uma rede sábia e racionalmente pensada.

Do desenho de uma tal rede, que deve ter nas Escolas Básicas Integradas (Escolas que integrarão os três ciclos do ensino básico e ainda, desejavelmente, o ciclo da educação pré-escolar) uma componente estrutural fundamental, porei em evidência apenas uma linha: a linha da fronteira. Na circunstância história actual, creio que a forma cultural e educativa da defesa é mais importante, na fronteira, que a militar. Como gosta de dizer o meu querido amigo Professor Dionísio Gonçalves, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, hoje os castelos da Idade Média são as Escolas, e sobretudo as

Escolas Superiores (Universidades e Politécnicos). Representam verdadeiras concentrações de consciência. E a consciência é o ingrediente culminante de uma eficaz defesa nacional.

O segundo problema particular que me parece merecedor de atenção é o da chamada «Escola Paralela» (14). Na década de 70, essa Escola era representada, no essencial, pelos meios de comunicação social, onde avultavam a imprensa, a rádio, a televisão e o cinema. Hoje, essa Escola é mais a informação e sobretudo a das novas tecnologias da informação (veja-se a velocidade vertiginosa a que avança a Internet...). Num país como o nosso, a televisão é crucial. A Escola é cada dia mais impotente face à televisão e aos outros meios de comunicação e informação. Tem que inserir a sua força na força desses meios. Isso significa que esses meios sejam levados a sério pelo poder político, que não poderá deixá-los desgobernados, devendo integrá-los democraticamente das formas adequadas e possíveis nos objectivos estratégicos da comunidade nacional.

O terceiro problema particular é o da língua portuguesa. Nunca repetiremos vezes de mais a proposição iluminada de Fernando Pessoa (15), *Minha Pátria é a língua portuguesa*. Ora o domínio da língua portuguesa tem vindo a degradar-se. A Escola tem grandes responsabilidades nesse facto. Se Fernando Pessoa teve razão na luminosa frase, então a degradação da língua é a degradação da Pátria e cultivar aprimoradamente a língua é cultivar efectivamente a Pátria. Dito de outro modo: cultivar a língua é promover e defender a nação.

O quarto problema liga-se intimamente ao terceiro: é o problema da lusofonia. Não ponho em causa a integração europeia de Portugal, no quadro de uma Europa polifónica, como me parece que é a Europa autêntica, a Europa real. Mas não vejo que Portugal como nação deva ser sacrificado nas aras de Estrasburgo e Bruxelas a uma mítica Europa transnacional que nunca existiu e que estará, por essa razão, condenada a nunca existir sob essa forma. Na praça dessa Europa temos 10 milhões de falantes. Mas nas praças, várias, do mundo lusófono temos hoje cerca de 200 milhões de falantes e esse número tem todas as condições para aumentar expressivamente. Se a nossa Pátria é a língua portuguesa, então onde se fala a língua portuguesa – como aquela em que se sente o que de mais íntimo e original há em nós e o que de mais profundo e verdadeiro fomos capazes de pensar –, aí está presente e viva a

(14) A expressão, já com mais de duas décadas, é de Louis Porcher.

(15) *Livro do Desassossego*, do semi-heterónimo Bernardo Soares, Lisboa: Ática, 1982: 2 volumes.

Pátria. A Pátria, que é finalmente algo de superior à Nação. A Pátria, que será então a realização suprema da Nação (16).

6. A ESCOLA CULTURAL PODE SER AQUELA DE QUE A PÁTRIA PRECISA E ATÉ AQUELA DE QUE A EUROPA PRECISA

Como atrás afirmei, o modelo cultural da Escola – a que tenho chamado Escola Cultural (17) – parece-me particularmente apropriado à defesa das identidades culturais e especialmente à defesa daquelas identidades culturais a que damos o nome de identidades nacionais (18). Tentarei explicar porquê.

A Escola Cultural caracteriza-se por: a) ser, na sua finalidade profunda, uma Escola que assume o acto educativo como acto intrinsecamente cultural; b) ser, na sua estrutura pedagógica, uma Escola pluridimensional. Não se quer que seja, por conseguinte, uma Escola meramente instrucional, mas verdadeiramente cultural. Também não se quer que seja uma Escola onde apenas ocorrem actividades lectivas. Pensa-se, com efeito, que nela devem ter lugar três grandes tipos de actividades educativas: a) lectivas; b) extra-lectivas; c) de interacção (das lectivas e das extra-lectivas). É dada grande ênfase às actividades extra-lectivas, organizadas em clubes escolares ou situações educativas equivalentes. Estes clubes devem ser constituídos e escolhidos livremente pelos alunos, em cooperação com os professores e a direcção da Escola. As actividades neles desenvolvidas devem ser de natureza cultural e desportiva. Assim, ao lado das actividades lectivas, de carácter obrigatório, os alunos podem entregar-se à prática de actividades extra-lectivas, de carácter livre.

Numa Escola Cultural, é suposto que todas as actividades educativas são realizadas com intencionalidade cultural. Mas parece claro que aquelas que o aluno livremente escolhe, por corresponderem aos seus gostos e vocações, podem encontrar nele uma mais profunda e autêntica ressonância. Daí que as actividades extra-lectivas e toda a vida cultural dos clubes escolares se

(16) Como escreveu Ortega y Gasset («La pedagogía social como problema político», in *Obras Completas*, 2.ª ed., Revista de Occidente, Madrid, 1950, p. 506), «la patria es una tarea a cumplir, un problema a resolver, un deber».

(17) Patrício, Manuel Ferreira (1990). *A Escola Cultural. Horizonte Decisivo da Reforma Educativa*. Lisboa: Texto Editora.

(18) Escreve Ricardo Nassif, op. cit., p. 128: «Cultura nacional y educación nacional son inseparables. La última es, obviamente, el vehículo de la primera, cuando la cultura nacional está consolidada, y es un instrumento para su búsqueda, su afirmación o su despliegue». O que se pretende é que a Escola Cultural exprima esta inseparabilidade.

afigurem altamente propícias à formação do perfil cultural das crianças e jovens. Este paradigma de Escola funcionou em regime de experiência pedagógica, entre 1987/88 e 1989/90, chegando a abranger 77 escolas de todas as regiões do continente. Os resultados alcançados correspondem às melhores expectativas, mas infelizmente a opção política governamental orientou-se noutra direcção, com os resultados que estão à vista.

Enraizada na vocação dos alunos e ao mesmo tempo na cultura local, regional e nacional em que estão imersos, a Escola Cultural exprime e potencia essa cultura, sem nenhuma espécie de localismo, regionalismo ou nacionalismo patológicos, antes num espírito de abertura plena à cultura humana, que é por definição universal. Os clubes escolares, dos mais diversos tipos – de música, de dança, de teatro, de poesia, de jornalismo, de ambiente, de artesanato, de ciências as mais diversas, de jogos e desporto, etc. –, constituem um espaço de criatividade e fruição cultural excepcional. Toda a dinâmica da Escola acaba por ser poderosamente influenciada por eles. Eles tornam-se, no seu tecido, e tornam a Escola, um verídico espelho cultural do País, contribuindo para o reforço da sua identidade cultural. Tornam-se, pois, uma verdadeira muralha de defesa nacional. Poderá, deste modo, afirmar-se que a Escola Cultural é porventura aquela de que a Pátria precisa neste momento, que é difícil mas também exaltante.

Irei mesmo ao ponto de dizer que a Escola Cultural é aquela de que a Europa precisa. Com efeito, o risco de asfixia e esvaimento da identidade cultural afecta a generalidade dos Estados da União Europeia. É necessário, a esta luz, que todos defendam essa identidade, cada qual a sua. Todos precisam, para esse efeito, de organizar a instituição escolar segundo o paradigma cultural. O facto de as presentes orientações da UE não irem neste sentido não constitui razão para abandonar esta ideia. Bem pelo contrário, são razões acrescidas para mais vigorosamente nos batermos por ela.

A riqueza de Portugal é essencialmente aquela realidade que o espírito português criou e que é a sua cultura. A riqueza da Europa é essa mesma realidade no plural. Não há Europa sem a prodigiosa pluralidade cultural que a caracteriza desde sempre. Não haverá futuro para a Europa sem essa pluralidade. A defesa nacional que advogo para Portugal implica um certo tipo de defesa educativa da realidade plurinacional que a Europa sempre há-de ser. Organizemos a educação das nacionalidades europeias nesta perspectiva. Acredito que os frutos serão os melhores.

COMUNICAÇÃO E PODER

O presente artigo corresponde a um trabalho monográfico individual elaborado pela autora, na qualidade de Auditora do Curso de Defesa Nacional (CDN/95) e seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

- O reconhecimento do Poder da comunicação social;
- O fruto proibido;
- A guerra do futuro faz-se com a informação;
- Que limites para a informação?
- A comunicação social é o mais democrático dos poderes.

COMUNICAÇÃO E PODER

1. O RECONHECIMENTO DO PODER

Porque a instituição castrense, na severa objectividade que sempre pauta a sua conduta, nunca se demorou pelo supérfluo, apareceria como afrontoso, no termo de um Curso de Defesa Nacional, abordar o debate sobre se a Comunicação Social é ou não Poder. Sabemos todos que sim, que é Poder – quarto, segundo ou primeiro é discussão que pede meças à do sexo dos anjos.

Entendem que os jornalistas detêm poder, por exemplo, todos aqueles que frequentam este curso de auditores, colocados demasiadas vezes perante uma postura da parte de alguns altos representantes da instituição castrense que facilmente se identifica como uma tentativa de minorização do papel da Imprensa da Rádio e da Televisão na sociedade de que essa mesma instituição é parte. Mas, porque este trabalho não pretende, minimamente, invadir os domínios da psicanálise, fica-se, pela afirmação quase axiomática de que a Comunicação Social é Poder. Sem esquecer essa sabedoria das nações que se traduz em provérbios como o que nos recorda que «quem não deve não teme».

A questão estará, pois, em saber quem teme e porque teme...

Voltarei oportunamente, à questão do temor da verdade, que quero aqui recordar na perspectiva pessimista (realista?) de Jean-François Revel:

«Ouvem-se muitas vezes cidadãos de países democráticos louvarem um homem político pela sua astúcia, pela sua arte de seduzir a opinião e de enganar os rivais. É um pouco como se os clientes de um banco plebiscitassem o director pelos seus talentos de carteirista. A democracia não pode viver sem a verdade, o totalitarismo não pode viver sem a mentira. A democracia suicida-se se se deixar invadir pela mentira, o totalitarismo se se deixar invadir pela verdade» (1).

(1) Jean-François Revel, «O Conhecimento Inútil» -- Publicações Europa-América (Colecção Estudos e Documentos, n.º 252)

A Comunicação Social é poder. Desde quando? Atrever-me-ia a dizer que desde que surgiram os primeiros jornais.

Os que defendem que o primeiro jornal de que há testemunho foi o *King Kon*, que se publicou em Pequim no ano 896 antes de Cristo e de que ainda existem exemplares guardados no tempo de Confúcio, na capital da China, (tinha uma tiragem de 155 exemplares, um dos quais se destinava ao imperador) falam da sua influência junto do Poder, o mesmo acontecendo em relação às Acta Diurna, uma espécie de «Diário do Império» que registava todos os decretos da Roma Magnífica (nascido da necessidade de levar às legiões augustas notícias da capital imperial e de cimentar um território fruto das conquistas e que era, praticamente, todo o Mundo então conhecido pelo Oriente).

Pode falar-se de Poder também em relação ao *Ching Pao* (ano 700) e à *Gazeta de Pequim* (1350) que se publicaram igualmente na China; da mesma forma que seria interessante analisar a influência real da *Cópia do Novo Diário das Terras Desconhecidas*, que se leu pela primeira vez na Alemanha, em 1508. Não querendo relançar aqui a polémica sobre a publicação que é referida como a pioneira da imprensa periódica em Portugal, da responsabilidade do presbítero e doutor em Teologia Manuel Severim de Faria, que fundou a *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e mais Províncias do Ocidente e Oriente* (com 52 páginas densas, publicou-se de 1625 a 1627), a verdade é que parece indesmentível que a sua influência foi além da informação pura que o próprio título pressupunha.

No entanto, o Poder que Rádio e Televisão herdaram recentemente nasce com a assumpção dos jornais da dupla função, cognitiva e pragmática, de porta-vozes e de produtores de uma força poderosa que se afirma na segunda metade do século XVII: a opinião pública. A propósito, cito Adriano Duarte Rodrigues:

«A partir da segunda metade do século XVIII, com o declínio do poder régio, fundamentado na vontade soberana, a opinião pública surge a pouco e pouco como uma instância fundamentada no saber: o soberano quer, o povo sabe. Por isso, os conflitos entre o rei e os nobres passam a ser derimidos pelo apelo à opinião pública como nova instância legítima indiscutível.

«Da figura do recurso à da sanção do Poder vai um passo. É, aliás, já esta segunda figura que está na origem do sistema eleitoral democrático, como origem e como sanção da legitimidade política» (2).

(2) Adriano Duarte Rodrigues: artigo publicado no «Diário de Lisboa» (Sete Ponto Sete), 6 de Junho de 1983

Comunicação como Poder, que o Poder, os outros poderes reconhecem publicamente...

Muitos foram os políticos que se aperceberam da importância real da Comunicação Social nos destinos das nações que dirigiram. Mas penso que Thomas Jefferson, o segundo presidente dos Estados Unidos da América, terá sido aquele que, mais radical e incondicionalmente, se pôs do lado do Jornalismo, atribuindo-lhe uma responsabilidade que esse mesmo Jornalismo, admitamo-lo, nem sempre terá honrado.

Dizia Jefferson, amiúde, que a Imprensa é o único sinal de alarme de uma Nação e, num discurso proferido em 1787, fez a seguinte declaração:

«Sendo a opinião pública a base do nosso Governo, o mais importante objectivo deve ser o de manter esse direito. E se me fosse dado decidir se deveríamos ter um Governo sem jornais ou jornais sem um Governo, eu não hesitaria um momento em escolher a última alternativa.»

Já antes Napoleão advertira que *«cinco gazetas hostis fazem um mal maior do que cem mil soldados inimigos no campo de batalha»*.

Mas, ao contrário do que deixa claramente entender a forma como são disputadas (e por vezes pagas) as colunas de opinião dos jornais, muitos foram os políticos que tiveram a argúcia de descobrir na notícia, na reportagem e na entrevista a verdadeira força da comunicação. Não na opinião.

Advertia Woodrow Wilson, outro presidente americano, que, em sua opinião *«uma grande parte dos negócios públicos depende dos jornalistas – não tanto dos editorialistas, mas sobretudo dos repórteres – porque a notícia é a atmosfera dos negócios políticos»*.

O mesmo sentir expressou Franklin Roosevelt quando, atacado pelos editorialistas, reuniu com os mais influentes, dizendo-lhes:

«Deixem-me fazer as notícias que, depois, vocês podem escrever todos os editoriais contra mim...»

Mais recentemente, dizia Giscard d'Estaing da sua experiência presidencial:

«Descobri que os meios de Comunicação Social são um Poder. Não o quarto Poder. O Poder e todo o Poder: hoje, 85% do que se sabe e do que se pensa vem nos media».

A Comunicação Social é Poder. Mas, como todos os poderes, vulnerável. Socorro-me de novo de Jean-François Revel:

«O papel de vigilante, de juiz e mesmo de inquisidor do Poder que a Imprensa se atribui, continuando salubre e necessária, constituiria segundo ela uma espécie de magistratura. Portanto, como todas as magistraturas, deve ser rodeada de garantias de competência e de imparcialidade. Ora, o «quarto poder» ou o «contrapoder» não passa de um poder de facto. Não possui substância constitucional, a não ser a que deriva do direito de qualquer cidadão de dizer e de escrever o que quer. Ao passo que os outros poderes, o judiciário e o legislativo, são eles mesmos poderes, recrutam os seus membros segundo critérios de representatividade ou de competência e moralidade definidos pela Constituição, pelas leis e pelos regulamentos, nada disso condiciona o emprego dos jornalistas» (3).

2. O FRUTO PROIBIDO

Mas será a vulnerabilidade do jornalismo (e portanto dos jornalistas) razão necessária e suficiente para que, nos sectores naturalmente mais fiscalizados pela comunicação social, proliferem os detractores da Imprensa, seja ela a escrita ou a audiovisual? Que atirem a primeira pedra os membros de uma profissão sem pecados paralelos ao da falta de preparação cultural ou técnica... ou ao da manipulação.

Mais fácil do que uma análise (porque não introspectiva) é a rotulagem dos jornalistas, de todos os jornalistas. Ou a assumpção da figura triste de quem dispensa a informação, de quem pode viver numa ilha de silêncio – mesmo sendo o primeiro-ministro e como tal aquele a quem a nação confiou os destinos do país, de todo o país sobre o qual se diz orgulhosamente desinformado.

Curioso será notar que os detractores da Comunicação Social, os que descem à praça pública para se assumirem como defensores da sua verdade ou do seu silêncio, são, de uma maneira geral, os testemunhos mais vivos do Poder da Comunicação Social. Quando, directamente ou através de assessores, namoram os favores dos jornalistas. Quando se insinuam como colaboradores periódicos ou esporádicos dos jornais, da rádio ou da televisão. Quando

(3) Jean-François Revel, obra citada

inscrevem no currículo o inconfessado orgulho do protagonismo jornalístico. Quando o Jornalismo é a única carreira que aceitam depois das mais altas magistraturas exercidas até então. Exemplos?

Em 1963, perguntaram a John Fitzgerald Kennedy o que gostaria ele de fazer depois de abandonar a Presidência dos Estados Unidos. Nessa altura ninguém duvidava que Kennedy obteria um segundo mandato e que chegaria ao fim desse segundo mandato com menos de 50 anos e com todas as suas faculdades intactas.

«Provavelmente, gostaria de dirigir um jornal», respondeu o presidente norte-americano.

Vejamos um exemplo europeu, francês. Numa III República com incessantes crises ministeriais, dois homens estiveram sempre, de uma forma ou de outra, envolvidos na solução dessas mesmas crises. Eram esses homens irmãos e um deles, Albert Sarraut, foi várias vezes ministro. O outro, Maurice, limitou-se a dirigir, em Toulouse, o jornal diário radical «La Dépêche». Poucos, em França, terão dúvidas de que o mais influente foi sempre o jornalista. O mais influente e o mais conhecido. Porque a Comunicação Social é Poder e, segundo Jean-Louis Servan-Schreiber, um poder crescente perante a estagnação (porque não diminuição) dos outros poderes.

Diz Servan-Schreiber ⁽⁴⁾ que *«a Imprensa é, num país livre, o único poder cujo funcionamento não se encontra organizado pela Constituição. E continua hoje, mais do que os outros, a crescer. Por duas razões: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que formam o conjunto do Estado, intervêm cada vez mais na vida e na organização das sociedades industriais. Mas, por causa da complexidade crescente destas últimas, a divergência maior das forças sociais, a sua capacidade de modificarem uma situação diminui com frequência, enquanto aumenta a superfície do seu domínio de acção. A Imprensa, pelo contrário, vê o seu poder aumentar: na própria medida em que o dos factores políticos tradicionais se parcelariza, porque a informação continua a ser a única síntese»*.

A evolução do poder da Comunicação Social é um facto, naturalmente polémico, naturalmente preocupante, até. A intervir (interferir?) nos mais insuspeitados vectores da vida actual.

Se há mesmo quem afirme que os jornalistas serão os combatentes das guerras do futuro?!...

(4) Jean-Louis Servan-Schreiber, «O Poder da Informação». Publicações Europa-América (Coleção Estudos e Documentos n.º 85)

3. GUERRA DO FUTURO FAZ-SE COM A INFORMAÇÃO

Seria imperdoável, a culminar um Curso de Auditores de Defesa Nacional e tendo (naturalmente) escolhido como tema de dissertação (reflexão) «Comunicação e Poder», passar sem uma paragem na entrevista que, em Março de 1994, Alvin Toffler concedeu a Sylvaine Pasquier, de «L'Express».

Não vou, naturalmente, reproduzir a entrevista ⁽⁵⁾, cuja leitura integral, de qualquer forma, aconselho vivamente. Menos pelas afirmações de Toffler em si mesmas e mais pela sua densidade, pelas portas que abrem à nossa imaginação, ao futuro. Mas penso que é importante a chamada de atenção para as mutações da sociedade, que não sabemos enfrentar ou que nos recusamos a fazê-lo, apesar dos alertas que Alvin e Heidi Toffler vêm gritando há mais de duas décadas. Algumas das suas obras («A Terceira Vaga», talvez a mais conhecida em Portugal, e «Os novos Poderes» e «O Choque do Futuro», entre outras) vêm soltando o aviso de que a civilização industrial se encontra agonizante e de que a herdeira será, inevitavelmente, a civilização do conhecimento, da técnica, da inteligência humana. Um conhecimento em que a informação é cimento e motor não apenas do desenvolvimento económico, mas da solução dos mais diversos problemas, inclusivamente os de natureza militar.

O mais recente livro de Alvin e Heidi Toffler, «Guerras e Contra-Guerras: sobreviver na alvorada do século XXI», é claro: mais do que vencer guerras, é necessário evitá-las. E as guerras só se vencem pela informação, pelo conhecimento que delas temos.

Reportando-me de novo à entrevista que Alvin Toffler concedeu a «L'Express», gostaria de reproduzir uma parte em que se refere à Guerra do Golfo, logo depois de falar com entusiasmo da doutrina do «AirLand Battle», do general Donn Starr, e depois de dissertar sobre as razões da surpreendente vitória israelita na Guerra de Yom Kippur. Disse Toffler:

«Uma das operações aéreas lançadas pelos aliados, colocou em cena armas inteligentes, providas de meios informáticos, detectores e radares. Os engenhos teleguiados, semelhantes aos satélites de escuta e de vigilância, desempenharam um papel determinante. Atribui-se, hoje, frequentemente, a

⁽⁵⁾ Entrevista concedida a Sylvaine Pasquier, de «L'Express», que o «Diário de Notícias» publica na edição de 14 de Abril de 1994 (Suplemento Cultura)

vitória às forças aéreas. Mas a guerra foi ganha pela informação, pelas tecnologias de informação, pelo conhecimento, pela inteligência humana e pela técnica. Não está longe o dia em que os exércitos possuirão mais computadores do que espingardas».

Outra perspectiva de Toffler, esta referente à guerra na ex-Jugoslávia:

«Temos provas fidedignas de que o conflito foi, em grande parte, fabricado pelas televisões sob o controlo de líderes regionais. Consequentemente, desde o início das tensões que poderíamos ter contrariado esses apelos à violência através dos mesmos meios: um emissor instalado na Grécia ou na ponte de um navio teria dado a palavra aos moderados que foram, em todo o lado, reduzidos ao silêncio. E depois... bem, para que servem os sistemas de interferência? Não seria difícil decretar o embargo à propaganda rancorosa. Não, os americanos e os europeus esperaram que houvesse pelo menos dois milhões de refugiados e qualquer coisa como 200 mil mortos e feridos para agir...»

Toffler expressa a sua confiança quase ilimitada na informação. Menos para ganhar guerras do que para ganhar a paz até porque *«a economia nascente da Terceira Vaga ignora fronteiras, forma vastas alianças transnacionais; uma espécie de arquipélago «hightech» constantemente em movimento. Nós entrámos num complexo sistema mundial de regiões, de sociedades, de religiões, de organizações não-governamentais e de movimentos políticos, todos rivais, defendendo interesses diferentes e mais ou menos interactivos. E, neste contexto altamente explosivo, a esperança que faz nascer a nova civilização não se poderia cumprir sem uma estratégia de paz».*

4. LIMITES PARA A INFORMAÇÃO?

Proclamar o poder da Comunicação Social, analisar-lhe as virtudes ou exaltar-lhe os defeitos não fará, sequer, uma abordagem ao verdadeiro problema existente que é o dos conflitos entre poderes. Conflitos reais e onde, tantas vezes, o **Interesse Nacional** é algo mais do que o espantinho indevidamente agitado com demasiada frequência.

Integrada numa comitiva do IPI (International Press Institut), percorri as principais cidades da República Federal da Alemanha, em 1978. Visitávamos

jornais e revistas, parques gráficos e estúdios de Rádio e de Televisão numa altura em que a Lei Marcial fora decretada no país. O controlo das fronteiras e o patrulhamento das ruas estavam entregues ao Exército, e recordo que um pequeno passeio, depois de jantar, no quarteirão do hotel, foi ainda mais curto pelo incómodo das sucessivas identificações a que era forçada pelas patrulhas militares.

Mas, o que se passava na Alemanha que justificasse tão rigorosas medidas de segurança? Apenas mais um de uma série de actos de terrorismo levados a cabo pela Fração do Exército Vermelho do grupo de Extrema Esquerda cujo nome aterrorizava, por essa altura, a Europa Central: Bahder-Meinhoff. Só que esse golpe fora mais fundo: tinham raptado Hans Martin Schleir, o presidente da Confederação dos Empresários alemães.

Só que algo se passava que escapava à compreensão de toda a equipa do IPI de que eu fazia parte: como era possível, perante um acontecimento de tamanha projecção, num cenário de tão grande belicismo, que os jornais alemães, as rádios e as televisões omitissem, pura e simplesmente, todo e qualquer noticiário sobre o caso?

A verdade soubémo-la da boca do porta-voz do Governo Federal: perante o rapto e depois de uma reunião de emergência, o Governo decidiu convocar os directores de todos os órgãos de comunicação social e os representantes dos jornalistas. No encontro, todos foram colocados perante uma verdade que surgiu como irrefutável: os únicos dividendos que o grupo guerrilheiro pretendia obter da sua acção eram de natureza publicitária. Ora, o *lock-out* informativo frustraria os objectivos do grupo e poderia ser que, perante objectivos nulos, as acções também se reduzissem, por inúteis, progressivamente até ao zero.

Numa medida sem precedentes na própria Alemanha, a Comunicação Social deixou que o seu direito (e dever) de informar cedesse perante aquilo que foi considerado como alto interesse nacional. E as notícias, discretíssimas, só surgiram quando, vários dias mais tarde (já eu me encontrava em Portugal), o corpo de Hans Martin Schleir foi encontrado na mala de um automóvel. Fora assassinado pelos terroristas.

Não cabe no domínio desta reflexão uma outra, não menos profunda, decerto mais polémica, sobre se o *lock-out* informativo terá sido de alguma eficácia no caso Schleier propriamente dito – ou mesmo na diminuição dos actos terroristas na Europa Central. Ou se, bem pelo contrário, ela terá apressado (mesmo determinado) a morte do *patrão dos patrões* da Alemanha Federal. Não cabe essa reflexão neste trabalho, como não têm cabimento tantas outras envolvendo questões importantes como o tempo e o lugar. Por

exemplo se, na mesma Alemanha, hoje reunificada e com os problemas inerentes ao derrube do Muro de Berlim, era possível, «em nome da Nação», guardar esse silêncio informativo. Mais ainda: se, mesmo perante a unanimidade dos detentores do poder de informar na Alemanha, essa mordaza «em nome da Nação» teria qualquer eficácia mediante as armas poderosíssimas dos satélites de comunicações e das antenas parabólicas.

E não me atrevo, sequer, a perguntar, se a mesma postura da Comunicação Social era possível em Portugal – hoje como no tempo em que assassinaram Hans Martin Schleier ou Aldo Moro.

Reconhecendo embora que há assuntos «classificados» que não devem e não podem ser do domínio público (e o curso que acabamos de completar traça, claramente, as fronteiras da confidencialidade de Estado), questiono-me como cidadã e como jornalista se a solução do problema dos assuntos reservados consiste em ocultar a informação aos repórteres (e falo na informação a que eles mesmos tiveram acesso por qualquer forma e por qualquer fonte e que perseguem, investigando), ou se, pelo contrário, estará na rectificação (e complementaridade) de todas as incorrecções que essa informação contenha – ainda que, para de seguida, mostrar aos jornalistas a natureza confidencial dessa mesma informação.

5. O MAIS DEMOCRÁTICO DOS PODERES

Questionar-se-á sobre se os jornalistas estão preparados para lidar com material «classificado» e *educados* no respeito pelo *off the record*. Mais de 20 anos de jornalismo permitem-me garantir que os raros desvios que conheço a essa regra de ouro da Deontologia da minha profissão nem podem considerar-se como tal, na medida em que resultaram, ou de um mal-entendido, ou de um logro em que se pretendia fazer cair o jornalista.

Não raramente, mais pernicioso do que a divulgação da verdade, ainda que classificada, é a difusão da meia-verdade – tantas vezes tão destrutiva como a mentira inteira. A informação incompleta é, frequentemente, geradora de especulação. Quando não despoleta o pânico!

É consabido o apetite pelo fruto proibido. O quotidiano está cheio de exemplos de que a verdade total, despida de todos os mistérios e sem aguçer a imaginação não estimula desvios comportamentais. A porta escancarada não desperta a cobiça da frincha ou do buraco da fechadura. Daí que não seja de estranhar que nada desafie mais um repórter do que dizer-lhe que não pode ir-se mais além na divulgação de uma notícia...

O problema maior reside, habitualmente, na funcionalização da notícia que o mesmo vale por dizer na remissão do jornalista para uma cadeia hierárquica de polifonia e tantas vezes ridicularizante da instituição a que pertence. Funcionalismo público e instituição castrense fazem de cada informação, por mais simples que seja, um *dossier confidencial*. Em nome do regulamento. Em nome da disciplina. Por gosto ou por mediocridade.

Como jornalista que já o era nos difíceis dias de Censura Prévia e perante os conflitos constitucionais de direitos, liberdades e garantias, tenho a natural tendência para colocar-me sempre do lado da liberdade. E do direito à informação. E do direito de acesso às fontes. Com um respeito sagrado mas vigilante pelos direitos individuais, pelos direitos de personalidade onde se consagram as garantias da vida privada. Vigilante por formação e por obrigação. Com natural subordinação ao material classificado, mas sem deixar de pesquisar se essa classificação defende a Democracia ou interesses particulares.

Defendo o direito a uma informação livre, responsável e responsabilizada – reconhecendo, embora, que o conceito cada dia mais amplo de liberdade pode vir a tomar-se paradoxalmente limitativo.

Liberdade que é o grande suporte do Poder democrático que a Comunicação Social detém, e como tal temida por Lenine, que afirmava:

«A liberdade de Imprensa é a liberdade de que a burguesia se apossa para organizar politicamente os seus acólitos. Dar-lhes uma arma como a liberdade significaria facilitar o combate ao adversário, ajudar o inimigo. A liberdade de Imprensa representa, em todo o mundo capitalista, a liberdade de comprar, corromper e dividir a opinião pública em benefício da burguesia».

Por isso se entende o apetite de algumas forças políticas de imporem progressivos limites à liberdade de informar – que o mesmo representaria diminuir o Poder da Comunicação Social, reduzir a sua capacidade fiscalizada. Daí as afirmações e as atitudes minimizantes dirigidas aos jornalistas por detentores de outros poderes – mais frequentemente o político e o económico – um e outro muitas vezes sem conseguirem esconder intenções inconfessadas.

É inquestionável o Poder da Comunicação Social – um poder que eu diria o mais democrático, o mais representativo. Até porque diariamente sufragado no voto directo da compra do jornal ou do ligar a Rádio ou a Televisão.

Com desvios e marginalidades, naturalmente. Mas os controlos de tiragens e de audiências acabam por ser a letra de um acórdão inexorável e (quase) sempre justo.

Olga Vasconcelos

BIBLIOGRAFIA

- Neale Cople, «El Nuevo Concepto del Periodismo» – Ed. Pax, México.
- José Maria Desantes, «La Información como derecho» – Ed. Nacional, Madrid.
- Marcel Aymé, «Le Confort Intellectuel» – Flammarion, Paris.
- Alfred Sauvy, «La Opinión Pública» – Oikos-tau, Barcelona.
- Mikis Theodorakis, «Cultura e Dimensões Políticas» – Europa-América.
- Jean-François Revel, «O Conhecimento Inútil» – Europa América.
- Jean-Louis Servan-Schreiber, «O Poder da Informação» – Europa-América.
- Max Weber, «Économie et Société» – Plon, Paris.
- Edgar Morin, «Les Stars» – Ed. du Seuil, Paris.
- Cadernos de Jornalismo e Comunicação, Ed. Jornal do Brasil, S. Paulo.
- D. Krech e R.S. Crutchfield, «Théorie et Problèmes de Psychologie Sociale» – Presses Universitaires de France, Paris.
- Robert K. Merton, «The Sociology of Knowledge and Mass Communication» – The Free Press, Glencoe.
- Jean Stoetzel, «Fonctions de la Presse: a Coté de l'Information» – Études de Presse, Paris.
- Jean Cazeneuve, «Sociologie de la Radio-Télévision» – Que Sais-Je, Paris.
- Georges Verpraet, «Métiers et Visages de l'Information Moderne» – Ed. Nérét, Paris.
- George L. Bird, «The Press and Society, a Book of Readings» – Prentice-Hall, New York.
- U. van Volder «Soziologie der Zeitung» – Ferdinand Enke Verlag, Stuttgart.

THE RETURN TO EUROPE OR THE CRISIS OF CIVILIZATION?

O presente artigo resulta de um trabalho de investigação do autor elaborado na sua qualidade de Conferencista e Colaborador do Instituto da Defesa Nacional, seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

Neste artigo, datado de 1995, o autor examina o período de transição pós-comunista vivido pelos Países da Europa Central e de Leste, desde a expectativa criada pela revolução de 1989, designadamente, de acesso à «Ordem Liberal» de tipo Ocidental, passando pela análise dos fenómenos políticos entretanto ocorridos, de que são exemplos a evolução da situação e das condições de segurança regional, na ex-Jugoslávia e na ex-Checoslováquia, e para além disso, alertando para a existência de uma «Crise da Civilização Europeia», factos estes, entre outros, que vieram atrasar e obrigaram a reconsiderar os processos de transição para a Democracia e de integração na Europa Ocidental.

Dr. Martin Palous
Charles University - Academy of Science
Czech Republic

THE RETURN TO EUROPE OR THE CRISIS OF CIVILIZATION?

I

Five years already have passed, since the Soviet empire collapsed down and the European situation dramatically changed. Looking back at what have experienced during this period and trying to understand what really happened after the spectre of communism, which was going around Europe for almost one and half centuries finally disappeared, we should first realize another important change which took place in the meantime: There is a remarkable difference between our perception of that event in the very beginning of this new era and now.

In 1990, we were told repeatedly by prominent Western observes of the events in East-Central Europe that there was nothing particularly original in the revolutions of 1989: «With all the fuss and noise, not a single new idea has come out of Eastern Europe in 1989»⁽¹⁾. What happened there and what was greeted with great enthusiasm and joy, was understood as a liberation, as a restoration of an already known and existing Western liberal order. «The ideas whose time has come are old, familiar, well-tested ones – (It is the new ideas whose time has passed)»⁽²⁾.

In 1995 however, the overall picture of East-Central Europe is definitely less rosy than it was five years ago and the role played by all these «old well-tested ideas» is not at all unequivocal and entirely unproblematic. What we observe in East-Central Europe nowadays, are not only their more or less successful «implementations» – i.e. political and economic reforms essentially «on track», in most of the post-communist countries – but also many other, rather disturbing and unexpected phenomena. There is the unprecedented Bosnian debacle – not only a disastrous product of nationalism which resur-

(1) French historian François Furet, quoted on page 27 in Ralf Dahrendorf (1990). *Reflections on the Revolution in Europe*. Chatto and Windus: London.

(2) A quotation from English scholar Timothy Garton Ash, *op. cit.* above page 28.

faced in many parts of East-Central Europe after the collapse of communist ideology, but «the greatest collective security failure of the West since the 1930's», as one high-ranked U.S. official put it recently⁽³⁾.

Should we perceive the political processes in the post-communist countries only as more or less successful «transitions to democracy»? Or is there much more at stake here than only the «westernization» of the East, but also other transitions have to be taken into consideration? Should the collapse of communism be understood as the victory of the «old» western world over the hubris of utopias and the totalitarian deformation of «well-tested» European political traditions? Or should we see here at the same time the crucial moment in the historical process which started already in the beginning of the twentieth century, and whose consequence is that both politically and spiritually Europe lost her until then undisputed and undisputable dominant position in the world? Is the process going on in Europe after the collapse of communism, a mere home-coming of «post-totalitarians» from their Babylonian captivity to the nice, prosperous, and safe haven of the West? Or is the current rapprochement of East and West in Europe taking place at a moment of profound crisis in European civilization, and Europeans cannot go, as they might like to, «back to the future», but find themselves in an entirely new, unprecedented, and thus unknown situation?

The aim of this paper is to look at both models – «return to Europe» and «crisis of European civilization» – more closely and to point to some of their practical and/or theoretical implications. My guide as far as «return to Europe» is concerned, will be Ralf Dahrendorf, i.e. I will depart from the concept of «open society» coined by his teacher, Karl Popper, and Dahrendorf's description of the political processes in East-Central Europe as the «re-opening» of societies which were kept closed under totalitarian domination.

The theme of crisis of European civilization or European mankind was introduced into the philosophy of our century by Edmund Husserl and then picked up and developed by many others. I will mention here from three thinkers, who in spite of many significant differences, have something essential in common: Hannah Arendt, Jan Patocka and Erich Voegelin. They all came from Central Europe. They all were members of the same generation, being born in the beginning of our century and passing away prior to the collapse of communism (Arendt and Patocka in the seventies and Voegelin in the eighties). They could all observe the emergence of totalitarianism in the countries of their

(3) Richard Holbrooke: America, A European Power. Foreign Affairs, March/April 1995.

origin and the totalitarian form of government fundamentally influenced their lives. They all were confronted with the challenge of Husserlian phenomenology and were convinced that in order to understand the roots of contemporary political crises in Europe, it is necessary to return to the immediate experience of human matters and «to recapture the reality»⁽⁴⁾.

While the «return to Europe» approach seems to be very present in current political debates and decision-making processes throughout East Central Europe – it underlies practically all political programs and conceptions the East Central European politicians are coming forth with and trying to sell to the public, both domestically and internationally – all warning signals of the crisis of European civilization seem to be rather suppressed and marginalized in the post-communist political debates. This is on the one hand perfectly understandable. On the other hand, when we realize where do we stand five years after, gives us, in my view, enough reasons to become again more aware of and more sensitive to exactly this aspect of current European situation.

II

«What does it all mean, and where is it going to lead (you want to know)? Are we not witnessing a process of dissolution without anything taking the place of the old and admittedly dismal structures?»⁽⁵⁾ With these questions, Ralf Dahrendorf, a prominent British political scholar, opens his *Reflections on the Revolution in Europe*, in my view the most lucid account of the collapse of communism in 1989, written in the form of a letter dated in April 1990, «intended to have been sent to a gentleman in Warsaw». The model for this writing was Edmund Burke, who did similar thing in 1790 when he in a similar letter («intended to have been sent to a gentleman in Paris»), articulated his opinions concerning the French Revolution:

«...though I do most heartily wish that France may be animated by a spirit of rational liberty, and that I think you bound, in all honest policy, to provide a permanent body in which that spirit may reside, and an effectual organ by which it may act, it is my misfortune to entertain great doubts concerning several material points in your late transactions.»⁽⁶⁾

⁽⁴⁾ E. Voegelin: Autobiographical reflections.

⁽⁵⁾ Page 4, Ralf Dahrendorf (1990).

⁽⁶⁾ Selected Works of Edmund Burke. Volume I (1905). Reflections on the French Revolution. Methuen & Co.: London, page 14.

Dahrendorf's message is pretty clear: as far as European revolutions are concerned, nothing much has changed between 1970 and 1990. The central problem of post-communist countries, returning after decades of forced separation to Europe is apparently the one which has occupied the minds of all modern European revolutionaries: How «to provide a permanent body in which a spirit of rational liberty may reside»? How to create, after an out-lived, «ancient» regime was displaced or simply fell apart, a new body politic? How to transform a profoundly negative force of revolution into the architectonic power of lawmaking and city-building? How to follow the American rather than the French example in this matter and found a new political order «without violence and with the help of a constitution»⁽⁷⁾?

Dahrendorf was inspired by the Burkeian conservatism: In times of revolutionary change, even «when, in the course of human events, it becomes necessary for one people to dissolve the political bands which have connected them with another», to paraphrase the opening sentence of American Declaration of Independence, it is law and tradition (and not utopian political doctrines) which only can constitute a solid basis for human liberty and free political institutions. East-Central Europeans can only succeed in their revolutions – i.e. after they managed to dissolve all connections with the ancient regimes – if they reintroduce the rule of law in their countries, renew all institutions of freedom in their societies, restore the political culture based on civic values and the virtues of citizenship, in short, if they are able to transform the whole social fabric inherited from the *ancient régime* and become once again an «open society». From Dahrendorf's point of view the bottom-line of the story which is going on in East Central Europe is simple: *the societies which have been closed for decades are now reopening again.*

Eastern Europe had to undergo a drastic and, in a way, an artificial change during the period of communism. What happened was historically unique and unprecedented: the totalitarian regimes which came to power in all countries in the zone of Soviet influence⁽⁸⁾, succeeded to close their societies. Seeing the basic source of their legitimacy in the utopian ideology of Marxism-Leninism,

(7) Cfr. Hannah Arendt. What is Authority. In: Between Past and Future Six Exercises in Political Thought. The Vicking Press New York, 1961, page 140.

(8) And that meant first «satellization», i.e. «binding of the region's states to the Soviet Union», and than «sovietization», i.e. «the transformation of the regions's domestic, political, economic and social structures, institutions, and patterns according to Soviet norms and values.» – Cfr. Charles Gati: The Block that Failed. Soviet-East European Relations in Transition. Indiana University Press, Bloomington & Indianapolis 1990, pages 9-23.

using the most horrible methods of social engineering, committing crimes against humanity, the totalitarian rulers finally succeeded in paralysing practically all institutions which are, under the normal conditions, an indispensable part of all bodies politic. They liquidated not only all their opponents in the power struggle, but also all «soft» institutions of civil society. They disabled not only the mechanism of parliamentary democracy (where criticism of the government and replaceability of those in power by others with different policies are the necessary conditions) but also destroyed all mechanisms and structures, whose function is not to compete for political power but simply to make the political body «open» – i.e. to make it responsive to all instigation coming from outside or from within and capable of self-reflection and self-transformation. Politics in the closed society, instead of being «a hypothesis which is permanently tested against reality and corrected in the light of experience», in the words of Ralf Dahrendorf's teacher in the matters of open society, Karl Popper, becomes a pure technology of rule and dominion. The public space was destroyed and what remained was the administration of life functions of the «socialized» human collective.

In the course of time, however, this almost perfect stability turned to be even from the point of view of its own preservation, the socialism's most serious imperfection: no matter how sincerely the enlightened leaders, who from time to time appeared on the top of the hierarchy of power, wished to use their position to modernize the outdated social order, socialism has proven to be unreformable. The truth was very simple: any attempt to break up its closeness, to problematize its revolutionary dogma, to make it «more human», «more efficient», or «more up-to-date», could result only in the loss of «legitimacy» of the socialism's foundation. What had been gradually withering away during the history of the communist regimes, was certainly not a «state», as the founding fathers of the movement had wrongly predicted, but something else: a power generated by the very existence of a political community, a power, capable of animating a body politic and keeping it together. The biggest problem and the proverbial Achilles's heel of totalitarian regimes was, according to Hannah Arendt, that of ancient tyranny. Being a corrupted or perverted form of government («political combination of force and powerlessness»), condemning the rulers as well as the ruled to «impotence and futility», tyranny:

«prevents the development of power, not only in a particular segment of the public realm but in its entirety; it generates, in other words, impotence as naturally as other bodies politic generate power...: it alone is unable to develop

enough power to remain at all in the space of appearance, the public realm; on the contrary, it develops the germs of its own destruction the moment it comes into existence»⁽⁹⁾.

Seen from this point of view, the revolutions of 1989 had much less of positive content than some of their participants, and above all some of the most outspoken outside observers of these events, would like to admit. What we observed, witnessed or eventually took part in, were not so much the masterfully concerted actions of «velvet» revolutionaries, but a sudden break-down of the delegitimized and, by its own «perestrojkas», undermined regimes. The closed systems simply collapsed down and the societies which had been kept closed for decades immediately started to reopen again. The revolutionary activities which burst out in East-Central Europe during the annus mirabilis 1989 were not the immediate cause of the collapse, but rather its first and the most visible consequence.

As I already indicated, Dahrendorf's approach to the phenomenon of European revolutions – no new ideas, but rather the return to the «old, well-tested» ones – is in a way «counter-revolutionary»: «Edmund Burke argues eloquently that the whole point of 1688⁽¹⁰⁾ was to prevent a revolution like in France 1789»⁽¹¹⁾, to prevent «reigns of terror and virtue», which characterized the rule of the Jacobins. In observing East-Central Europe 1989-1990, as he said at the beginning of his letter, «from his Oxford study», Dahrendorf apparently wanted to make a similar argument and his message sent to all post-communist politicians was pretty clear:

«Neither Central Europe, nor social democracy nor any euphemism for the «middle way» must be thought of as a system, or indeed a Utopia, if liberty is what we want. The choice between freedom and serfdom is stark and clear, and it offers no halfway house for those weaker souls who would like to avoid making up their minds»⁽¹²⁾.

⁽⁹⁾ Hannah Arendt: Human Condition, The University of Chicago Press, Chicago & London, 1958, page 202-203.

⁽¹⁰⁾ 1688 was a year of the «Glorious Revolution» in England, and we might add also 1776 of the American Revolution.

⁽¹¹⁾ Ralf Dahrendorf: op. cit. page 10.

⁽¹²⁾ Ralf Dahrendorf: op. cit. page 62.

The enthusiasm of liberation must not obscure the reality that a choice must be made here between two opposite alternatives and that no «third» way is possible between them; that the major issue of post-totalitarian politics is going to the conflict «between advocates of systems and defenders of the open society»⁽¹³⁾. Only after the «choice between freedom and serfdom» is made and the existence of open society guaranteed, the normal politics can emerge, where a «hundred options may be on offer, and three or four usually are»⁽¹⁴⁾. The post-communist politicians were «to go back to the 1780s, to the lessons of the great transformations of that time» and to use The Federalist Papers, as an «unsurpassed manual of liberal democracy»⁽¹⁵⁾: The biggest threat to democracy in the times of transition and of disordered society, warned James Madison, was weak government. The key question is then what «republican remedies» can be used to make the government stronger; how the emerging open society can be stabilized and protected not only against the forces of «the ancient regime», but also against those new politicians who pretend to be the speakers of the people but in reality serve their own self-interest and seek to «aggrandize themselves by the confusion of their country», in the words of the other Federalist, Alexander Hamilton⁽¹⁶⁾.

The relation and proper ordering of very different agendas in the process of transition, the correct sequencing of «constitutional» and «normal» politics and the right choice and use of «republican remedies» which are capable of making the government stronger, is, in Dahrendorf's account, the key problem. The envisaged ideal schedule of transition to democracy develops, according to Dahrendorf, as follows: First comes the problem of the constitution⁽¹⁷⁾. Then «normal» politics bursts in and the economic reform must be executable within this environment⁽¹⁸⁾. The key, however, the lengthiest process, according to Dahrendorf, is the third problem: the emergence of civil society:

«The third condition of the road to freedom is to provide the social foundation which transform the constitution and the economy from fair-weather

⁽¹³⁾ Ralf Dahrendorf, *op. cit.* page 62.

⁽¹⁴⁾ *Ibid.* page 35.

⁽¹⁵⁾ *Ibid.* page 30.

⁽¹⁶⁾ The Federalist Papers, First letter of Alexander Hamilton.

⁽¹⁷⁾ «The formal process of constitutional reform takes at least six months» (Ralf Dahrendorf, *op. cit.* page 99).

⁽¹⁸⁾ «A general sense that things are looking up as a result of economic reform is unlikely to spread before six years has passed.» (*ibid.* page 99-100).

into all-weather Institutions capable of withstanding the storms generated within and without, and sixty years are barely enough to lay these foundations»(19).

If at the very beginning of the revolutionary transformation arrives «the hour of the constitutional lawyers» and a little later «the hour of the politicians», these two would «mean little without the hour of the citizen.»(20) Only then and not in the moment when the post-communist countries are eventually admitted to the European Union or NATO, the «return to Europe» from the totalitarian captivity, will become an irreversible and undubitable reality.

Dahrendorf's letter is not and it certainly does not want to be a masterplan for post-totalitarian politics of transition or a handbook to be used by post-totalitarian politicians. The lucidity and depth is achieved here just because the author himself consciously rejects to be read that way. Having told «candidly his sentiments» similarly as Edmund Burke did two hundred years before him, Dahrendorf also concludes his letter: «I have little to recommend my opinion but long observation and much impartiality»(21).

«I also like the way Burke winds up his epistle by describing himself as one who "when the equipoise of the vessel in which he sails may be endangered by over-loading it upon one side, is desirous of carrying the small weight of his reason to that which may preserve its equipoise". Is there a more measured way of describing a countercyclical view of things? Liberty above all is what I believe in. The goal may be obvious, but the path to it has many pitfalls. We can help overcome some of them, but for the most part our own energy and sense of purpose are called for. The rest is luck. I keep my fingers crossed and hope for the best. This I do with all my heart».(22)

III

Looking at East-Central Europe in the spring of 1990 Dahrendorf certainly scored many good points. In the today's perspective, however, his basic scheme

(19) Ibid. page 100.

(20) Ibid. page 100.

(21) Edmund Burke, op. cit. page 199.

(22) Ralf Dahrendorf, op. cit. page 164.

– post – totalitarian politics as a unreconcilable struggle between «advocates of systems and defenders of open society» – is simple incomplete and omits the most critical aspects of our current situation. Democratization, transition from the totalitarian state socialism to the liberal political order of the Western type, is only a part of the process initiated by the revolutions of 1989. All so called complications on the road from serfdom to freedom – the rise of nationalistic movements, the turmoil and civil wars in different areas of the post-communist region, the overall destabilization not only of East-Central Europe but of the international order in general – all that indicates more than clearly that there is something wrong with the dominant understanding of the current political processes. With respects to the change of the political climate in Europe which has taken place between the beginning of 1990 and now, it is obvious that the interpretation of the meaning and the political implications of the collapse of communism, formulated in the optimistic political atmosphere after the great victory of liberal ideas and after the unconditional surrender of Europe's biggest enemy, was at least shortsighted, or maybe entirely mistaken⁽²³⁾. After decades of stability and rigid constellations we are approaching not the «end of history», but a period of uncertainty and difficult length search for a new balance.

First, what seems to escape the Dahrendorfian point of view is the basic fact that the liberation and revolutions came after the period of totalitarian governments, which did not only deprived the East-Central European of their liberties and rights, but also closed the East-Central European societies «noetically», i.e. paralyzed their members as far as their capacity to live in the public space of polis, to share one common world with their fellow-citizens, to think together about the «human affairs», to articulate them in speech and to «act in concert»⁽²⁴⁾. If we want to analyse the post-totalitarian development, if we want to understand the basic patterns of post-totalitarian political culture and behavior, we should also pay attention to that bizarre state of «epistemologic chaos» in which the post-communist societies find themselves in the moment

⁽²³⁾ A serious warning, as far as the present state of matter in Europe, comes, for instance, from one of the biggest champions and the most active supporters of the idea of open society in the post-communist world, George Soros: «The collapse of the Soviet Union threatens to become a defeat for the free world because we are failing to integrate this region into the free world and, instead of being integrated, it is disintegrating. Indeed, what used to be the Soviet Union may become a black hole which may eventually swallow up civilization.» (George Soros: *The National Dictatorships and Open Society*, expanded version of a lecture delivered at the Harvard Club of New York, November, 18, 1992).

⁽²⁴⁾ Cfr. Hannah Arendt: *Human Condition*.

of their «re-opening»⁽²⁵⁾; we should seek to understand their basic «mental» condition, which is still very much rooted in their totalitarian past; we should study not only the various facts of post-communist politics, but also the post-totalitarian political culture, the process of the re-invention of politics by the post-totalitarian political mind.

The second problem of the post-communist political processes in Europe omitted by Dahrendorf, concerns the close interaction between the domestic and international change: what we are confronted with is not only the process of democratization (i.e. the transformation of a regime, which collapsed down) and its eventual problems and difficulties, but a *dual transition*, «domestic transitions within an international system itself in transition»⁽²⁶⁾. The collapse of regime (state socialism, totalitarianism) in East-Central Europe has been accompanied by the collapse of empire. We observe here states disintegrating irretrievably and being replaced by new ones. Is the agenda of a state or nation-building compatible with that of re-opening and democratization? Is it not true that these two processes have very rarely fit together in Europe's past⁽²⁷⁾?

The third problem not considered at all by Dahrendorf is a kind of extension of the two previous ones. The «epistemological chaos» and the reality of «international system in transition» characterize quite obviously not only the current situation of the post-communist countries of East-Central Europe. We are not dealing here with the political processes which can be contained in the region of their origin. On the contrary, from the very beginning they spill over its borders, not only influencing decisively the situation in the Western part of the «old continent», but having also a global dimension. Even the greatest champions of open society, even the regions where this «most precious invention of the West» has taken its deepest roots, are wessley-null made part of the process of post-totalitarian re-opening. What is going to happen in and with East-Central Europe will act as a kind of catalyzator for the political processes also elsewhere: definitely, in the rest of Europe and in the West in general, but also on a global scale.

Summing up: With respect to what is going on after the collapse of communism in Europe, Dahrendorf's sharp choice «between serfdom and freedom» seems to be an oversimplified bifurcation. Interpreting the post-communist transitions as «reopening of temporarily closed societies» only,

⁽²⁵⁾ Cfr. Gabriel Andreescu: Violence and Transition Period.

⁽²⁶⁾ Bunce, op. cit.

⁽²⁷⁾ Bunce, op. cit.

seeing the principal problem of post-communist societies in the choice to be made between two options – «with no “third way” possible between them» – Dahrendorf completely omits the heart of matter and blurs the most important distinctions. What escapes his simplistic dichotomy is that there is something more important, more powerful at stake now than the process of post-communist democratization and re-Europeanisation; that this process has not only an European, but also a global dimension. What we are living through and experiencing with is not only the collapse of communism, but also the end of an era in the history of mankind, the most profound crisis of European civilization.

IV

As far as the diagnosis of the current state of Europe we want to depart from late Edmund Husserl: Europe has fallen into a crisis in the twentieth century. What is at stake primarily is the noetic capacity of Europeans, the dominant form of European reason, i.e., the scientific way of knowing. What, however, Husserl means by Europe? Europe, as he tries to explain, has never been only «a conglomeration of different nations influencing one another only through commerce and power struggles»⁽²⁸⁾. It is a historical formation which in spite of all changes and metamorphoses has been always animated by one and the same spirit – «a new spirit, stemming from philosophy and its particular sciences, a spirit of free critique and norm-giving aimed at infinite tasks, dominating humanity through and through, creating new, infinite ideals»⁽²⁹⁾. Europe in this Husserlian sense means a civilization, constituted by the Greek discovery of THEORIA, by the reception of a certain permanent timeless principle – logos and ratio; by the recognition that the human life can be founded upon reason.

There is no doubt, that it was the «efficacious knowledge» of modern science which was born in the seventeenth century in the philosophy of Galilei, Descartes and others, enable Europeans to improve radically the living conditions of their societies and made Europe an undisputed hegemony in the world affairs. There was, however, a price to be paid for this spectacular success.

⁽²⁸⁾ Edmund Husserl: *The Vienna Lecture (The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology*, trans. by David Carr, Northwestern University Press, Evanston 1970, p. 289).

⁽²⁹⁾ *Ibid.*, p. 289.

Modern science, warned Husserl, fell in the same time into trap of «naturalism and objectivism». What can modern science tell us, if we want to leave aside the realm of facticity and start examining the process of scientific objectification itself? What does it rest upon? What is that, what is able to unify various individual acts and performances of science into some coherent whole? Is not a grave and strange matter that all questions concerning the links between scientific truths and their meaning in human life – all questions which are of central importance from the point of view of the human individual being – are systematically excluded as «unscientific»? Is not modern science, in its hunt for objective reality, losing from sight something essential for the rational way of living, something without which human reason remains unintelligible to itself, and that is its own subjectivity?

Modern science, concluded Husserl his Vienna lecture from 1935⁽³⁰⁾, regardless to its spectacular successes, has estranged itself from its original ideal. Because it is unable even to register the problem posed by the subjectivity of human reason and knowledge, its rationality «is of a piece with the rationality of the Egyptian pyramids»⁽³¹⁾. In spite of its enormous potential, it suffers from the lack of rationality and that is the principal cause of the current European crisis.

The Husserl's response and proposal how to escape from the crisis of European existence – how to avoid «the downfall of Europe in its estrangement from its rational sense of life, its fall into hostility toward the spirit and into barbarity»⁽³²⁾ – is his project of transcendental phenomenology. The rationality of European spirit can be sustained only if the immediate experience is rehabilitated as the principal source and point of departure in the noetic activities of Europeans. If a Husserlian philosopher is to succeed in this efforts to resist nihilism and skepsis threatening and literarily eating away the European mind in the twentieth century, he has return to PHAINOMENA, to re-establish the broken communication between the realm of scientific objectivity and the world of human existence (*Lebenswelt*). How can he do that? By adopting strictly theoretical attitude, by turning his attention to the intentional life of thinking ego and to the processes of constitution of «objectivity» in the subjective sphere of human consciousness.

⁽³⁰⁾ *Ibid.*

⁽³¹⁾ Edmund Husserl, *op. cit.*, p. 295.

⁽³²⁾ Husserl: Vienna Lecture, *concl.*

V

As far as the basic motive of their philosophizing, Arendt, Patocka and Voegelin are in a perfect agreement with Husserl. However, their understanding of response to the noetic crisis of European civilization is fundamentally different. Is Husserl's transcendentalism with its unequivocal preference of theoretical attitude and his search for the certainty of evidence and apodictic knowledge within the immanent sphere of ego really and adequate point of departure? Is it not what motivates and inspires the Husserlian project criticizing «objectivism and naturalism» of modern science still rooted in the mentality of modern man, who has succeeded in liberating himself from the hardships which once had determined the human condition bound to the earth, but finds himself now, after he finally left the earth with the help of science, in the state of world alienation?

The objection Arendt, Patocka and Voegelin want to raise against Husserlian phenomenology can be thus formulated as follows: Theoretical attitude to-be-rediscovered and re-assumed by a phenomenologist cannot escape the predicaments of human condition. It does not offer an apodictic beginning for human science. Theoretical attitude must be seen and interpreted as a possibility of finite human existence, as a possibility within the reach of man, whose nature is not to know but, Aristotle tells us, «to desire to know»⁽³³⁾; who is not SOFOS, but FILOSOFOS; who does not have a divine knowledge of the things but only HÉ ANTHROPINÉ SOFIA, i.e., is capable of finding himself in aporias⁽³⁴⁾ and recognizing that of «escaping [his] ignorance»⁽³⁵⁾.

The lesson to be taken in the moment of European crisis in the twentieth century is that of humility: the openness of human life – the human ability to live in truth – can be sustained only if man is able to learn to understand himself again not from the point of view of the absolute and the infinite, but taking into consideration his own finiteness and limitations. It is the revival of negative knowledge of old Socrates, what should be rediscovered in the current situation. What is at stake is the insight that there is a fundamental difference between the absolute «divine» wisdom and the human way of knowing: humans can only know something by keeping themselves open to the unknown and unknowable, by remaining vigilant and watchful to the mystery of revelation of Being.

⁽³³⁾ Aristotle.

⁽³⁴⁾ Ibid.

⁽³⁵⁾ Ibid.

The finite nature of human noesis has all-important consequence: theoretical attitude sought by Husserl – or BIOS THEORETICOS, as the ancient Greeks put it – with its specific rationality and capacity to «transcend» ephemeral human matters and enter the realm of true and unchangeable being, cannot be isolated from other forms or modalities of «free» life, from other BIOI that a free and «open-minded» man can lead. Arendt, Patocka and Voegelin take on the fundamental Husserlian motive in order to reinterpret PROTE FILOSOFIA from the point of view of revitalized, original, non-metaphysical motive of philosophizing. They want to think not in isolation from but on the contrary, in the context of human polity and its BIOS POLITIKOS. Their aim is not to reflect on the political phenomena from the distanced position of theoretician, but to engage the philosophical thought once again in the search for common good. The fundamental goal of their meditations and reflections, is a kind of «maieutic» assistance in the reopening of modern political mind, the socratic «care of the soul». Philosophy in the twentieth century, in the times of European crisis «is called on», in the words of Patocka,

«to give expression to what society still rudely wants to say, to give its voice to still mute tendencies, but also expose what is behind them, to demonstrate their genesis, to mark cross-roads, to identify problems, even to try to resolve them.»⁽³⁶⁾

Its is not, and in fact could not ever be, a propositional, transferable knowledge of an ideal world, which can be expressed in a form of the doctrine, but «the articulation of the experience of concrete consciousness of concrete man»⁽³⁷⁾, who lives in concrete situation. Philosophy is called again not only to theorize, but to «put human life to the test» (DIDONAI ELENCHON TOU BIOU)⁽³⁸⁾ and reversely, what is at stake in our current European situation and what is a decisive issue today, is the ability of modern Europeans to revitalize within the public spaces of their common world the forgotten tradition of political through having its origin (ARCHÉ) in philosophical question.

What about the polis these new «classical»⁽³⁹⁾ political philosophers are speaking to? Where is its public space? What is the common good its citizens are called on to share and take care of?

⁽³⁶⁾ Patocka.

⁽³⁷⁾ E. Voegelin: Anamnesis.

⁽³⁸⁾ Platon: Apology.

⁽³⁹⁾ Leo Strauss.

For Arendt, Patocka and Voegelin, the crisis of European civilization, whose noetic dimension was introduced to the philosophical debate by Husserl, is first of all a political crisis. After World War I, Europe started to lose her former position of hegemonic player in the world affairs, new and unprecedented phenomena emerged in all spheres of life, undermining the European spirit with all its «infinite tasks and ideals» and universalistic habits and inclinations. Whereas the Husserl's solution of the European crisis was still pretty much «Europocentric»⁽⁴⁰⁾, Arendt, Patocka and Voegelin already knew that the European humanity was undergoing together with all non-European civilizations and cultures, a dramatic and irreversible change. They were aware that the old solutions and approaches to the crises and conflicts ceased to function; that Europe, no matter how venerable and well-tested her principles and basic ideas were, was entering an unknown and entirely unprecedented future; that in the power struggle which shortly after the Great War was over, burst gain all over the world, the European cultural and spiritual heritage was at stake; that the «European» age in the history of mankind came to an end in the twentieth century; that the most important task for European philosophy has become to respond to the challenge to the European thought presented by the fact of emergence of global community of nations in our century and the birth of global civilization: to navigate its boat through the straits between Scylla of dogmatism and Charybdis of relativism.

The political phenomenon, which reveals «the very heart of our century»⁽⁴¹⁾, is the rise of totalitarian movements, totalitarian revolutions, totalitarian forms of government and totalitarian visions of a new world order. What is the nature of totalitarianism? What are its origins? What enable at least temporary success of the regimes which represented undoubtedly «the most radical denial of freedom» in the history of mankind? What lesson should be drawn from here? What are the remedies Europe and all her heirs and successors should rely upon to resist the totalitarian threat? These questions explicitly raised by Hannah Arendt, but important without any doubt also for Patocka and Voegelin, point to central «noetic» problem of contemporary politics and *punctum saliens* of contemporary political theory. The thing is that it was not a brutal force and atrocities beyond measure committed by totalitarian governments, as Arendt observed, what contributed most to the dissemination and consolidation of totalitarian power, but its ability to use opportunity

⁽⁴⁰⁾ David Levy.

⁽⁴¹⁾ Arendt.

offered by the more and more globalized situation of mankind and to come up with the seditious project of global rule; to operate successfully in the social and political environment flooded by the ideological language, to paralyze the human capacity of understanding.

What becomes the most urgent philosophical problem after totalitarianism has become possible at all within the civilization which has grown from the European heritage, was to discover and clarify the symbolical forms which would be able to shape and cultivate the understanding of current «postmodern» man. What is at stake – and it explains also why totalitarianism is even after the totalitarians ideologies of nazism and communism were defeated still biggest threat for global civilization – is the absence or weakness of meaningful structures in human history which could help us to find the way from our current confusions, from our inability to articulate «the subject hidden behind the bland symbolism of “mankind”»⁽⁴²⁾. What could and what should serve as a source of unity in the pluralistic and multicultural global community? Can the dialogue which always was led only within the confines of concrete societies and their symbolical forms, be globalized and re-discovered as a part of the on-going «dialogue of mankind»⁽⁴³⁾?

VI

To conclude, I would like to go back to the current post-communist transitions. There is no doubt that the model of the «return to Europe» offers relatively good and save guidance for the process of re-opening of the societies which were kept closed during the last decades, isolated artificially behind the «iron curtain» and now are back in their own histories again. There is hardly anything else what could be recommended to Central Europeans than the ideas of modern liberalism, and above all the concept of an «open society». At the same time, however, the sound advice seems to be to remain vigilant and watchful in the times of the European crisis. The democratic traditions and the example and the assistance from the West might not be enough powerful instruments for the understanding where we are right now, for the development of that skill the post-totalitarians seem to need more than anything else: the capacity of right political judgement, the ability not only to adopt themselves

⁽⁴²⁾ Voegelin: Order and History II.

⁽⁴³⁾ Eric Voegelin IV. vol.

to the «western climate of ideas» and to integrate themselves into that style of life which still seem to flourish in the western part of formerly divided European continent, but to act with a clear understanding of the novelty of their current situation.

To understand and articulate also for those who where not forced to make a similar experience, the story of their totalitarian past, seem to be one of the tasks for Central Europeans today. The tragedy of Central Europe, Milan Kundera tried to turn attention of the West in the beginning of eighties, should become not only the impulse for retribution of those who could be blamed for the past evils, bus also the contribution of Central Europeans to the dialogue of mankind which the great philosophers of our times started to provoke as their response to the fact that the modern European civilization finds itself on the crossroads in the end of the twentieth century.

No matter than in the short term perspective of post-communist transitions the arguments pointing to the crisis of European mankind might look too academic, unconvincing and with very low political impact, they definitely will have their place in the long-term perspective, at least if it is true that Central Europeans believe that Europe, as one project among others in the framework of emerging global civilization, is also their future. Not taking the model of «crisis of European civilization» into serious consideration in the debates on post-communist transitions is certainly possible and might be seen as a smart move how to protect and even further disseminate all venerable, «well tested» liberal ideas, whose time has come according to people like with the collapse of communism. Those who hold this view should be, however, very cautious. Because what looked like clear victory of freedom over serfdom five years ago, and now still is presented as the only plausible alternative, may end up being indeed a proverbial Pyrrhic victory of future.

Martin Palous

ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELO IDN

1. CURSO DE DEFESA NACIONAL (CDN 96)

A Sessão de Encerramento das actividades académicas do CDN 96 teve lugar no IDN, em Lisboa, em 5 de Junho de 1996, presidida por Sua Ex.^a o Secretário de Estado da Defesa Nacional, tendo feito uso da palavra os seguintes oradores:

- Director do CDN, Contra-Almirante Luís Joel Pascoal;
- Um Auditor, em representação do CDN;
- Director do IDN, Vice-Almirante Fernando Manuel Palha Machado da Silva

2. CURSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Com a colaboração da Universidade Católica Portuguesa realizou-se no IDN o III Curso de Formação para a Cidadania, no período de 17 de Abril a 24 de Maio, organizado e coordenado pelos Assessores Coronel Rio Carvalho e Prof. Doutor Mendo de Castro Henriques, e com o apoio da Dra. Ana Paula Vieira, da Divisão de Planeamento.

Destinado a professores profissionalizados dos Ensinos Básico e Secundário, com uma frequência média de 30 professores por sessão, o Curso teve como conferencistas, a Secretária de Estado da Educação e Inovação Prof.^a Doutora Ana Benavente, Prof. Doutor Toscano Rico, Prof. Doutor José Adelino Maltêz, Mestre Victor Marques dos Santos, Assessor Coronel Mira Vaz, Prof. Doutor Severiano Teixeira, Brigadeiro Raúl François Martins e Prof. Doutor Mendo de Castro Henriques.

3. CONFERENCISTAS ESTRANGEIROS

Durante este segundo trimestre realizou-se apenas uma conferência no âmbito dos temas de segurança, defesa e política internacional, por personalidades estrangeiras: «Alargamento da UE e da NATO e Consequências na Segurança e Desenvolvimento da Europa», pelo Dr. Christoph Royen (Stiftung Wissenschaft und Politik, Ebenhausen, Alemanha).

4. VISITA DE ESTUDO AO IDN

No âmbito do programa de intercâmbio com Institutos congéneres, o Instituto da Defesa Nacional recebeu uma missão do Colégio da Defesa da Tailândia, em 22 de Maio de 1996, tendo realizado um «briefing» que cobriu as seguintes áreas de interesse:

- Políticas externa, económica, comercial e de defesa de Portugal, por entidades representantes dos MNE, ME, SEC e MDN;
- A organização do IDN, por um representante da Divisão de Planeamento.

5. SEMINÁRIO

Sob a coordenação do Assessor Coronel Pil. Av. Arnault Monroy teve lugar no IDN, em Lisboa, nos dias 25 e 26 de Junho de 1996, um Seminário sobre o tema, A Prestação do Serviço Militar, tendo por objectivos:

- Reflectir sobre a evolução do valor cívico da Defesa, numa perspectiva constitucional;
- Analisar a Instituição Militar, prospectivamente, no âmbito sociológico e funcional;
- Reflectir sobre as razões objectivas inerentes ao serviço Militar, que poderiam conduzir a uma eventual alteração dos perceitos constitucionais;
- Reflectir sobre o recrutamento voluntário, em tempo de paz, face à organização Militar.

Na próxima edição da revista serão dados pormenores sobre os subtemas debatidos, respectivos conferencistas e conclusões deste Seminário.

6. PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES EXTERNAS

a. DIRECTOR

- Participou na Conferência Anual dos Comandantes dos Colégios de Defesa NATO, que teve lugar em Roma, no período de 20 a 22 de Março de 1996;
- Proferiu uma conferência no Instituto da Defesa Nacional da República da Tunísia, em Tunis, em 26 de Março de 1996;
- Proferiu uma conferência subordinada ao tema *A Europa e o Atlantismo*, em 23 de Abril de 1996, integrada no programa do Curso Livre de Política Internacional organizado pelo Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. O Curso teve lugar naquela Faculdade e decorreu no período de 17 de Fevereiro a 28 de Maio de 1996, compreendendo três módulos:
O Fim da Guerra Fria e a Evolução Global, A Nova Europa e, Velhos e Novos Problemas Regionais;
- Participou num Colóquio que teve lugar em Paris, entre 22 e 24 de Maio de 1996, acompanhado dos Assessores Coronel Mira Vaz e Coronel Jorge Duque, e que reuniu representantes de Institutos congéneres de França e de Espanha.

b. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

- Seminário sobre Portugal e a Alemanha:
Perspectivas para o Desenvolvimento da PESC, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, em Lisboa, em 3 de Maio de 1996, com a participação do Assessor Coronel Mira Vaz;
- Cursos Compactos sobre a África Lusófona, realizados pelo Instituto Humanismo e Desenvolvimento, em Lisboa, no período compreendido

entre 13 de Fevereiro e 18 de Abril, de 1996, com a participação do Assessor Coronel Ataíde Montez.

7. COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM ANGOLA

No âmbito do subprojecto de cooperação *Apoio à Organização e Funcionamento do IDN de Angola*, deslocou-se a Luanda em representação do Instituto da Defesa Nacional, de Lisboa, no período de 22 de Março a 3 de Abril, o Assessor Coronel Ataíde Montez, com a finalidade de assessorar o IDN de Luanda na realização de um ciclo de conferências e recolher elementos de planeamento para o apoio a prestar à execução de um curso experimental de Defesa Nacional a realizar por aquele Instituto. Nas futuras acções de cooperação prevê-se, ainda, no corrente ano, a visita do Director do IDN de Lisboa ao IDN de Luanda, a frequência do CDN 97 por dois auditores angolanos, e um estágio no IDN em Lisboa, frequentado por elementos angolanos das áreas administrativa e financeira.

A DEFESA NO MUNDO

Breve resenha de revistas, elaborada com a colaboração do Instituto Superior Naval de Guerra.

1. SISTEMAS DE ARMAS E SENSORES

«AVIATION WEEK & SPACE TECHNOLOGY» (Estados Unidos), de 26 de Fevereiro de 1996.

O Pentágono efectuou uma revisão das prioridades para os programas da defesa contra mísseis, no valor de 14 biliões de dólares, com vista a solucionar as divergências entre o Congresso e os dirigentes militares dos EUA. Enquanto o Congresso pressiona para uma defesa a curto prazo, contra uma possível ameaça de mísseis intercontinentais provenientes do Terceiro Mundo, ou de uma Rússia ressurgente, as chefias militares estão mais preocupadas com os existentes mísseis de médio e curto alcance.

Depois de seis meses de estudo, o Pentágono decidiu acelerar os programas que possam satisfazer as necessidades de combate mais imediatas, aumentar ligeiramente a defesa NMD (National Missile Defense) e atrasar de três anos a decisão sobre o seu emprego. Também optou por abrandar o aperfeiçoamento da defesa contra os sistemas destinados a enfrentar futuras armas inimigas mais sofisticadas. As alterações propostas deverão proporcionar uma economia de 2,5 biliões de dólares nos próximos seis anos:

- Reduzir de 4,7 para 3 biliões de dólares o programa dos mísseis THAAD, atrasando a produção de dois anos.
- Adicionar 600 milhões de dólares ao programa NTW (Navy's Theater Wide) da Marinha.
- Adicionar 300 milhões de dólares ao programa PATRIOT PAC 3 do Exército e 150 milhões de dólares ao programa NAD (Navy Area Defense) da Marinha, ambos contra mísseis de curto e médio alcance.

- Adicionar 200 milhões de dólares ao programa NMD.
- Adicionar 85 milhões de dólares ao sistema MEADS (Medium Extended Air Defense System), que conta com a participação da Itália, França e Alemanha.
- Atribuir 30 milhões de dólares à pesquisa relativa à intervenção BPI (Boost Phase Intercept), distribuídos por três anos. O conceito envolve a colocação de mísseis interceptores em veículos UAV e de lasers ABL em aviões BOIENG 747-400.

Prevê-se o emprego de mísseis THAAD para o ano 2000 e do sistema naval NAD para o ano 2001. Em vez de 9 baterias de mísseis PAC-3 serão adquiridas apenas 6, sendo a diferença compensada com mísseis MEADS.

«AVIATION WEEK & SPACE TECHNOLOGY» (Estados Unidos), de 26 de Fevereiro de 1996

Os investigadores da defesa dos EUA estão a dedicar a sua atenção à tripla tarefa de reduzir os custos dos aviões de combate, de eliminar a necessidade de armas de longo alcance e de reduzir os riscos para as tripulações dos aviões. Os estudos da ARPA (Advanced Research Projects Agency) visam examinar a possibilidade de conduzir aviões não pilotados até às áreas dos ataques letais.

Está já a ser construído um avião não pilotado, capaz de transportar uma tonelada de armas, com vista a ser usado como plataforma de lançamento de mísseis de alta velocidade para interceptarem mísseis balísticos durante a sua fase de ascensão, usualmente, nos dois primeiros minutos do lançamento.

O projecto dos aviões UTA (Unmanned Tactical Aircraft) visa colocar os pilotos noutros aviões, mantendo o controlo dos aviões não tripulados que penetrariam no espaço aéreo inimigo. Os pilotos decidiriam quando, como e contra que alvos as armas dos UTA seriam lançadas. As três principais vantagens dos aviões UTA são as seguintes:

- Redução de custos e de peso, com a remoção dos «cockpit» e do equipamento associado ao ambiente e à segurança do piloto.
- Sem tripulação, os motores poderão ser posicionados mais eficientemente e o avião poderá ser manobrado mais violentamente.

- Em vez de equipar o avião com grandes visualizadores, computadores e muito outro equipamento, bastará dotar o avião com uma ligação electrónica para receber os dados de outro avião (E-8 JSTARS ou E-3 AWACS), de um navio, ou de uma estação em terra.
- Grande redução na energia e nos custos para projectar armas de distâncias «stand off» (mísseis de cruzeiro e ar-ar). A reduzida assinatura do avião UTA permitirá aproximar-se a curtas distâncias do inimigo, antes de lançar as armas.

Os aviões UTA operariam em completo silêncio electrónico, confiando apenas nos dados fornecidos por outras plataformas (E-3, E-8, RC-135, UAVs de longo alcance e satélites). Conseguiriam a surpresa operacional, atacando os alvos com pequeno ou nenhum aviso.

«PROCEEDINGS» (Estados Unidos), de Março de 1996

O Chefe do Estado-Maior da Marinha da República da China, Almirante Lui Huaqing, que exerceu o cargo no período compreendido entre 1982 e 1988, foi o principal responsável pela mudança de orientação, da defesa costeira para uma capacidade oceânica, com vista a controlar o mar entre a costa da China e os arquipélagos das Curilas, Japão, Formosa, Filipinas e Sundas ou, mesmo, ilhas mais distantes, como as Bonins, Marianas, Guam e Carolinas.

A China encontra-se agora na posição de poder dar vários passos significativos para a modernização do seu equipamento naval, havendo quem compare a influência do Almirante Lui Huaqing na Marinha Chinesa, equivalente ao impacto de Alfred Thayer Mahan na Marinha Americana e de Sergei Gorshkov na Marinha Soviética.

Do programa de novas construções navais resulta que estão agora a entrar ao serviço novas classes de «destroyers», fragatas, patrulhas e navios de reabastecimento. De realçar também a recente aquisição de submarinos russos da classe KILO e de aviões de combate Su-27 FLANKER.

«AVIATION WEEK & SPACE TECHNOLOGY» (Estados Unidos), de 18 de Março de 1996

A China levou a cabo, recentemente, um conjunto de manobras navais tendo lançado, em 8 e 13 de Março, 4 mísseis do tipo DONG FENG-15

(DF-15), segundo o Pentágono dos EUA, esperando-se que venham a ser lançados pelo menos mais 2 durante os exercícios realizados nas proximidades da Formosa.

Aquele míssil, também conhecido por M-9, pode transportar uma ogiva de 500 kg a uma distância de 600 km. Tem um metro de diâmetro e 9,1 metros de comprimento, pesa 6200 kg e é lançado verticalmente das suas rampas terrestres.

Embora o DF-15 tenha a mesma dimensão do SCUD, a concepção chinesa dotou-o de intercepção mais difícil e de uma precisão de 300 metros, contra os 1000 metros do SCUD. Provavelmente, os mísseis PATRIOT, PAC-2 e PAC-3 não os poderão interceptar.

«JANE'S NAVY INTERNATIONAL» (Reino Unido), de Março de 1996

O Chefe do Estado-Maior da Marinha Russa criticou a contínua presença de submarinos Americanos próximo da Rússia, mantendo o país ao alcance dos seus mísseis TOMAHAWK, alegando que obstruam as iniciativas para uma maior confiança e segurança mútuas, bem como aumentando os riscos de colisão com os submarinos russos.

Por outro lado, o comando da Esquadra do Norte informou que tinham sido detectados, várias vezes, submarinos não identificados dentro das águas territoriais da Rússia. Tanto a Marinha Americana como a Marinha Britânica continuam a ordenar patrulhas de submarinos no Mar de Barentz.

Segundo aquele Almirante, os meios navais dos EUA e dos Aliados continuam a treinar para manter a capacidade de combater a Marinha Russa, estabelecer um bloqueio, atacar alvos nas costas da Rússia e navios no mar, bem como, efectuar desembarques anfíbios.

Por sua vez, respondendo às críticas referidas, fontes navais americanas alegaram que os submarinos russos continuam a patrulhar as águas ao largo dos EUA. Recentemente, foi rastreado um submarino da classe AKULA em águas internacionais, que estava a controlar as actividades dos submarinos americanos ao largo da base de submarinos lança-mísseis estratégicos de Bangor, Washington.

A Rússia expressou a sua contrariedade perante uma proposta da Assembleia da WUE (Western European Union) para ser constituída uma força naval permanente no Báltico, com a participação da Alemanha, Dinamarca, Polónia, Letónia, Lituânia e Estónia. Tal iniciativa foi classificada como sendo claramente anti-russa.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 3 de Abril de 1996

Segundo um relatório do gabinete ONI (Office of Naval Intelligence) da Marinha Americana, a Rússia está a testar a sua capacidade de defesa contra futuras ameaças de longo alcance, empregando submarinos SSGN da classe OSCAR, posicionados no centro dos oceanos Atlântico e Pacífico.

Aquele relatório, denominado WORLDWIDE SUBMARINE CHALLENGES 1996, apresenta os pontos de vista do ONI acerca de várias ameaças, bem como o progresso tecnológico verificado nos submarinos Aliados. No ano 2005, cerca de 17% dos projectados 410 submarinos mundiais disporão das últimas tecnologias, comparado com os 8% actuais.

Segundo o ONI, a Marinha Russa espera que os mísseis de cruzeiro lançados do mar e dos aviões dos porta-aviões possam atingir alvos a 2500 km. A Rússia está a projectar a próxima geração de mísseis de cruzeiro, com alcances de 450 km.

Estes pontos de vista da Marinha Russa explicam a razão porque, em Setembro de 1995, operou um OSCAR no Atlântico central, nas vizinhanças do porta-aviões AMERICA.

Em Novembro de 1995, um outro OSCAR operou no Pacífico nas proximidades dos porta-aviões americanos INDEPENDENCE e ABRAHAM LINCOLN. Em ambos os casos, os navios americanos encontravam-se a 7200 km das costas da Rússia.

Segundo o relatório do ONI, a doutrina estratégica russa está a apontar para um maior número de ogivas nucleares atribuídas aos seus submarinos lança-mísseis balísticos, sem ter em consideração o tratado START II. O ONI estima que, se o START II for ratificado, 55% das 3000 ogivas nucleares russas ficarão nos SSBN. Presentemente, 30% das 8500 ogivas nucleares russas estão instaladas nos SSBN.

Nos mísseis de cruzeiro anti-navio, a Rússia está a anunciar três sistemas de lançamento pelos submarinos, em desenvolvimento:

	Alcances (mi)	Velocidade (Mach)
NOVATOR ALPHA	110	2
MASHINNOSTROYENIA	160	3
YAKHOUT	160	2

2. ESPAÇO EXTERIOR. SATÉLITES

«ARMADA INTERNATIONAL» (Alemanha), de Março de 1996

A vida útil dos satélites é agora de cerca de 10 anos. Dos 23 725 objectos que se encontram em órbita, apenas 2295 permanecem operacionais. O espaço onde os satélites de comunicações tradicionalmente orbitam encontra-se congestionado, pelo que vários programas estão agora em curso, para obviar a esta situação.

Com efeito, os satélites GEO (Geosynchronous Earth Orbit), estacionados sobre o Equador a 35 800 km de altitude, acompanham a rotação da terra, cobrindo permanentemente quase metade da superfície do planeta. Porém, esta faixa de órbitas geosíncronas comporta apenas 180 satélites.

As órbitas elípticas não podem proporcionar comunicações de forma permanente, mas podem ser usadas em missões de observação da terra e de reconhecimento radar. As órbitas polares, ou quase polares, LEO (Low Earth Orbit), com altitudes entre 500 e 900 km, são geralmente consideradas como a melhor escolha para as missões desta natureza.

Embora estas coberturas esporádicas sejam aceitáveis para aplicações estratégicas, não o são para missões tácticas, que exigem uma configuração múltipla de satélites LEO ou MEO (Medium Earth Orbit) para poderem assegurar uma ligação contínua de comunicações. Tal é o caso dos 36 satélites da rede ORBCOM que opera em VHF.

Vários programas ambiciosos visam lançar constelações de satélites LEO e MEO, para proporcionar comunicações em fonia e passagem de dados, para fins civis, mas que pode, no futuro, ter aplicações militares: IRIDIUM com 66 satélites em actividade e 6 de reserva, GLOBALSTAR com 48 satélites em actividade e 8 de reserva, IGC (ICO Global Communications), ODYSSEY com 12 satélites em actividade e 3 de reserva, etc.

São conhecidos diversos sistemas de comunicações militares via satélite: SYRACUSE 2, SKYNET 4, NICS (da NATO, utilizada pela Marinha Portuguesa), HISPASAT, DSCS III, MILSTAR e IDCN. Estão em discussão vários programas europeus, tais como o SKYNET 5, HELIOS e INMARSAT-M, para fins militares.

«AVIATION WEEK & SPACE TECHNOLOGY» (Estados Unidos), de 26 de Fevereiro de 1996

As organizações da defesa e das informações dos EUA estão a proceder a uma grande reorganização com vista a integrar as suas actividades espaciais, para um melhor aproveitamento dos cerca de 13 biliões de dólares despendidos anualmente com os sistemas espaciais e seu lançamento.

Tal iniciativa teve origem nas deficiências verificadas na Guerra do Golfo, especialmente na disseminação das informações e na coordenação de todas as informações espaciais (aviso do lançamento de mísseis, navegação e outras). Os satélites de reconhecimento relataram os lançamentos dos mísseis SCUD, mas faltava o «interface» com o GSP, para fornecer as coordenadas exactas das posições de lançamento.

As mudanças na política espacial, condução e planeamento, iniciadas em Agosto de 1995, envolvem três aspectos-chave:

- Criação do gabinete DUSD (Deputy Undersecretary) para o espaço, encarregado de supervisionar todos os programas espaciais (lançamentos, reconhecimento, alarme tático e de ataques, navegação, meteorologia, etc.) do Departamento da Defesa.
- Criação do gabinete DSA (Defense's Space Architect) para definir uma arquitectura espacial compreensiva e os sistemas necessários para apoiar as futuras necessidades conjuntas de combate.
- Estabelecimento de um conselho JSMB (Joint Space Management Board), que foi activado em Dezembro de 1995.

Durante o corrente ano, o conselho JSMB supervisionará a formulação de uma arquitectura espacial integrada de informações e defesa, conhecida por plano NSSMP (National Strategic Space Master Plan). Para a sua execução serão despendidos 125 a 150 biliões de dólares, durante os próximo 10 anos.

O gabinete espacial DUSD abriu as portas à cooperação internacional em muitos programas espaciais de comunicações, de defesa e outros, tendo sido já realizadas reuniões com representantes da França, Alemanha, Reino Unido, Austrália e, em breve, do Japão. Provavelmente, ocorrerão cortes drásticos na dimensão de gabinetes relacionados com programas espaciais da Força Aérea.

